



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 36

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 1935

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

Sessão Conjunta

Em 5 de abril de 1935, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Projeto de Lei de iniciativa do Sr. Presidente da República, em discussão em turno único.

— nº 1-65 (C. N.), que incorpora os cursos da Campanha de Formação de Geólogos a Universidades Federais.

— 2/65 (C. N.), que cria o Fundo do Exército e dá outras providências.

SESSÃO CONJUNTA

Em 6 de abril de 1935, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

1 — Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1-65 (C. N.), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que incorpora os cursos da Campanha de Formação de Geólogos a Universidades Federais.

2 — Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2-65 (C. N.), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que cria o Fundo do Exército e dá outras providências.

3 — Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.351-B-64 na Câmara e nº 248-64 no Senado, que dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO DO VETO

Cédula nº Disposição a que se refere

- 1 Art. 2º (totalidade).
- 2 Do parágrafo único do art. 3º, a palavra: "atualmente".
- 3 Do parágrafo único do art. 3º, as palavras: "exceto os que trata o art. 10".
- 4 Art. 8º e seus parágrafos (totalidade).
- 5 Do inciso II do art. 10 as palavras: "e o pagamento do aluguel (item XV — artigo 18)".
- 6 § 4º do art. 15 (totalidade).
- 7 § 8º do art. 15 (totalidade).
- 8 Do item X do art. 17, as palavras: "indenização por férias não gozadas".
- 9 Do item III do art. 18, a parte final, a começar da palavra: "independente".
- 10 Art. 88 (totalidade).

SESSÃO CONJUNTA

Em 7 de abril de 1935, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-64 (C. N.) que regula a locação de prédios urbanos.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº Disposição a que se refere

- 1 Do parágrafo único do art. 5º as palavras: "...salvo se forem ao sublocatário, prestados serviços pelo sublocador, além dos de limpeza e conservação do imóvel".

- 2 Do § 2º do art. 6º as palavras: "em garantia do aluguel".
- 3 Do parágrafo único do art. 8º as palavras: "...outros garantias ou...".
- 4 Do parágrafo único do art. 6º, as palavras "...reajustado na forma desta Lei...".
- 5 Do inciso VII do art. 11, a conjunção "ou", entre as palavras "mutuário" e "promitente".
- 6 Inciso XI do art. 11 (totalidade).
- 7 § 2º do art. 11 (totalidade).
- 8 § 2º do art. 11 (totalidade).

Do § 2º do art. 13 as palavras: "de que trata o art. 11, § 3º".

SESSÃO CONJUNTA

Em 8 de abril de 1935, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-64 (C. N.), que regula a locação de prédios urbanos.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº Disposição a que se refere

- 1 Do § 5º do art. 11, a expressão final: "ou II".
- 2 Do art. 12 a expressão "(Art. 11, § 8º)".
- 3 Do art. 12 as palavras finais: "desocupado pelo retomante".
- 4 Do inciso III do art. 17, as palavras: "parágrafo único do".
- 5 Do art. 19 as palavras: "residenciais, comerciais ou industriais".
- 6 Do § 1º do art. 19 a palavra: "adequadamente".
- 7 Do inciso III do art. 26 as palavras: "o requerer".

VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM OBJETO DE DELIBERAÇÃO NAS SESSÕES CONJUNTAS CONVOCADAS

DIA 6 DE ABRIL:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.351-64 na Câmara e nº 248-64 no Senado, que dispõe sobre o imposto que recai sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

DIAS 7 E 8 DE ABRIL:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-64 (C. N.) que regula a locação de prédios urbanos.

DIAS 20 E 22 DE ABRIL:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 25-64 (C. N.) que dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

DIA 27 DE ABRIL:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.350-64 na Câmara e nº 248-64 no Senado, que dispõe sobre o imposto do Selo, e dá outras providências.

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.661-B-61 na Câmara e nº 192-64 no Senado, que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto do Radium do Estado de Minas Gerais;
- veto (parcial) do Projeto de Lei nº 2.357-C-64 na Câmara e nº 257-64 no Senado, que institui, no Ministério da Fazenda o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.360-64 na Câmara e nº 271-64 no Senado, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Renditas Internas;
- veto (parcial) do Projeto de Lei nº 2.300-C-64 na Câmara e nº 225-64 no Senado, que dispõe sobre a liquidação, por acôrdo, das desapropriações efetuadas no Nordeste;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.570-F-61 na Câmara e nº 128-63 no Senado, que federaliza o Instituto de Música da Bahia, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.426-64 na Câmara e nº 313-64 no Senado, que fixa os vencimentos de membros do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 492-B-63 na Câmara e nº 238-64 no Senado que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.260-E-64 na Câmara e nº 206-64 no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.349-B-64 na Câmara e nº 242-64 no Senado, que dispõe sobre a elaboração e execução de Planos Quadrienais de Obras para a implantação do Plano Nacional de Viação;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.362-B-63 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais.

DIA 29 DE ABRIL:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.486-B-63 na Câmara e nº 288-64 no Senado, que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências.

DIAS 4 E 5 DE MAIO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 22-64 (CN), que institui o Conselho Nacional de Transportes, e dá outras providências;

DIA 6 DE MAIO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 26-64 (CN), que dispõe sobre vencimentos e salários do pessoal da Rede Ferroviária Federal, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 468-B-63 na Câmara e nº 13-64 no Senado, que concede aos servidores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, aposentados até 31 de dezembro de 1959, o abono provisório de que trata a Lei nº 3.531, de 19 de janeiro de 1959, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.569-C-61 na Câmara e nº 6-64 no Senado, que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 333-B-63 na Câmara e nº 173-64 no Senado, que isenta o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco de impostos e taxas federais de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir na compra de ações da firma "Empreendimentos Santa Cruz S.A." situada à Rua do Sol nº 143, em Recife, Pernambuco;
- veto (parcial) do Projeto de Lei nº 2.410-B-64 na Câmara e nº 315-64 no Senado, que define a competência julgadora de recursos fiscais.

DIA 11 DE MAIO:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.158-B-64 na Câmara e nº 297-64 no Senado, que dispõe sobre o prazo de validade de concursos públicos para candidatos habilitados que estejam exercendo ou hajam assumido mandato legislativo ou executivo;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.857-C-63 na Câmara e nº 153-64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 928-56 na Câmara e nº 139-64 no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS**REPARTIÇÕES E PARTICULARES**

Capital e Interior		FUNÇÃOÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,	Semestre	Cr\$ 39,
Ano	Cr\$ 96,	Ano	Cr\$ 76,
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,	Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos a quem preferir a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

DIAS 12, 13 E 18 DE MAIO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 19-64 (CN), que dispõe sobre o condomínio em edificações e incorporações imobiliárias.

DIAS 19 E 20 DE MAIO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.322-64 na Câmara e nº 223-64 no Senado, que disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do Nordeste.

DIAS 25 E 26 DE MAIO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.223-B-64 na Câmara e nº 180-64 no Senado, que altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

DIAS 1º, 2, 3, 8, 9 E 10 DE JUNHO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.348-64 na Câmara e nº 247-64 no Senado, que aprova o Plano Nacional de Viação.

Subemendas apresentadas na Comissão Mista incumbida de dar parecer sobre a Emenda à Constituição nº 2-65 (C.M.) "que dispõe sobre eleição de Governadores e Vice-Governadores dos Estados, Prefeitos e Vice-Prefeitos municipais, limites de mandatos e dá outras providências".

SUBSTITUTIVO

SUBEMENDA Nº 1 A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 2/1965 (CN)

Substitua-se a Emenda Constitucional nº 2/1965 (CN) pela seguinte:

Art. 1º As eleições para Governadores e Vice-Governadores de Estado, assim como para deputados es-

taduais, far-se-ão simultaneamente em todo o país, na mesma data em que se realizarem as de Presidente e Vice-Presidente da República, ressalvada a disposição transitória estabelecida no art. 2º desta emenda constitucional (Constituição, art. 134).

Parágrafo único. Os mandatos de Governador, Vice-Governador e deputado estadual serão de quatro anos, ressalvada a disposição transitória estabelecida no parágrafo único do artigo 2º.

Art. 2º As eleições para preenchimento das vagas decorrentes do término do mandato dos atuais Governadores e Vice-Governadores dos Estados de Alagoas, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina serão realizadas, por voto universal e direto (Constituição, art. 134), em 2 de outubro de 1965.

Parágrafo único. Os mandatos dos Governadores e Vice-Governadores eleitos na data a que se refere este artigo terminarão no ano de 1971, em data que não ultrapasse o dia 15 de março.

Art. 3º Para a eleição de Governador e Vice-Governador será exigida maioria absoluta de votos, observando-se, em tudo quanto for aplicável, as normas e o processo estabelecidos para a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República pela Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964.

Art. 4º As Assembleias Legislativas adaptarão as Constituições Estaduais aos princípios estabelecidos nesta Emenda Constitucional.

Art. 5º Caberá ainda às Assembleias Legislativas dispor, nas Constituições Estaduais, sobre as eleições municipais para tornar obrigatórias as seguintes normas:

a) os mandatos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores serão de quatro anos;

b) as eleições de todos os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, dentro do mesmo Estado, realizar-se-ão simultaneamente, em dia e mês do penúltimo ano do término do mandato do Governador;

c) as eleições municipais não poderão coincidir com as federais e estaduais.

Parágrafo único. É facultado às Assembleias Legislativas, ao dispor sobre as eleições municipais que se realizarem para preenchimento das vagas de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, decorrentes do término do mandato que se verificar até 1967, estabelecer regras de caráter transitório, de modo a permitir a aplicação definitiva, até o ano de 1971, do disposto nos itens a e b deste artigo.

Art. 6º As adaptações das Constituições Estaduais às regras estabelecidas nesta Emenda serão consideradas aceitas se aprovadas, em dois turnos, na mesma sessão legislativa, por maioria absoluta.

Art. 7º Os atos de admissão de pessoal a qualquer título, mesmo em caráter precário ou mediante contrato, para o serviço público centralizado ou autárquico, praticados no período compreendido entre os noventa dias anteriores à data das eleições federais, estaduais e municipais e o término do mandato do Presidente da República, Governador de Estado e Prefeito Municipal, serão considerados insubsistentes e nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma para a pessoa jurídica que os praticar.

Parágrafo único. Excetua-se da proibição deste artigo o preenchimento dos cargos em comissão e das funções gratificadas.

Brasília, 3 de abril de 1965. — Deputado *Martins Rodrigues*.

1. Antônio Feliciano.
2. Teotônio Neto.
3. Joel Barbosa.
4. Lino Morganti.
5. Amaral Furlan.
6. Aurino Valois.
7. Muniz Falcão.
8. Osni Régis.
9. Abrahão Moura.
10. Pedro Marão.
11. Floriceno Paixão.
12. Clodomir Millet.
13. Milvernes Lima.
14. Maurício Andrade.
15. João Hercúlio.
16. Antônio Bresolin.
17. Antônio Baby.
18. Jessé Freire.
19. Milton Reis.
20. Lenoir Vargas.
21. Plínio Costa.

22. João Ribeiro.
23. Antônio Almeida.
24. Armando Carneiro.
25. Paulo Montans.
26. Lyrio Bertolli.
27. Mario Gomes.
28. Wilson Roriz.
29. Geraldo Mesquita.
30. Armando Leite.
31. Clovis Pestana.
32. Jorge Kalume.
33. Leopoldo Pefes.
34. Pacheco Chaves.
35. Aderbal Jurcma.
36. José Burnett.
37. Geraldo Guedes.
38. Gayoso e Almendra.
39. Dyrno Pires.
40. Moura Santos.
41. Burlamaqui Miranda.
42. Walter Baptista.
43. Dacio Coimbra.
44. Aloysio de Castro.
45. Anísio Rocha.
46. Henrique Lima.
47. Luciano Machado.
48. Lauro Leitão.
49. Peixoto da Silveira.
50. José Freire.
51. Celestino Filho.
52. Ary Alcantara.
53. Benedito Vaz.
54. Peracchi Barcellos.
55. Dirceu Cardoso.
56. Orlando Bertoli.
57. Geraldo Guedes.
58. Renato Azeredo.
59. Régis Pacheco.
60. Geraldo de Pina.
61. Rachid Mamede.
62. Ozanam Coelho.
63. Guilhermino Oliveira.
64. Mattos Carvalho.
65. Abrahão Sabbá.
66. Tanchedo Neves.
67. Padre Vidigal.
68. Bias Fortes.
69. Pinheiro Chagas.
70. Jaeder Albergaria.
71. Celso Murilo.
72. Yukishigue Tamura.
73. Carlos Murilo.
74. Paes de Andrade.
75. Josaphat Borges.
76. Heitor Dias.
77. Humberto Lucena.
78. Marciel Terra.
79. Cunha Bueno.
80. Arnaldo Garcez.
81. Janduhy Carneiro.
82. Nilo Coelho.
83. Waldemar Guimarães.
84. Mario Piva.
85. Carlos Murilo.
86. Medeiros Neto.
87. Clodomir Millet.
88. Eurico Ribeiro.
89. Flávio Marcílio.
90. Raul Carneiro.
91. Hugo Borghi.
92. Oliveira Brito.
93. Castro Costa.
94. Maurício Andrade.
95. Levy Tavares.
96. Nelson Carneiro.
97. Ponce de Arruda.
98. Wanderley Dantas.
99. Waldyr Simões.
100. Augusto de Gregório.
101. Baeta Neves.
102. José Maria Ribeiro.
103. Adahury Fernandes.
104. Fontes Torres.
105. Edésio Nunes.
106. Vieira de Mello.
107. Amintas de Barros.
108. João Menezes.
109. Edgard Pereira.
110. Pedro Zimmermann.
111. Moreira da Rocha.
112. Alvaro Lins.
113. José Esteves.
114. Manoel de Almeida.
115. Amaral Peixoto.
116. Bivar Olyntho.
117. Gustavo Capanema.
118. Dias Macêdo.
119. Renato Archer.

120. Olavo Costa.
121. Hermógenes Príncipe.
122. Euclides Wicar.
123. Alair Ferreira.

SUBEMENDA Nº 1-A A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 2-65

SUBSTITUTIVO

Art. 1º As eleições para Governadores e Vice-Governadores de Estado assim como para deputados estaduais, far-se-ão simultaneamente em todo o país, na mesma data em que se realizarem as de Presidente e Vice-Presidente da República, ressalvada a disposição transitória estabelecida no art. 2º desta Emenda Constitucional (Constituição, art. 131).

Parágrafo único. Os mandatos de Governador, Vice-Governador e deputado estadual serão de quatro anos, ressalvada a disposição transitória estabelecida no parágrafo único do artigo 2º.

Art. 2º As eleições para preenchimento das vagas decorrentes do término do mandato dos atuais Governadores e Vice-Governadores dos Estados de Alagoas, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina serão realizadas, por voto universal e direto (Constituição, art. 134), em 3 de outubro de 1965.

Parágrafo único. Os mandatos dos Governadores e Vice-Governadores eleitos na data a que se refere este artigo terminarão no ano de 1971, em data que não ultrapasse o dia 15 de março.

Art. 3º Para a eleição de Governador e Vice-Governador é exigida a maioria absoluta de votos, observando-se, em tudo quanto for aplicável, as normas e o processo estabelecidos para a eleição de Presidente e Vice-Presidente da República pela Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964.

Art. 4º As Assembleias Legislativas adaptarão as Constituições Estaduais aos princípios estabelecidos nesta Emenda Constitucional.

Art. 5º Caberá, ainda, às Assembleias Legislativas dispor, nas Constituições Estaduais, sobre as eleições municipais para tornar obrigatórias as seguintes normas:

a) eleição direta e mandato de quatro anos;

b) Simultaneidade das eleições de todos os Prefeitos, Vice-Prefeitos e vereadores de um mesmo Estado.

Art. 6º As adaptações das Constituições Estaduais aos princípios estabelecidos nesta Emenda serão consideradas aceitas se aprovadas, por maioria absoluta, em dois turnos, na mesma sessão legislativa.

Art. 7º Os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, mesmo em caráter precário ou mediante contrato, para o serviço público centralizado ou autárquico, praticados no período compreendido entre os noventa dias anteriores à data das eleições federais, estaduais e municipais e o término do mandato do Presidente da República, Governador de Estado e Prefeito Municipal, serão considerados insubsistentes e nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma.

Parágrafo único. Excetua-se da proibição deste artigo o provimento dos cargos em comissão e das funções gratificadas e a nomeação de candidatos aprovados em concurso realizado antes do início do prazo de que trata este artigo.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1965.

1. Martins Rodrigues
2. Antônio Feliciano
3. Teotônio Neto
4. Joel Barbosa
5. Lino Morganti
6. Amaral Furlan

7. Lauro Leitão
8. Aurino Valois
9. Muniz Falcão
10. Osni Régis
11. Abrahão Moura
12. Pedro Marão
13. Floriceno Paixão
14. Clodomir Millet
15. Milvernes Lima
16. Maurício Andrade
17. Antônio Bresolin — apotamento
18. João Hercúlio
19. Antônio Baby
20. Jessé Freire
21. Milton Reis
22. Lenoir Vargas
23. Plínio Costa
24. João Ribeiro
25. Antônio Almeida
26. Armando Carneiro
27. Paulo Montans
28. Lyrio Bertolli
29. Mário Gomes
30. Geraldo Mesquita
31. Wilson Roriz
32. Armando Leite
33. Clóvis Pestana
34. Jorge Kalume
35. Leopoldo Pefes
36. Pacheco Chaves
37. Aderbal Jurcma
38. José Burnett
39. Geraldo Guedes
40. Gayoso e Almendra
41. Dyrno Pires
42. Moura Santos
43. Burlamaqui de Miranda
44. Walter Baptista
45. Dacio Coimbra
46. Aloysio de Castro
47. Anísio Rocha
48. Henrique Lima
49. Lauro Leitão
50. Peixoto da Silveira
51. Luciano Machado
52. José Freire
53. Celestino Filho
54. Ary Alcantara
55. Benedito Vaz
56. Peracchi Barcellos
57. Dirceu Cardoso
58. Orlando Bertoli
59. Renato Azeredo
60. Régis Pacheco
61. Geraldo de Pina
62. Rachid Mamede
63. Ozanam Coelho
64. Guilhermino de Oliveira
65. Mattos Carvalho
66. Abrahão Sabbá
67. Tanchedo Neves
68. Padre Vidigal
69. Bias Fortes
70. Pinheiro Chagas
71. Jaeder Albergaria
72. Celso Murilo
73. Yukishigue Tamura
74. Carlos Murilo
75. Paes de Andrade
76. Josaphat Borges
77. Heitor Dias
78. Humberto Lucena
79. Marciel Terra
80. Arnaldo Garcez
81. Cunha Bueno
82. Janduhy Carneiro
83. Nilo Coelho
84. Waldemar Guimarães
85. Mário Piva
86. Carlos Murilo
87. Medeiros Neto
88. Clodomir Millet
89. Eurico Ribeiro
90. Flávio Marcílio
91. Raul Carneiro
92. Hugo Borghi
93. Oliveira Brito
94. Castro Costa
95. Maurício Andrade
96. Levy Tavares
97. Nelson Carneiro
98. Ponce de Arruda
99. Wanderley Dantas
100. Waldyr Simões
101. Augusto de Gregório
102. Baeta Neves
103. José Maria Ribeiro
104. Adahury Fernandes
105. Fontes Torres
106. Edésio Nunes
107. Vieira de Mello
108. Amintas de Barros
109. João Menezes

110. Edgard Pereira
111. Pedro Zimmermann
112. Moreira da Rocha
113. Alvaro Lins
114. José Esteves
115. Manoel de Almeida
116. Amaral Peixoto
117. Bivar Olyntho
118. Gustavo Capanema
119. Dias Macêdo
120. Renato Archer
121. Olavo Costa
122. Hermógenes Príncipe
123. Euclides Wicar
124. Alair Ferreira

SUBSTITUTIVO**SUB-EMENDA Nº 2 A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 2-65 (CN)**

Substitua-se a Emenda à Constituição nº 2, de 1965, pela seguinte:

Dispõe sobre os mandatos eletivos em geral — federais, estaduais e municipais — tornando-os simultâneos e coincidentes em todo o território do país.

O Congresso Nacional, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 217 da Constituição, resolve adotar a seguinte emenda constitucional:

— Preceitos normativos —

Art. 1º Serão coincidentes e terão a duração de quatro anos os mandatos eletivos, em todo o país, para a renovação periódica do Poder Legislativo e do Poder Executivo, na União e nos Estados.

§ 1º. As eleições federais e estaduais serão gerais e simultâneas em todo o território nacional, realizando-se, nas condições do artigo 134 da Constituição, setenta dias antes do término do quadriênio.

§ 2º. As eleições para os mandatos eletivos municipais, também com a duração de quatro anos, se realizarão, em todo o país, ao ensejo do decurso da primeira metade do quadriênio dos mandatos federais e estaduais.

Art. 2º. As vagas verificadas no correr do período, sem substitutos ou suplentes para ocupá-las, serão preenchidas por eleição indireta, na forma do que dispuser a lei.

§ 1º. Funcionarão como colégios eleitorais, nas eleições indiretas, conforme o caso, os seguintes órgãos:

a) o Congresso Nacional, no preenchimento das vagas do presidente da República;

b) a assembleia legislativa do Estado, no preenchimento das vagas de governador, vice-governador, senador, deputado federal e deputado estadual da respectiva jurisdição;

c) a Câmara municipal, no preenchimento das vagas de prefeito, vice-prefeito e vereador de sua circunscrição eleitoral.

§ 2º. Os eleitos, em qualquer hipótese, deverão completar o período dos seus antecessores.

Art. 3º. É permitida a reeleição, uma só vez, para o período imediato, dos mandatários do Poder Executivo na União, dos Estados e nos Municípios.

— Disposições Transitórias —

Art. 4º. Para que se tornem efetivos os preceitos constitucionais adotados nesta emenda, observar-se-ão as seguintes disposições transitórias:

a) o presidente e o vice-presidente da República para o próximo quadriênio serão eleitos pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta de votos, repetindo-se tantos escrutínios quantos forem necessários à obtenção desse "quorum";

b) os governadores e vice-governadores a serem eleitos em outubro de 1965 e em outubro de 1968 e o-ão nas mesmas condições da letra anterior, pelo Congresso Nacional,

c) terminará a 15 de março de 1971 o mandato dos atuais membros do Congresso Nacional e das assembleias legislativas estaduais, bem como daqueles a que se referem as alíneas a e b;

d) as primeiras eleições gerais para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, em todo o país, se realizarão a 4 de janeiro de 1969, com a posse dos eleitos a 15 de março do mesmo ano, data em que terão início os mandatos eletivos coincidentes no plano dos municípios, considerados extintos todos os mandatos então em exercício.

visfância

Art. 5º. A presente emenda, depois de promulgada, será anexada ao texto constitucional, nos termos do artigo 217, § 4º, da Constituição, entrando em vigor na data de sua publicação.

Brasília, Sala das Comissões, 3 de abril de 1965.

1. Esmerino Arruda
2. Pedro Braga
3. Floriano Rubim
4. Francisco Adeodato
5. Aurino Valois
6. Sussumo Hirata
7. Aloisio de Castro — Apoiamento
8. Ilegível
9. Regis Pacheco — Apoiamento
10. Josaphat Azevedo
11. Celso Amaral
12. Machado Rollemberg
13. Lyrio Bertoli
14. Carlos Werneck
15. Batista Ramos
16. Paulo Freire
17. Lino Morganti
18. Antônio Almeida
19. Elias Nacle
20. Ossian Araripe
21. Dias Lins
22. Dias Menezes
23. Aristophanes Fernandes
24. Ilegível
25. Aderbal Jurema
26. Aniz Badra
27. Costa Cavalcanti
28. Cardoso de Menezes
29. Ilegível
30. Medeiros Netto
31. Heitor Cavalcanti
32. Pedro Marão
33. Luiz Francisco
34. Laert Vieira
35. Antônio Bresolin
36. Mathews Schmidt
37. Alceu de Carvalho
38. Gil Veloso
39. Luna Freire
40. Heitor Dias
41. Furtado Leite
42. Manoel de Almeida
43. Adriano Bernardes
44. João Resegue
45. Alomar Baleeiro
46. José Bonfácio
47. Leão Sampaio
48. Renato Celidoni
49. Wanderley Dantas
50. Antônio Anibeli
51. Yukishigue Tamura
52. Arnaldo Cerdeira
53. Clodomir Leite
54. Ilegível
55. Muniz Falcão
56. Clodomir Millet
57. Athie Cury
58. Wilson Calmon
59. Edéio Nunes
60. Henrique La Rocque
61. Geraldo de Barros
62. Alvaro Catão
63. Milla Camarozano
64. José Barbosa
65. Moreira da Rocha
66. Armando Leite
67. Osni Regis
68. Oscar Cardoso
69. Burlamaqui Miranda
70. Janary Nunes
71. Antônio Baby
72. Tuffy Nassif
73. Wilson Falcão
74. Croacy Oliveira
75. Abrahão Sabá
76. Mário Gomes

77. Augusto Novais
78. Alde Sampaio
79. João Mendes Olímpio
80. Pedro Catalão
81. João Veiga
82. Carneiro de Loyola
83. Eurico Ribeiro
84. Ilegível
85. Germaine Feijó
86. Manoel Novais
87. Ramundo de Brito
88. Celso Murta
89. Oriy Norton
90. Lopo de Castro
91. Hegel Morhy
92. Lister Calda
93. Henrique Turner
94. Augusto de Gregori
95. Wilson Roriz
96. Altino Machado
97. Benedito Vaz
98. Janduby Carneiro
99. Maurício Goulart
100. Alirio Nassif
101. Emmanuel Walsman
102. Mario Maia
103. José Mondelli
104. Último de Carvalho
105. Geraldo Guedes
106. Amaral Furlan
107. João Fernandes
108. Moura Santos
109. Minoru Miyamoto
110. João Alves
111. Osmar Graifilha
112. Orlando Bertoli
113. Pedro Zimmermann
114. Clovis Pestana
115. Ary Alcântara
116. Ilegível
117. Teófilo Albuquerque
118. Fernando Gama
119. Pereira Junior
120. Luiz Pereira
121. Ilegível
122. Geraldo de Pina
123. Epilogo de Campos
124. Rachid Mamede
125. José Esteves
126. Stêlio Maroja
127. Plínio Costa
128. Hélio Maghenzani
129. Dáso Coimbra

SUBSTITUTIVO**SUB-EMENDA Nº 3 A EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1965**

Substitua-se pela seguinte:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 217, § 4º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte

EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º. Os Governadores e Vice-Governadores, nos Estados em que os períodos de governo, nos termos das Constituições Estaduais vigentes em 31 de março de 1964, venham a terminar até 31 de janeiro de 1968, serão eleitos em 14 de novembro de 1965 (Artigo 134).

Parágrafo Único. Nos demais Estados a eleição para Governadores e vice-Governadores far-se-á simultaneamente com a de Presidente da República.

Art. 2º. Os mandatos de todos os Governadores e Vice-Governadores eleitos nas datas fixadas no artigo anterior e seu parágrafo terminarão em 31 de janeiro de 1971.

Art. 3º. Observar-se-ão para a eleição de Governadores e Vice-Governadores, no que lhe for aplicável, as normas e o processo quanto à maioria absoluta estabelecidos na Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964.

Art. 4º. A data das próximas eleições municipais será fixada pelas Assembleias Legislativas dos Estados, respeitados os seguintes princípios:

a) os mandatos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores não poderão ser superiores a quatro anos;

b) haverá incoincidência com as eleições federais e estaduais;

c) haverá simultaneidade em cada Estado;

d) deverá recair em dia e mês do penúltimo ano do término do mandato do Governador.

Parágrafo Único. A discussão e votação, pelas Assembleias Legislativas, da emenda que incorpore as Constituições Estaduais os princípios estabelecidos neste artigo, far-se-ão em dois turnos na mesma sessão legislativa, e serão considerados aprovados quando obtiverem, em ambas as votações, a maioria absoluta de seus membros.

Brasília, em 3 de abril de 1965.

2. Ruy Santos
3. Francisco Adeodato
4. Milvernes Lima
5. Anísio Rocha
6. Paulo Sarante
7. Furtado Leite
8. Plínio Lemos
9. Antônio Carlos Magalhães
10. Dulcino Monteiro
11. Alves de Macedo
12. Djalma Marinho
13. Rondon Pacheco
14. Paulo Freire
15. João Fernandes
16. Josaphat Azevedo
17. Aderbal Jurema
18. Nilo Coelho
19. Emilio Gomes
20. Alde Sampaio
21. Henrique Turner
22. Ossian Araripe
23. Nicolau Tuma
24. Oscar Cardoso
25. Dias Lins
26. Augusto Novais
27. Arnaldo Nogueira
28. Batista Ramos
29. Aurino Valois
30. Flaviano Ribeiro
31. José Humberto
32. Heitor Dias
33. Costa Cavalcanti
34. Ormeu Botelho
35. José Menk
36. Gil Veloso
37. Samão da Cunha
38. João Machado Rollemberg
39. Alvaro Catão
40. Aristofanes Fernandes
41. Mario Piva
42. Arnaldo Cerdeira
43. Minoto Miyamoto
44. Plínio Costa
45. Carlos Werneck
46. Adriano Bernardes
47. Francisco Macedo
48. Hamilton Prado
49. Jalles Machado
50. Último de Carvalho
51. Ary Alcântara
52. Duceu Cardoso
53. Marcial Terra
54. Aniz Badra
55. Lorival Batista
56. Octavio Cesário
57. Wilson Calmon
58. Yukishigue Tamura
59. Lauro Leite
60. Luiz Francisco
61. Athie Jorge Cury
62. José Esteves
63. Teofiló Andrade
64. Heghel Morhy
65. Medeiros Neto
66. Newton Carneiro
67. Floriano Rubim
68. Cicero Dantas
69. Antônio Feliciano
70. Afrânio de Oliveira
71. Clemens Sampaio
72. Perachi Barcelos
73. Laerte Vieira
74. Pedro Marão
75. Clovis Pestana
76. Alomar Baleeiro
77. Mário Covas
78. Luiz Pereira
79. Italo Fittipaldi
80. Haroldo Carvalho
81. Adauto Cardoso
82. Guilherme Machado
83. Heitor Cavalcanti
84. Tourinho Dantas

85. Manso Cabral
86. Waldemar Guimarães
87. Raimundo Padilha
88. Muniz Falcão
89. Luna Freire
90. Wilson Roriz
91. Dasso Coimbra
92. Vasco Filho
93. Matos de Carvalho
94. Ezequias Costa
95. Adolfo Oliveira
96. Leão Sampaio
97. Theódulo Albuquerque
98. Flávio Marcílio
99. Clodomir Millet
100. Leopoldo Peres
101. Luiz Bronzeado
102. Osvaldo Zanclo
103. Abraão Sabá
104. Carneiro de Loyola
105. Raimundo Brito
106. Altino Machado
107. Herbert Levy
108. Jorge Cury

SUBSTITUTIVO

SUBEMENDA Nº 4 A EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1965 (C.N.)

Substitua-se a Emenda à Constituição nº 2, de 1965, pela seguinte:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do Artigo 217, § 4º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º. As eleições para Governadores e Vice-Governadores, assim como para deputados estaduais, far-se-ão simultaneamente em todo o país, na mesma data em que se fizerem as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, ressalvada a disposição transitória estabelecida no Artigo 2º desta Emenda Constitucional.

Art. 2º. Os Governadores e Vice-Governadores, nos Estados em que o respectivo período, nos termos das constituições estaduais vigentes em 31 de março de 1964, venha a terminar até 31 de janeiro de 1966, serão eleitos, por voto direto, em 3 de outubro de 1965.

Parágrafo Único. Os períodos dos Governadores e Vice-Governadores, eleitos na data fixada neste artigo, terminarão no ano de 1971, em data que não ultrapasse o dia 15 de março.

Art. 3º. Será exigida, para eleição Governadores e Vice-Governadores a maioria absoluta, observando-se processo semelhante ao estabelecido para a eleição de Presidente e Vice-Presidente da República pela Emenda Constitucional nº 9 de 22 de julho de 1964.

Parágrafo Único. Na ocorrência das eleições de que trata o artigo anterior, dando-se a hipótese de que nenhum candidato consiga maioria absoluta, far-se-á, trinta (30) dias depois de proclamado o resultado e sem qualquer pronunciamento da Assembleia Legislativa, nova eleição, em que só concorrerão os dois candidatos mais votados, cujos registros estarão automaticamente revalidados.

Art. 4º. As Assembleias Legislativas adaptarão as constituições estaduais aos princípios estabelecidos nesta Emenda Constitucional.

Parágrafo Único. Caberá ainda às Assembleias Legislativas dispor, nas constituições estaduais, sobre as eleições municipais, para tornar obrigatórios estes dois princípios:

- a) as eleições de todos os Prefeitos e Vereadores, dentro do mesmo Estado, se farão simultaneamente;
- b) as eleições municipais não poderão realizar-se simultaneamente com as eleições federais e estaduais.

Brasília, 2 de abril de 1965.

1. Martins Rodrigues
2. Antônio Feliciano
3. Teotônio Neto
4. Joel Barbosa
5. Lino Morgant
6. Amaral Furian
7. Aurino Valois
8. Muniz Falcão
9. Osni Régis
10. Abrahão Moura
11. Pedro Marão
12. Floriceno Paixão
13. Milvernes Lima
14. Maurício Andrade
15. Antônio Brezolin — apoio
16. João Hercúlio
17. Antônio Baby
18. Jessé Freire
19. Milton Reis
20. Lenoir Vargas
21. Pinho Costa
22. João Ribeiro
23. Antônio Almeida
24. Armando Carneiro
25. Paulo Montans
26. Lyrio Bortoli
27. Mário Gomes
28. Wilson Roriz
29. Geraldo Mesquita
30. Armando Leite
31. Clóvis Pestana
32. Jorge Kalume
33. Leopoldo Peres
34. Pacheco Chaves
35. Aderbal Jurema
36. José Burnett
37. Geraldo Guedes
38. Gayoso e Almendra
39. Dyrno Pires
40. Moura Santos
41. Burlamaqui Miranda
42. Walter Baptista
43. Dasso Coimbra
44. Aloysio de Castro
45. Anísio Rocha
46. Henrique Lima
47. Luciano Machado
48. Lauro Leitão
49. Peixoto da Silveira
50. José Freire
51. Celestino Filho
52. Ary Alcântara
53. Benedito Vaz
54. Peracchi Barcelos
55. Dirceu Cardoso
56. Orlando Bertoli
57. Geraldo Guedes
58. Renato Azeredo
59. Régis Pacheco
60. Geraldo de Pina
61. Rachid Mamed
62. Ozanan Coelho
63. Guilhermino Oliveira
64. Mattos Carvalho
65. Abrahão Sabá
66. Tancredo Neves
67. Padre Vidigal
68. Blas Fortes
69. Pinheiro Chagas
70. Jaeder Albergaria
71. Celso Murta
72. Yukishigue Tamura
73. Paes de Andrade
74. Josaphat Borges
75. Heitor Dias
76. Humberto Lucena
77. Marcial Terra
78. Cunha Bueno
79. Arnaldo Garcez
80. Janduhy Carneiro
81. Nilo Coelho
82. Waldemar Guimarães
83. Mário Piva
84. Carlos Murilo
85. Medeiros Netto
86. Clodomir Millet
87. Eurico Ribeiro
88. Flávio Marcílio
89. Raul Carneiro
90. Hugo Borghi
91. Oliveira Brito
92. Castro Costa
93. Maurício Andrade
94. Levy Tavares
95. Nelson Carneiro
96. Ponce de Arruda
97. Wanderley Dantas
98. Waldyr Simões
99. Augusto de Grefório
100. Baeta Neves
101. José Maria Ribeiro
102. Adahury Fernandez

103. Fontes Torres
104. Edesio Nunes
105. Vieira de Melo
106. Amintas de Barros
107. João Menezes
108. Edgard Pereira
109. Pedro Zimmermann
110. Moreira da Rocha
111. Alvaro Lins
112. José Esteves
113. Manoel de Almeida
114. Amaral Peixoto
115. Bivar Olyntho
116. Gustavo Capatema
117. Dias Macedo
118. Renato Archer
119. Olavo Costa
120. Hermógenes Príncipe
121. Euclides Wicar
122. Alair Ferreira

SUBSTITUTIVO

SUBEMENDA Nº 5 A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 2-65 (C.N.)

Substitua-se a Emenda à Constituição nº 2, de 1965, pela seguinte:

Inclui Disposições Transitórias na Constituição Federal e dá nova redação aos seus artigos 38 e 82.

Art. 1º. É instituído o princípio de coincidência de mandatos, visando à realização simultânea, em todo o país, em duas etapas, das eleições para o Poder Executivo e para o Poder Legislativo, a partir, respectivamente, de 1974 e 1975.

Art. 2º. As Constituições, Estaduais adaptar-se-ão, até 30 de setembro de 1965, aos princípios de coincidência de mandatos, ora estabelecidos, e, bem assim, da maioria absoluta (arts. 81 e 83, desta Constituição).

Art. 3º. Em 1970, haverá coincidência geral de eleições, em todo o país.

Art. 4º. As eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governadores e Vice-Governadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos, a contar de 1975, serão simultâneas.

Parágrafo Único. Os titulares dos cargos mencionados neste artigo exercerão mandatos sempre da mesma duração.

Art. 5º. Os mandatos do Presidente e Vice-Presidente da República, eleitos a partir da eleição direta de 1970, passarão a ser de cinco (5) anos.

Art. 6º. Nos Estados em que os mandatos do Governador e do Vice-Governador, atualmente, têm a duração de cinco (5) anos, realizar-se-ão, este ano, as eleições diretas para a escolha dos sucessores dos atuais titulares daqueles cargos.

Parágrafo Único. Não se aplica aos casos ora previstos o disposto na alínea "c", do item VII, do art. 7º, da Constituição Federal.

Art. 7º. As eleições para Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores efetuar-se-ão, ao mesmo tempo, no país, a começar de 1974.

Parágrafo Único. A duração dos mandatos legislativos será sempre a mesma.

Art. 8º. O Art. 38 (caput), da Constituição Federal, passa a vigorar, com a seguinte redação:

— "Art. 38. A eleição para Deputados e Senadores far-se-á, simultaneamente, em todo o país".

Art. 9º. Dê-se ao art. 82, da Constituição Federal, a redação seguinte: — "Art. 82. O Presidente e o Vice-Presidente da República exercerão o cargo por cinco (5) anos".

Sala das Sessões, em 31 de março de 1965.

1. Humberto Lucena
2. Henrique Lima
3. Amintas de Barros
4. Baeta Neves

5. Osvaldo Lima Filho para Apoio
6. Chagas Rodrigues — (Apoio)
7. Pedro Braga
8. Renato Ceidônio
9. Alceu Carvalho
10. João Mendes Olimpio
11. Paes de Andrade
12. Pacheco Chaves
13. Geraldo de Pina
14. Walter Baptista
15. Josaphat Borges
16. Pinho Lemos
17. João Fernandes
18. Soule Maior
19. Anacleto Lima Filho
20. João Veiga
21. Heitor Dias — (Apoio)
22. Rezende Monteiro — (Apoio)

23. Arruda Câmara
24. Marcial Terra
25. Breno P. Silveira — (Apoio)
26. Alair Ferreira — (Apoio)
27. Millo Camarozoni — (Apoio)
28. Ivan Luz
29. Cid Furtado — (Apoio)
30. Abel Rafael
31. Croacy de Oliveira
32. Abrahão Sabbá
33. Clóvis Pestana — (Apoio)
34. Aécio Cunha
35. Geraldo Mesquita
36. Wanderley Dantas
37. Clóvis Pestana
38. Walter Passos
39. Mario Maia
40. Benjamin Farah
41. Argelino Dario
42. Rubens Alver
43. Pinho Costa
44. Paulo Montan
45. Roberto Saturnino
46. José Maria Ribeiro
47. W. Simões
48. Mario Tamborindeguy
49. Afonso Celso
50. Vingt Rosado
51. Antônio Almeida
52. Noronha Filho
53. Noronha Filho
54. Ney Maranhão
55. Lino Morgani
56. Elias Nade
57. Lauro Leitão
58. Dias Menezes
59. Nelson Carneiro — (Apoio)
60. Benedito Vaz
61. Ultimo de Carvalho
62. Bernardo Belo
63. J. Fontes Torres
64. Adahury Fernandes
65. Manoel Novais
66. Neco Novais
67. Carlos Murilo
68. Renato Azeredo
69. Renato Azeredo
70. Raul de Góes
71. Ozanam Coelho
72. Celso Murta
73. Jaeder Albergaria
74. Padre Catalano
75. Pinheiro Chagas
76. Oliveira Brito
77. Tancredo Neves
78. Aloysio de Castro
79. Tabosa de Almeida
80. Gayoso e Almendra
81. Dyrno Pires
82. Moura Santos
83. Floriano Rubim
84. Raul Carneiro
85. Mario Piva
86. José Menck
87. Levy Tavares
88. Yukishigue Tamura
89. Tufy Nassif
90. Nilo Coelho
91. Waldemar Guimarães
92. Janduhy Carneiro
93. Eurico Ribeiro
94. José Burnett
95. Baptista Ramos
96. Clodomir Millet
97. Degivel

98. Francisco Adeodato
99. Alvaro Lins
100. Leopoldo Pires
101. Pedro Marão
102. Mário Gomes
103. João Ribeiro
104. Epilogo de Campos
105. Hugo Borghi

SUBSTITUTIVO

EMENDA Nº 6 — A EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1955

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º Os Governadores e vice-governadores nos Estados em que os períodos de governo, nos termos das Constituições Estaduais vigentes em 31 de março de 1954, venham a terminar até 31 de janeiro de 1966, serão eleitos em 3 de dezembro de 1955 (artigo 134).

Parágrafo único. Nos demais Estados, a eleição para governadores e vice-governadores far-se-á simultaneamente com a do Presidente da República.

Art. 2º Os mandatos de todos os governadores e vice-governadores eleitos nas datas fixadas no artigo anterior e seu parágrafo terminarão em 15 de março de 1957.

Art. 3º A partir de 15 de março de 1959, os mandatos de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e juizes de paz, onde os houver, serão de 4 (quatro) anos.

§ 1º As Assembleias Legislativas estaduais, em períodos de mandatos municipais a se iniciarem até 14 de março de 1956, de forma que todos terminem em 15 de março de 1957.

§ 2º As eleições a que se refere este artigo, nos Estados em que novas eleições, não realizadas em 1954, o fôr no terceiro domínio do quinquênio do ano anterior à data da eleição para Presidente da República, não poderão haver eleições municipais em qualquer dia do quinquênio.

Art. 4º Observar-se-á, para a eleição de governadores e vice-governadores, de prefeitos e vice-prefeitos municipais, no que couber, o disposto no art. 81 e seus parágrafos, segundo a redação da Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1954.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 5º O número de deputados a que se refere o art. 58 da Constituição Federal não sofrerá qualquer alteração nas próximas 5 (cinco) Legislaturas.

1. Jorge Curi
2. Último de Carvalho
3. Aroldo Carvalho
4. Tourinho Dantes
5. Rondon Pacheco
6. Ivair Luz
7. Augusto Novais
8. Sussumu Hirata
9. Antônio Carlos Magalhães —
apoiamento
10. Heitor Dias
11. Jandui Carneiro
12. Teófilo de Albuquerque
13. Oswaldo Zanillo
14. Yukishigue Tamura
15. Pe. Godinho
16. Milio Cammarosano
17. Gil Veloso
18. Afrânio de Oliveira
19. Mario Covas
20. Luiz Francisco
21. José Barbosa
22. Guilherme Machado
23. Abel Rafael
24. Walter Passos
25. Dirceu Cardoso
26. Jorge Kalume
27. Geraldo Mesquita

28. Manoel Novais
29. Cleto Dantes
30. Nery Novais
31. Cleides Netto
32. Paulo Freire
33. Rade Nobre
34. Sampaio da Cunha
35. Armando Correa
36. Ary Alencara
37. José Eutígio
38. João Costa
39. João Paulo Falcão
40. Eustáquio Alencar
41. Américo Sobá
42. Paulo Lúcio
43. Antônio Alcântara
44. Paulo S. Tachas
45. Tasso Neto
46. Paulo Junior
47. Osório Carli
48. João Humberto
49. Osório de Figueiredo
50. João Paulo
51. João Paulo
52. João Paulo
53. João Paulo
54. João Paulo
55. João Paulo
56. João Paulo
57. João Paulo
58. João Paulo
59. João Paulo
60. João Paulo
61. João Paulo
62. João Paulo
63. João Paulo
64. João Paulo
65. João Paulo
66. João Paulo
67. João Paulo
68. João Paulo
69. João Paulo
70. João Paulo
71. João Paulo
72. João Paulo
73. João Paulo
74. João Paulo
75. João Paulo
76. João Paulo
77. João Paulo
78. João Paulo
79. João Paulo
80. João Paulo
81. João Paulo
82. João Paulo
83. João Paulo
84. João Paulo
85. João Paulo
86. João Paulo
87. João Paulo
88. João Paulo
89. João Paulo
90. João Paulo
91. João Paulo
92. João Paulo
93. João Paulo
94. João Paulo
95. João Paulo
96. João Paulo
97. João Paulo
98. João Paulo
99. João Paulo
100. João Paulo
101. João Paulo
102. João Paulo
103. João Paulo
104. João Paulo
105. João Paulo
106. João Paulo
107. João Paulo
108. João Paulo
109. João Paulo
110. João Paulo
111. João Paulo
112. João Paulo
113. João Paulo
114. João Paulo
115. João Paulo
116. João Paulo
117. João Paulo
118. João Paulo
119. João Paulo
120. João Paulo
121. João Paulo
122. João Paulo
123. João Paulo
124. João Paulo
125. João Paulo
126. João Paulo
127. João Paulo

128. Manoel Covas
129. Mauricio Goulart
Salto das Comissões em 3 de abril
de 1955.

SUBSTITUTIVO

EMENDA Nº 7 — A EMENDA A CONSTITUIÇÃO

Nº 2-65

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte

EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º Os Governadores, Vice-Governadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos, nos termos das Constituições Estaduais vigentes em 31 de março de 1955, terminam em 1955, serão eleitos em 3 de dezembro de 1955 (art. 134).

Parágrafo 1º. Nos demais Estados, a eleição para Governadores e Vice-Governadores far-se-á simultaneamente com a do Presidente da República.

Parágrafo 2º. As eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, onde os mandatos venham a terminar em 1955, serão realizadas no primeiro domingo do mês de setembro de 1955.

Art. 2º Os mandatos de todos os Governadores, Vice-Governadores e Vereadores eleitos na conformidade do artigo anterior e seus parágrafos, terminam em 15 de março de 1957.

Art. 3º Os mandatos dos Prefeitos e Vice-Prefeitos, eleitos na forma do artigo 81 e seu parágrafo segundo, terminam em 31 de janeiro de 1957.

Art. 4º Observar-se-á, para a eleição de Governadores e Vice-Governadores, de Prefeitos e Vice-Prefeitos, segundo a redação da Emenda nº 9, de 22 de julho de 1954.

Parágrafo, em 31 de março de 1954.

1. João Vieira
2. Sampaio da Cunha
3. Francisco Adeodato
4. Carlos Guedes
5. Teodoro de Almeida
6. Paulo Lemos
7. Eutígio Velho
8. Luis Lins
9. Raimundo Brito
10. Manoel Piva
11. Adolfo de Oliveira
12. Teófilo Albuquerque
13. Jandui Carneiro
14. Nelson Carneiro
15. Alencar Arinos F.
16. Paulo Costa
17. Carneiro de Loyola
18. Pe. Godinho
19. Newton Carneiro
20. Cassiano Filho
21. José Burnett
22. Costa Cavalcanti
23. Augusto Novais
24. Luiz Bronzeado
25. José Bonifácio
26. Fernando Gama
27. Euvaldo Pinto
28. Machado Rollemberg
29. Rondon Pacheco
30. Guilherme Machado
31. Luciano Machado
32. Ferraz Egrejas
33. Arnaldo Nogueira
34. Nicolau Tuma
35. José Barbosa
36. Fernando Gama
37. Euvaldo Pinto
38. Afonso Anschau
39. Plínio Salgado
40. Arruda Câmara
41. José Resegue
42. Herbert Levy
43. Oswaldo Zanillo
44. Ivan Luz
45. Teófilo Andrade

46. Raimundo Padilha
47. Benedito Vaz
48. Alceu de Carvalho
49. José Humberto
50. Jorge Curi
51. Ernani Salyro
52. Souto Maior
53. Djalma Merinho
54. Último de Carvalho
55. Paraceni Barcellos
56. José Richa
57. João Covas
58. Renato Celdônio
59. Noronha Filho
60. Ary Alcântara
61. Alomar Balduino
62. Antônio Brazolin
63. Antônio Barboza
64. Antônio de Oliveira
65. Hamilton Prado
66. Pedro Marão
67. C. J. Veloso
68. Luiz Machado
69. Orlando Baston
70. Benjamin Parah
71. Tourinho Dantes
72. Aurino Valois
73. Leão Cruz
74. Yukishigue Tamura
75. Antonio Annibelli
76. Otávio Cesário
77. João Veiga
78. Dário Coimbra
79. Afonso Celso
80. Clemens Sampaio
81. Elias Nacle
82. Odilon Coutinho
83. Rubens Alves
84. Emerino Arruda
85. Mateus Schimidt
86. Florisceno Paixão
87. Adilão Bernardes
88. Jelles Machado
89. Antez Badra
90. Dirceu Cardoso
91. Manoel Cabral
92. Aluísio Jorge Curi
93. Ezequias Costa
94. Leão Sampaio
95. Argelino Dario
96. Chagas Rodrigues
97. Furtado Leite
98. Abel Rphael
99. Humberto Lucena
100. Paulo Mecarini
101. Heitor Dias
102. Aluísio de Castro
103. Pedro Calvão

SUBSTITUTIVO

EMENDA Nº 8. A EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1955

Substitua-se pela seguinte:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 217, parágrafo 4º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte

EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º Os Governadores e Vice-Governadores, nos Estados em que os períodos de governo, nos termos das Constituições Estaduais vigentes em 31 de março de 1954, venham a terminar até 31 de janeiro de 1966, serão eleitos em 14 de novembro de 1955 (artigo 134).

Parágrafo único. Nos demais Estados, a eleição para Governadores e Vice-Governadores far-se-á simultaneamente com a do Presidente da República.

Art. 2º Os mandatos de todos os Governadores e Vice-Governadores eleitos nas datas fixadas no artigo anterior e seu parágrafo terminarão em 31 de janeiro de 1971.

Art. 3º Observar-se-á para a eleição de Prefeitos e Vice-Prefeitos, no que lhe fôr aplicável, as normas e o processo quanto à maioria absoluta estabelecidos na Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1954.

Art. 4º A data das próximas eleições municipais será fixada pelas Assembleias Legislativas dos Estados, respeitados os seguintes princípios:

a) haverá coincidência com as eleições federais e estaduais;
b) haverá simultaneidade em cada Estado.

Brasília, 3 de abril de 1965

Brasília, em de abril de 1965:
— Senador Edmundo Levy.

1. João Agripino
2. Ray Carneiro
3. Padre Calazans
4. Joaquim Parente
5. Zacarias de Assumpção
6. Silvestre Pericles
7. Heribaldo Vieira
8. Antônio Jucá
9. Antônio Carlos
10. Adalberto Sena
11. Eurico Rezende
12. José Feliciano
13. Mem de Sá
14. Silvestre Machado
15. Aécio Cunha
16. Carlos Pinheiro
17. Guido Mondim
18. Raul Giuberti

SUBEMENDA Nº 9 A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 2-65

Ao caput do art. 1º, acrescente-se, logo em seguida às expressões "3 de outubro de 1955 (art. 134)":

Também se fará eleição, de acordo com o disposto neste artigo, nos Estados em que, por qualquer motivo, se tenham vagado os cargos de governador e vice-governador antes de decorrida a primeira metade do mandato e hajam eles sido preenchidos com inobservância do princípio estabelecido no art. 79, parágrafo 2º, primeira parte, da Constituição.

Justificação

A Constituição Federal prescreve, como norma cogente, que, vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República antes de decorrida a primeira metade do período do mandato, se fará eleição direta para ambos os cargos sessenta dias após a abertura da última vaga (art. 79, parágrafo 2º).

2. É princípio imperativo, de que não se podem afastar os Estados, como membros da Federação, eis que cada um deles "se regerá pela Constituição e pelas leis que adotar, observados os princípios estabelecidos" na Carta Magna nacional (art. 13). E, sob pena de contrapor-se ao Estado Básico, nenhuma unidade federativa lhe poderia fugir ao mandamento, ainda que não o inscrevesse na sua Constituição ou de maneira diferenciada.

3. O Ato Institucional, embora lei de exceção, não autorizou o estranho procedimento adotado em certos Estados, mas, estranhamente, fizeram-se eleições indiretas em alguns, o que de governador se vagou antes de decorrida a primeira metade do mandato governamental. E, além disso, a inconstitucionalidade que assim se praticou, modificando a Constituição, que a Carta Magna, em poucas horas, não pôde ser corrigido e a Constituição, o exemplo da Lei 174, de 1964, se tornou extinta.

O Ato Institucional, ao criar o art. 10 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, poder-se-ia habilitar-se a participar das eleições previstas nesta Emenda, e das que se lhes seguirem, desde que o Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária e em um só julgamento, decidida pela improcedência das razões que determinaram a suspensão de seus direitos políticos.

1º O interessado requererá a citação do Presidente da República, a fim de que, no prazo máximo de trinta dias, informe ao Supremo Tribunal Federal os motivos de qualquer natureza que justificarem o ato impugnado e junte as provas que tiver.

2º O relator abrirá ao autor, em seguida, o prazo também improrrogável de sessenta dias, para que ofereça a imputação e produza as provas de defesa.

3º Ouvida no prazo igualmente improrrogável de quinze dias a Procuradoria-Geral da República, os autos serão conclusos ao relator, devendo o julgamento realizar-se nos sessenta dias seguintes.

Senado Federal, 1º de abril de 1965.

10. Oscar Passos
11. Lobão da Silveira
12. Menezes Pimentel
13. Adalberto Sena
14. Melo Braga
15. Vicente Augusto
16. Pessoa de Queiroz
17. Raul Giuberti
18. Aurélio Vianna
19. Antônio Jucá
20. Barros de Carvalho
21. Lino de Matos
22. José Feliciano
23. Dylton Costa

SUBEMENDA Nº 10

Acrescente-se no fim do art. 1º a seguinte expressão:

"Quando sem efeito quaisquer alterações procedidas nas referidas Constituições que conflitem com a presente disposição".

Justificação

É preciso ficar bem claro e bem positivo que a Emenda Constitucional tornará sem efeito o ato da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que prorrogou o mandato do Governador.

Não convém, de nenhum modo, deixar qualquer dúvida sobre o assunto, de maneira que se tenha de levar a questão ao judiciário para a devida interpretação.

É preferível, no caso, explicar de mais a dar margem a dúvidas que só serviriam para tumultuar o sentido da coincidência dos mandatos.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

1. Lobão da Silveira
2. Menezes Pimentel
3. Arnon de Mello
4. Ruy Carneiro
5. Zacarias de Assumpção
6. João Agripino
7. Nogueira da Gama
8. Melo Braga
9. Silvestre Pericles
10. Walfrido Gurgel
11. Guido Mondim
12. Barros de Carvalho
13. Pessoa de Queiroz
14. Pedro Ludovico
15. José Feliciano
16. José Guimard
17. Atílio Fontana
18. Raul Giuberti
19. Dylton Costa
20. Aécio Cunha
21. Oscar Passos
22. Padre Calazans
23. Edmundo Levy
24. Arthur Virgílio
25. Vicente Augusto
26. Vivaldo Lima
27. Antônio Jucá

SUBEMENDA Nº 11

ao Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1965 (C.N.), que dispõe sobre eleição de Governadores e Vice-Governadores dos Estados, Prefeitos e Vice-Prefeitos Municipais, limites de mandatos e da outras providências.

Justificação

O projeto de Emenda Constitucional nº 2, de 1965, não deve ser alterado para Presidente e Vice-Presidente da República. Nos Estados e Municípios, se não prevalecer, para as suas eleições majoritárias, terão estas que se renovar em quase invariavelmente. Com o conhecimento radicalmente contrário reinante no interior do País sabe disso muito bem. Ali não se impõe o critério da maioria absoluta, salutar como princípio, mas difícil de ser adotado na maioria das regiões brasileiras.

Senado Federal, 1º de abril de 1965.

1. Senador Heribaldo Vieira.
2. Senador Pedro Ludovico.
- 3.
4. Senador Lobão da Silveira.
5. Senador Melo Braga.
6. Senador Dylton Costa.
7. Senador Adalberto Sena.
8. Senador Edmundo Levy.
9. Senador José Rollemberg Leite.
10. Senador Arnon de Mello.
11. Senador Zacharias de Assumpção.
12. Senador Menezes Pimentel.
13. Senador José Guimard.
14. Senador Antônio Jucá.
15. Senador Ruy Carneiro.
16. Senador José Feliciano.
17. Senador Atílio Fontana.
18. Senador Barros de Carvalho.
19. Senador Vasconcelos Torres.
20. Senador Oscar Passos.

SUBEMENDA Nº 12 A EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1965

Ao art. 4º: (acrescente-se)

Art. 4º A partir de 1966, observar-se-á, para a eleição de governadores...

Acrescente-se:

Art. 6º Os parágrafos 1º e 3º do art. 60 da Constituição Federal passam a ter a seguinte redação:

Art. 60
§ 1º Cada Estado, e bem assim o Distrito Federal, elegerá quatro (4) senadores.

§ 3º A representação de cada Estado e a do Distrito Federal renovar-se-ão, pela metade, de quatro em quatro anos. — Deputado Wilson Calmon.

1. Clodomir Millet
2. Bento Gonçalves
3. Italo Filizaldi
4. Arnaldo Cerdeira
5. Henrique de La Rocque
6. Muniz Falcão
7. Arnaldo Garcez
8. Matos Carvalho
9. José Esteves
10. Djalma Passos
11. Geremias Fontes
12. Bernardo Bello
13. Croacy de Oliveira
14. José Mandelli
15. Geraldo Mesquita — apoio
16. Andrade Lima Filho
17. Armando Corrêa
18. Burlamaqui de Miranda
19. Cicero Dantas
20. Medeiros Neto
21. Abrahão Sabão
22. Armando Leite
23. Noronha Filho
24. Wanderley Dantas
25. Baela Neves
26. Edésio Nunes
27. Argilano Dario
28. Alceu de Carvalho
29. Paulo Macarini
30. José Barbosa — apoio
31. Fernando Gama
32. Lopo de Castro
33. Lister Caldas
34. Ivar Saldanha
35. Ney Maranhão
36. Enírico de Campos
37. Elias Carmo
38. Arruda Câmara
39. Eurico Oliveira
40. Ruy Lino
41. Ezequiel Arruda
42. Abel Efraim
43. Waldemar Guimarães
44. Héitor Cavalcante
45. Francisco Pereira
46. Sérgio Marota
47. Celso Amaral
48. Accioly Filho
49. Aureo Melo
50. Alexandre Costa
51. Dirno Pires
52. Alfredo Nasser
53. Lisboa Machado
54. Antônio Feliciano
55. Wilson Roriz
56. Abrahão Moura
57. Hezel Morhy
58. José Maria Ribeiro

59. Hugo Borghi
60. Chagas Rodrigues — apoio
61. Ubirio Machado — apoio
62. Breno da Silveira — apoio
63. Luiz Pereira
64. João Ribeiro
65. Humberto Lucena — apoio
66. Geraldo Cuedes — apoio
67. Aderbal Jurema — apoio
68. José Richa — apoio
69. Dulcino Monteiro
70. Jorge Kalume
71. Tiago Maia
72. Clementes Sampaio
73. Geraldo de Faria
74. Batista Raposo
75. Adair F. Fernandes
76. Dias Figueira
77. Teodoro de Albuquerque
78. Antônio Bressolin
79. Doro Coimbra
80. Aurélio Vitor
81. José Bat. Arcevedo
82. Joseph Borges
83. Tourinho Dantas — apoio
84. Amilton Prado
85. Yulioque Temura
86. Susumo Kirata
87. Aécio Cunha — apoio
88. Amilton Nogueira — apoio
89. Elias Nacle
90. Henrique Turner — apoio
91. Mário Covas
92. Athie Cury
93. Celso Murta — apoio
94. Nilo Camarosso — apoio
95. Giordano Alves
96. Ulisses Guimarães — apoio
97. Afrânio de Oliveira
98. Pedro Marão
99. Luiz Francisco
100. Padre Godinho
101. Adolfo Vianna
102. João Veiga
103. Enfilio Gomes — apoio
104. Minoru Miyamoto
105. Gil Veloso
106. Terevél
107. Paulo Coelho
108. Machado Rollemberg
109. Carlos Wernick
110. Jaeder Albergariz
111. Plínio Costa
112. Wilson Falcão
113. Osni Reis — apoio
114. Art Alcântara
115. Adolfo Bernardes
116. Pedro Braga
117. Lévi Tavares
118. Cardoso de Menezes
119. Antônio Annibelli
120. Celestino Filho
121. Marcial Terra
122. João Mendes Olimpia
123. Benedito Vaz

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1965.

SUBEMENDA Nº 13

A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 2/65

Acrescentem-se, onde convier:

Art. Os atingidos pelas sanções do art. 10 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, poderão habilitar-se a participar das eleições previstas nesta Emenda, e das que se lhes seguirem, desde que o Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária e em um só julgamento, decidida pela improcedência das razões que determinaram a suspensão de seus direitos políticos.

1º O interessado requererá a citação do Presidente da República, a fim de que, no prazo máximo de trinta dias, informe ao Supremo Tribunal Federal os motivos de qualquer natureza que justificarem o ato impugnado e junte as provas que tiver.

2º O relator abrirá ao autor, em seguida, o prazo também improrrogável de sessenta dias, para que ofereça a imputação e produza as provas de defesa.

3º Ouvida no prazo igualmente improrrogável de quinze dias a Procuradoria-Geral da República, os autos serão conclusos ao relator, devendo o julgamento realizar-se nos sessenta dias seguintes.

4º A ação será processada em se-
gredo de justiça sempre que o Presi-
dente da República invocar razões de
segurança externa para justificar o
ato impugnado.

5º O prazo de decadência da
ação ora regulada será de um ano.

6º Na falta ou impedimento do
interessado, seus sucessores ou repre-
sentantes legais poderão ajuizar ou
prosseguir a ação regulada neste
artigo.

7º Poderão propor a ação re-
gulada neste artigo os atingidos pelas
sanções do art. 7º do Ato Institucio-
nal de 9 de abril de 1964, para ampla
apreciação judicial dos atos que im-
pugnam (art. 141, § 4º).

Art. Acrescente-se ao art. 101, I,
da Constituição: d) a apreciação ju-
dicial dos atos de suspensão dos di-
reitos políticos, e dos de demissão,
dispensa, disponibilidade ou aposenta-
doria, praticados de acordo com o
Ato Institucional, de 9 de abril de
1964.

Sala do Congresso Nacional, 31 de
março de 1965.

1. Nelson Carneiro
2. Dias Menezes
3. Humberto Lucena
4. Bento Gonçalves
5. Celestino Filho
6. José Freire
7. Geraldo de Pina
8. Peixoto da Silveira
9. Marcial Terra
10. Padre Nobre
11. Paulo Freire
12. Pacheco Chaves
13. Ulysses Guimarães
14. Wilson Roriz
15. José Menck
16. Luna Freire
17. Mário Piva
18. Aloísio de Castro
19. Régis Pacheco
20. Aníz Badra
21. Oliveira Brito
22. Italo Fittipaldi
23. Bias Fortes
24. Castro Costa
25. Carvalho Sobrinho
26. Guilhermino de Oliveira
27. Rachid Mamed
28. João Alves
29. Dirno Pires
30. Osni Régis
31. Leopoldo Peres
32. Simão da Cunha
33. Acyoli Filho
34. Lirio Bertoli
35. Medeiros Netto
36. Ivar Saldanha
37. Moreira da Rocha
38. Tuffy Nassif
39. Eurico Ribeiro
40. Clodomir Millet
41. Carlos Murilo
42. José Richa
43. Benedito Vaz
44. Mário Gomes
45. João Ribeiro
46. Plínio Costa
47. Pedro Marão
48. Luiz Francisco
49. Manoel Almeida
50. Padre Vidigal
51. Henrique Lima
52. Josaphat Azevedo
53. Roberto Saturnino
54. Afonso Celso
55. Josaphat Borges
56. Antônio Almeida
57. Ponce de Arruda
58. Afonso Arinos Filho
59. Leerte Vieira
60. Adolfo Oliveira
61. Janduhy Carneiro
62. Franco Montoro
63. Epilogo de Campos
64. Bernardo Bello
65. Elísio Nunes
66. Fontes Torres
67. Adaurhy Fernandes
68. Ewaldto Pinto
69. Paes de Andrade
70. Dado Coimbra
71. Levi Tavares
72. Maurício Goulart
73. Francisco Adeodato

74. Hugo Borghi
75. Jairo Brum
76. Abrahão Sabbá
77. Wilson Calmon
78. Moura Santos
79. Abel Rafael
80. Armando Corrêa
81. José Esteves
82. Waldemar Guimarães
83. Aureo Mello
84. Ozanam Coelho
85. Esmerino Arruda
86. Tancredo Neves
87. Vieira de Mello
88. José Burnett
89. Paulo Coelho
90. Djalma Passos
91. Wanderley Dantas
92. Jorge Kalume
93. Heltor Dias
94. Walter Baptista
95. Luiz Pereira
96. Joel Barbosa
97. Odilon B. Coutinho
98. Pinheiro Chagas
99. Teotônio Netto
100. Renato Azeredo
101. Antônio Feliciano
102. Jader Albergaria
103. Germinal Feijó
104. Arnaldo Nogueira
105. João Fernandes
106. Geremias Fontes
107. Mário Tamborindeguy
108. Lino Morganti
109. Amoral Furlan
110. Athéa Courty

SUBEMENDA Nº 14 A EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1965 (CN)

Acrescente-se onde convier:

Art. Fica revogado o item I do
art. 132, da Constituição Federal.

Art. A lei disporá sobre a forma
pela qual possa os analfabetos alis-
tar-se eleitores e exercer o direito
do voto.

Congresso Nacional, em 2 de abril
de 1965. — Deputado Doutel de An-
drade.

1. Pedro Braga
2. Edésio Nunes
3. Expedito Rodrigues
4. Roberto Saturnino
5. Noronha Filho
6. Zaire Nunes
7. Ney Maranhão
8. Adahury Fernandez
9. Chagas Rodrigues
10. Clodomir Leite
11. Argilano Dario
12. Baeta Neves
13. João Herculino
14. Gastão Pedreira
15. Breno da Silveira
16. Adílio Viana
17. José Maria Ribeiro
18. Antônio Bresolin
19. Vingit Rosado
20. Lisandro Paixão
21. Ario Theodoro
22. Souto Maior
23. Antônio Baby
24. Alvaro Lins
25. Djalma Passos
26. Benjamim Farah
27. Ruben Alves
28. Paulo Macarini
29. José Barbosa
30. Elias Neco
31. Germinal Feijó
32. Milton Reis
33. Ivar Saldanha
34. Clemens Sampaio
35. Mário Maia
36. Jamil Amlden
37. Unirio Machado
38. Matheus Schimidt
39. Emmanuel Waissmann
40. Alceu Carvalho
41. Ivete Vargas
42. Abrahão Moura
43. Pedro Catalão
44. Odilon Ribeiro Coutinho
45. Humberto Lucena
46. Laerte Vieira
47. Oswaldo Lima Filho
48. Floriano Paixão
49. Mário Covas

50. Augusto de Gregório
51. Flávio Marcílio
52. César Prieto
53. Renato Celidônio
54. Leopoldo Peres
55. Andrade Lima Filho
56. Raul Carneiro
57. Hugo Borghi
58. Josaphat Borges
59. Edison Garcia
60. Aureo Mello
61. Rezende Montelro
62. Waldir Simões
63. João Alves
64. Afonso Celso
65. Pinheiro Júnior
66. Ruy Lino
67. João Mendes Olimpio
68. Moreira da Rocha
69. Lino Braun
70. Milvernes Lima
71. Vieira de Mello
72. Aderbal Jurema
73. Glênio Martins
74. Oliveira Brito
75. Antônio Annibelli
76. Marcial Terra
77. Dyrno Pires
78. Otávio Cesário
79. Paes de Andrade
80. Alexandre Costa
81. Hélcio Maghensani
82. Osni Régis
83. Henrique Lima
84. Burlamaqui de Miranda
85. Arnaldo Lafayette
86. Nelson Carneiro
87. Jairo Brum
88. Aurino Valois
89. Levi Tavares
90. Hegel Mory
91. Wilson Calmond
92. Teófilo Andrade
93. Lirio Bertoli
94. Tancredo Neves
95. Fernando Gama
96. Régis Pacheco
97. Walter Batista
98. José Richa
99. Stélio Maroja
100. Italo Fittipaldi
101. Geraldo Guedes
102. Luiz Pereira
103. Renato Azeredo — apoio
104. Carlos Murilo
105. Geraldo de Pina
106. José Mondelli

Justificação

Se consultarmos a história, veri-
ficaremos que o poder, no que se re-
fere à sua legitimidade, passou por
diferentes fases.

Na sociedade escravista da antigui-
dade, pertenciam ao patriciado ou às
castas sacerdotais que detinham o
privilégio da riqueza e da cultura.

Na sociedade feudal da Idade Mé-
dia estava nas mãos dos barões que
exerciam uma autoridade, ora tirâni-
ca ora paternalista sobre o burgo.

No declínio da sociedade feudal e
com a formação dos Estados Nacio-
nais, fortaleceu-se a teoria do direito
divino dos Reis, segundo a qual a
fonte do poder era dinástica.

Com o advento da sociedade capi-
talista e burguesa, que se manifestou
especialmente no plano político pela
Revolução Francesa e no econômico
pela Revolução Industrial, surgiu no-
va fonte de legitimidade do Poder,
a soberania popular.

Nos primórdios do novo regime,
embora tal princípio estivesse consa-
grado teoricamente em documentos
como a Declaração dos Direitos do
Homem, só os proprietários dispu-
nham do direito do voto. A nova
classe, a burguesa, passou a deter o
poder absoluto. O crescimento e a
organização dos trabalhadores, no
entanto, que passaram a reivindicar,
pelos seus órgãos de classe, uma
participação cada vez maior na re-
nda nacional, que implicava a interfe-
rência na formação do poder polí-
tico, conduziu historicamente ao su-
frágio universal.

O que ocorreu, portanto, com o ad-
vento da democracia política foi a

ampliação das bases de constituição
do poder, em consequência da qual
surgiu a tendência para a diminuição
das barreiras que separavam as clas-
ses sociais. O ideal político passou
a ser a democracia em todos os pla-
nos, inclusive no econômico e no so-
cial.

No que se refere à evolução do su-
frágio, ou processo de transmissão do
Poder aos representantes do povo, a
história revela a tendência crescente
à universalização do voto, com a cor-
respondente redução ou eliminação
das discriminações entre os eleitores.

Os principais critérios de acordo
com os quais se operavam essas dis-
criminações eram os seguintes: ida-
de, sexo, grau de instrução e condi-
ção econômica.

No século passado, quase todos os
países, no que diz respeito à idade,
exigiam dos eleitores um mínimo de
30 ou 25 anos e, alguns, 21, idade que
coincidia com a maioridade civil.
Atualmente observa-se a tendência
para reduzir esse mínimo a 18 anos,
como já ocorre em nosso País.

A exigência, de origem inglesa, de
residência do eleitor em determinado
local, implicava a tese de que a re-
presentação não era das pessoas, mas
de determinadas circunscrições ou
distritos eleitorais. A maioria dos
países já aboliu essa exigência, que,
na Europa, excluía do sufrágio os
operários sem local fixo de trabalho.

A concessão do direito de voto às
mulheres é conquista deste século.
Em 1917, ocorreu na Inglaterra e, a
partir de 1918, em quase todos os pa-
íses europeus, a concessão da Suíça.

No que diz respeito à qualificação
cultural, ou nível de instrução, que
nos interessa de modo especial, cabe
observar que muitos países exigiam
como condição de registro eleitoral a
alfabetização e, alguns, a conclusão
do curso primário. Outros, como a
Bélgica, davam os eleitores o direi-
to de votar duas ou três vezes, con-
forme tivessem curso secundário e
superior. Atualmente a concessão do
direito de voto aos analfabetos é uma
exigência comum dos países subde-
senvolvidos, que não podem aguardar
a erradicação do analfabetismo para
incorporar aos colégios eleitorais nu-
merosos contingentes de suas popula-
ções.

Assim, por exemplo, na América
Latina os analfabetos votam no Mé-
xico, na Costa Rica, na Guatemala e
na Bolívia. Na África, em 35 países,
com exceção da Rodésia do Sul, da
República da África do Sul e das co-
lônias portuguesas de Angola, Mo-
çambique e Guiné, homens e mulhe-
res maiores de 18 anos e analfabetos
participam do sufrágio popular. No
Oriente o mesmo se verifica em
Camboja, Laos, Tailândia, Malásia,
Indonésia e China Continental.

O quarto critério a que fizemos re-
ferência foi a condição econômica. O
direito de votar já esteve condiciona-
do à obrigação de pagar impostos,
restrição progressivamente abolida,
levando-se em conta que todos, co-
mo consumidores, são contribuintes e
pagam tributos, se não direitos, indi-
reitos.

Já se observou com razão que a
evolução dos sistemas eleitorais, du-
rante os séculos XIX e XX, em
grande parte, a história da transição
do sufrágio economicamente limita-
do, sufrágio censitário, para o eco-
nomicamente ilimitado, sufrágio uni-
versal. (Enciclopédia Barsa). O su-
frágio universal foi adotado na Fran-
ça em 1848, na Alemanha em 1871,
na Áustria em 1907 e, na Itália, em
1913. Nos Estados Unidos o sufrágio
só se tornou realmente universal a
partir de 1920, quando foi concedido
às mulheres o direito de votar.

Além das restrições a que acaba-
mos de fazer referência, empregava-
vam-se ainda outros processos ten-

gentes a limitar o sufrágio em prejuízo das classes trabalhadoras, tais como a votação indireta e a votação a descoberto.

A votação indireta, comum em vários países, no século passado, consistia em limitar o direito dos eleitores à constituição de corpos eleitorais intermediários que, por sua vez, elegiam os titulares dos poderes Legislativo e Executivo. Desses votantes, intermediários, fáceis de influenciar porque menos numerosos, mais acessíveis e geralmente pertencentes à classe dominante, exigia-se um alto imposto direto, o que restringia o sufrágio a um grupo de eleitores qualificados segundo a condição econômica. Tal processo foi complementariamente abolido, não vigorando mais em país algum.

Na votação a descoberto, o eleitor, ao comparecer às urnas, se acha obrigado a revelar o nome dos seus candidatos. É óbvio que tal sistema favorece, mais do que qualquer outro, a coação sobre o eleitorado por parte do governo e das classes dominantes. Nossa experiência confirma a de outros países, onde o voto era vendido a quem pagasse mais e, em cujas zonas rurais, sempre se elegiam os grandes proprietários de terras ou seus candidatos. O voto secreto, que representa insubstituível garantia à liberdade do eleitor, foi adotado pela primeira vez, na Austrália em 1856, na Inglaterra em 1872. Na América Latina foi introduzido em 1916, na Argentina, pelo Presidente Sáenz Peña. Em nosso País foi uma das principais reivindicações e conquistas da revolução de 1930.

Menciona-se, ainda, como processo tendente a restringir o sufrágio, a chamada "aritmética eleitoral". Consiste, tal processo, em estabelecer proporções artificiais entre determinados colégios de eleitores e o número de representantes, a fim de favorecer as áreas conservadoras, geralmente rurais, em prejuízo das progressistas, geralmente urbanas. Embora tendesse a desaparecer, esse processo vigorou durante muito tempo em alguns países, como a Alemanha e a França.

A concessão do direito de voto às mulheres, aos maiores de 18 anos, aos analfabetos, a abolição de discriminações econômicas, bem como a adoção do sufrágio direto e secreto, assinalam a tendência crescente à universalização do voto, como condição fundamental da autêntica democracia, isto é, do regime no qual a soberania reside no povo e só em seu nome, e por sua delegação, pode se exercer.

A democracia se caracteriza, pois, pela participação da maioria do povo, por intermédio do voto secreto, na formação do poder. Ora, o processo político ainda sofre, em nosso País, as mais graves deformações. Basta considerar que, em 1960, achavam-se inscritos cerca de 15 milhões e meio de eleitores, enquanto era de cerca de 34 milhões e meio a população de mais de 18 anos de idade, achando-se, assim, à margem da vida pública mais de 18 milhões de brasileiros analfabetos.

O simples confronto desses números demonstra a inautenticidade das eleições, quer para o Legislativo, quer para o Executivo, a qual, a rigor, não permitiria aos eleitos falar e decidir em nome da maioria do povo brasileiro. É claro que essa desproporção compromete a representatividade das instituições nacionais, fundadas no sufrágio universal.

A imensa maioria dos trabalhadores rurais, constituída de analfabetos, se acha excluída do processo eleitoral, carecendo de representação nos poderes da República, o que poderá provocar graves perturbações sociais, pois, não encontrando as vias legais para a manifestação de sua vontade, tende a destruir as estruturas que a marginalizam, como a história tem demonstrado.

Baseia-se a teoria da exclusão do analfabeto no pressuposto de que não possui o grau de discernimento necessário à escolha dos seus governantes. Se fosse procedente essa tese, estaria igualmente invalidada a opção do analfabeto no plano religioso. A escolha de uma doutrina ou crença religiosa constitui, talvez, matéria de maior indagação do que a escolha de um candidato para qualquer cargo eletivo. Do ponto de vista do discernimento político, aliás, não existe diferença fundamental entre analfabetos e semi-analfabetos. Estes representam mais da metade do eleitorado brasileiro, o qual se constitui, como é sabido, de trabalhadores rurais cujo padrão de vida é extremamente baixo. Para efeitos eleitorais seria possível aceitar essa distinção, há trinta anos, quando os meios de divulgação estavam restritos à imprensa escrita. Somente pelos jornais e nos comícios podia o povo tomar conhecimento dos programas partidários, das plataformas dos candidatos, da conduta dos líderes políticos e de seus opositores. Com o advento do rádio, especialmente do transistor, a população das mais distantes regiões do País passou a inteirar-se, a cada momento, dos mais importantes acontecimentos nacionais. A formação do julgamento do homem do povo sobre os homens públicos e os problemas do País já não está, portanto, condicionada à capacidade de assinar o próprio nome.

Em uma sociedade dividida em classes, cujos interesses frequentemente colidem, as grandes opções políticas são feitas, precisamente, em função desses interesses. Para discerni-los não é indispensável nem ampla cultura nem conhecimento especializado. Sustentar tese oposta equivaleria advogar o voto de qualidade, abolido em todos os países democráticos do mundo, pois sua instituição não conduzia ao governo dos melhores, mas ao domínio das oligarquias, com exclusão do povo, fonte de todo poder.

Se o grau de discernimento político devesse corresponder ao nível intelectual, o voto do professor deveria ser equivalente a dois ou três votos do estudante, o dos técnicos a dois ou três dos operários, o dos generais a dois ou três dos tenentes, e assim por diante. A adoção de semelhante doutrina implicaria no retorno ao sistema de castas, quando o direito de governar se graduava de acordo com os títulos de barão, conde, marquês, duque e príncipe.

A própria experiência da vida nacional comprova o absurdo dessa tese residual da Idade Média, baseada nos privilégios. Basta lembrar, a título de exemplo, o caso do senhor Café Filho, que chegou à Presidência da República sem haver concluído o curso primário.

Enquanto a Constituição Brasileira nega direito de voto ao analfabeto, reconhece-lhe capacidade para a prática dos seguintes atos jurídicos, econômicos e sociais: compra e venda, pagamento de impostos, constituição de renda, gestão de negócios, pátrio poder, tutela, curatela, curadoria de ausentes, propriedades, condomínio, usucapão, compásco, enfiteuse, usufruto, penhor, hipoteca, solidariedade ativa e passiva, consignação, doação, compensação, retrovenda, locação, comodato, mútuo, depósito, títulos, cheques, sociedade, parceria, contrato de seguros, fiança, transmissão e aceitação de herança, testamento, constituição de legatários, inventariantes, etc.

No campo do direito penal a condição de analfabeto não constitui, sequer, atenuante, acontecendo o mesmo em relação à Legislação Militar e ao Direito Fiscal, pois esses cidadãos, tanto quanto os alfabetizados, se acham obrigados à prestação de

serviço militar e ao pagamento de impostos. Cumpriria, ainda, assinalar que em certas regiões do País, especialmente no meio rural, há pessoas que, pelo seu poder econômico, embora não votando, controlam importantes colégios eleitorais.

A condição de analfabeto, além disso, não decorre da vontade individual. O problema, pelas proporções que assume no Brasil, se torna eminentemente social, pois não teria cabimento admitir que existem em nosso País 18 milhões de analfabetos por serem refratários à educação.

Assim sendo, cumpre ao Estado empenhar-se nas campanhas de alfabetização, sem prejuízo do direito de sufrágio ao iletrado.

Restaria considerar a tese de que, antes de mais nada, é preciso alfabetizar para votar. Em um país subdesenvolvido como o nosso, com escassos recursos para os grandes programas estatais de alfabetização, há um permanente descompasso entre o ritmo de crescimento vegetativo da população e o número de escolas primárias para adultos e crianças. A correção do desequilíbrio, de acordo com essa tese, exigiria um prazo de pelo menos 100 anos.

Se aplicássemos a mesma doutrina aos milhões de brasileiros que moram em choupanas, casbres, favelas, mocambos, barracos e palhoças, o Plano Nacional de Habitação seria inviável sem que, previamente, fossem seus beneficiários educados a fim de se tornarem capazes de usar a luz elétrica e o gás, a água encanada e os esgotos etc. Verificando a coincidência entre os padrões de habitação e os níveis de instrução, podemos observar que a quase totalidade dos habitantes do País confinados ao regime de sub-habitação constitui, talvez, por isso mesmo, a maioria da massa analfabeta. A mesma observação pode ser feita em relação à parcela de brasileiros que reside em casas, no sentido técnico-social do termo. Essa parcela corresponde à quase totalidade da população alfabetizada e letrada do País. Ora, se levarmos em conta que o déficit habitacional é de cerca de 10 milhões de casas e que, em cada casa, devem residir, no mínimo, três pessoas, chegaremos à conclusão de que seria necessário educar para a moradia, antes de iniciar a execução de qualquer plano habitacional, cerca de 30 milhões de brasileiros, o que também exigiria, por motivos já apontados, um prazo interminável.

A alegação de que o voto do analfabeto propiciaria a fraude deixou de ter procedência desde que a Legislação Eleitoral adotou a cédula única. Na impressão de cédula única bastaria que se acrescentasse à legenda de cada partido seu símbolo respectivo, adotando-se o mesmo processo na lista oficial dos candidatos, juntos de que cujos nomes seriam estampadas figuras por eles escolhidas, entre objetos e instrumentos de uso ordinário. Não há, pois, como levantar objeções sobre a possibilidade técnica da prática do voto pelo analfabeto, a menos que também se queira condenar a cédula oficial.

Não se trata, aliás, de uma inovação, pois a concessão do voto ao analfabeto já se incorporou, como vimos, à Legislação Eleitoral de inúmeros países democráticos.

Lembremos que o decreto de convocação da "Assembleia Geral Constituinte para o Reino do Brasil", promulgado pelo então Príncipe Regente, em 3 de junho de 1822, no capítulo II, item 5, das "Instruções" determinava que: "Os que não souberem escrever chegar-se-ão à mesa para evitar fraudes, dirão ao Secretário os nomes daqueles em que votam: este formará a lista competente que depois de lida será assignada pelo Votante com huma cruz declarando o Secre-

tário ser aquelle o signal de que usa o tal individuo". (Registro das Leis e Decretos Constitucionais de 1821).

A propósito, observa Mário Pedrosa, em artigo publicado no "Correio da Manhã", de 25.2.64: "Como se vê, o voto do analfabeto está assim dentro das mais puras tradições de nosso Direito Constitucional."

Apresentando esta emenda à Constituição, não fazemos, pois, senão retomar uma tradição anterior ao tempo do Império, sendo inúmeros, além disso, os projetos apresentados no Congresso propondo essa medida, e visando todos ao mesmo alto propósito de instituir em nosso País uma democracia autêntica, com a participação mais ampla possível de todas as camadas do povo.

Congresso Nacional, em 2 de abril de 1965. — Deputado Doutel de Andrade.

SUBEMENDA Nº 15 — PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1965 (C.N.)

Dispõe sobre eleição de Governadores e Vice-Governadores dos Estados, Prefeitos e Vice-Prefeitos Municipais, limite de Mandatos e das outras providências.

Acrescente-se:

Art. — São extensivos aos cabos, marinheiros e soldados das Forças Armadas e das Polícias Militares dos Estados, os direitos políticos já assegurados aos demais militares.

Congresso Nacional, em 2 de abril de 1965. — Chagas Rodrigues, Deputado Federal.

Justificação

É um imperativo do sufrágio universal e da democratização do Poder, que o voto hoje assegurado a civis e militares e dentre esses, a oficiais e praças de pré. Essa é uma conquista das grandes democracias, no Ocidente e no Oriente, nos países socialistas e capitalistas. O Brasil, sob este ponto de vista, ainda não se integrou no hoje tão falado "mundo ocidental e democrático". A aspiração dos marinheiros e soldados é justa, democrática e patriótica e humana. Precisa ser atendida no Brasil, como já o foi na França, Estados Unidos, Argentina e México, entre outros países.

Congresso Nacional, em 2 de abril de 1965. — Chagas Rodrigues, Deputado Federal, Vice-líder, no exercício de liderança do P.T.B.

1. Pedro Braga
2. Edésio Nunes
3. Espedito Rodrigues
4. Roberto Saturnino
5. Noronha Filho
6. Zaire Nunes
7. Ney Maranhão
8. Adahury Fernandez
9. Chagas Rodrigues
10. Clodomir Leite
11. Argilano Dario
12. Bacta Neves
13. João Herculino
14. Gastão Pedreira
15. Breno da Silveira
16. Adylho Vianna
17. José Maria Ribeiro
18. Antonio Bresolin
19. Vingt Rosado
20. Lizandro Paixão
21. Ario Theodoro
22. Souto Major
23. Antonio Baby
24. Alvaro Lins
25. Djalma Passos
26. Benjamin Farah
27. Ruben Alves
28. Paulo Macarini
29. José Barbosa
30. Ivar Saldanha
31. Mário Maia
32. Clemens Sampaio
33. Elias Nacle
34. Germinal Feijó
35. Milton Reis
36. Jamil Amiden

37. Unirio Machado
38. Mátheus Schmidt
39. Emmanuel Walsmann
40. Alceu de Carvalho
41. Ivete Vargas
42. Abrahão Moura
43. Pedro Catalão
44. Odilon R. Coutinho
45. Humberto Lucena
46. Lázaro Vieira
47. Oswaldo Lima Filho
48. Floriceno Paixão
49. Mário Covas
50. Augusto de Gregório
51. Flávio Marcellio
52. Cesar Prieto
53. Renato Celidonic
54. Leopoldo Peres
55. Andrade Lima Filho
56. Raul Carneiro
57. Hugo Borghi
58. Josephat Borges
59. Edison Garcia
60. Aureo Mello
61. Renê de Montefiore
62. Waldir Simões
63. João Alves
64. Afonso Celso
65. Pinheiro Junior
66. Ruy Lino
67. João Mendes Olimpi
68. Moreira da Rocha
69. Lino Braum
70. Milveres Lima
71. Vieira de Mello
72. Aderbal Jurema
73. Glênio Martins
74. Oliveira Brito
75. Antonio Annibelli
76. Dyrno Pires
77. Marcial Terra
78. Otávio Cesaro
- 79.
80. Alexandre Costa
81. Hélio Machenzan
82. Osni Regis
83. Henrique Lima
84. Burlamaque de M. Rand
85. Arnaldo Lafayette
86. Nelson Carneiro
87. Jairo Brum
88. Aurino Valois
89. Levi Tavares
90. Hegel Mary
91. Wilson Calmon
92. Teófilo Andrade
93. Lírio Bertoli
94. Tancredo Neves
95. Fernando Gama
96. Regis Pacheco
97. Walter Batista
98. José Richa
99. Stélio Maroja
100. Italo Pittipaldi
101. Geraldo Guedes
102. Luiz Pereira
103. Renato Azeredo
104. Carlos Murilo
105. Geraldo de Pina
106. José Mandelli

SUBEMENDA Nº 16 -- AO PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1965

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Torres

Inclua-se o seguinte artigo:

Art. — O registro do candidato a Presidente da República, Vice-Presidente da República, Governador de Estado, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, ficará condicionado à prévia apresentação pelo mesmo, ao Tribunal Eleitoral competente, de sua declaração de bens, registrada em cartório.

Justificação

A emenda tem um sentido eminentemente moralizador. Procura, assim, impedir que indivíduos sem a necessária qualificação moral possam valer-se da investidura nos altos postos da administração do país para proveito pessoal, aumentando seu patrí-

mônio, em detrimento da coisa pública.

Infelizmente, a presente providência não se baseia em meras conjecturas, mas em certos fatos do conhecimento de todos.

A exigência em tela servirá, portanto, para resguardar os altos postos da investidura de elementos incorruptos, valendo, conseqüentemente, como medida preventiva de defesa dos superiores interesses da Nação.

Sala das Sessões, em 1 de abril de 1965.

1. Senador Vasconcelos Torres
2. Guido Mondini
3. Raul Cluverti
4. Atílio Fontana
5. João Agripino
6. Silvestre Péricles
7. Oscar Passos
8. José Guimard
9. Arnon de Mello

SENADO FEDERAL

ATA DA 23ª SESSÃO, EM 5 DE ABRIL DE 1965

3ª Sessão Legislativa da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES NOGUEIRA DA GAMA E GUIDO MONDINI.

Às 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

- Achalberto Sena
Oscar Passos
Edmundo Levy
Cattete Pinheiro
Lázaro da Silva
João Agripino
Menezes Pimentel
Vicente Augusto
Walfredo Gurgel
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Ermirio de Moraes
Heribaldo Vieira
Aloysio de Carvalho
José de Mello
Jefferson de Aguiar
Vasconcelos Torres
Aurélio Viana
Nogueira da Gama
José Feliciano
Atílio Fontana
Guido Mondini
Daniel Krüger — 25

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Ofício n. 270-P, de 25 de março do Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal — Encaminha, para os fins do art. 64 da Constituição Federal, cópia autêntica do Acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário Eleitoral número 55.050.

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social:

Aviso n. 378, de 26 de março, com referência ao Projeto de Lei da Câmara n. 24-63, que cria o Instituto de Apoio à Indústria e Comércio das Agri-

10. Mello Braga
11. Zacarias de Assumpção
12. Menezes Pimentel
13. Adalberto Sena
14. Walfredo Gurgel
15. Sigefredo Pacheco
16. Ruy Carneiro
17. Vicente Augusto
18. Pedro Ludovico
19. Heribaldo Vieira
20. José Ermirio de Moraes
21. José Feliciano
22. Lázaro da Silva
23. Eurico Rezende
24. Edmundo Levy
25. Dulton Costa
26. Barros de Carvalho
27. Josué de Souza
28. José Rollemberg Leite
29. Adolfo Franco
30. Padre Calazans
31. Antônio Carlos
32. Pessoa de Queiroz
33. Gilberto Marinho

Aviso n. 399 de 1º do mês em curso, com referência ao Requerimento n. 785-62, do ex-Senador Paulo Coelho;

Aviso n. 401, de 1º do mês em curso com referência ao Requerimento n. 565-62, do ex-Senador Paulo Coelho;

Aviso n. 402, de 1º do mês em curso, com referência ao Requerimento n. 493-64, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

II — do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas:

Aviso n. B-8, de 25 de março, com referência ao Requerimento n. 498-64, do Sr. Senador Adolfo Steinbruch.

Aviso SRC/GC-5-601.4, (82), de 31 de março, do Ministro das Relações Exteriores — Comunica, em resposta ao Ofício SP-32 de 17 do mesmo mês, haverem sido tomadas as providências necessárias a fim de que o Governo austríaco tenha conhecimento da manifestação de pesar do Senado pelo falecimento do Sr. Adolf Schars, Presidente da Áustria.

AVISO

Do Sr. Ministro do Trabalho, nos seguintes termos:

GM BR 3.7

Em 1º de abril de 1965.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de solicitar a V. Exa. o encaminhamento dos Senadores Sully Alves de Sousa, Senador do Gabinete em Brasília, Wilson Carmona — Encarregado do Setor de Assuntos Legislativos do Gabinete, Quiracy Sales de Oliveira — Encarregado da Representação do Departamento Nacional da Previdência Social, em Brasília e Wilson Teixeira Silva, a fim de que os mesmos possam exercer a função de representantes deste Ministério junto à essa Casa em assuntos relacionados com a Legislação do Trabalho e Previdência Social.

Valho-me do meio para apresentar a V. Exa. meus protestos de elevada estima e distinta consideração — Atenciosamente, *Arnaldo Lopes Sereskind*.

Do Sr. Diretor Geral

REQUERIMENTO

Da Comissão de Constituição e Justiça (Cm. 109-65):

Requerimento nº 109, de 1965

Ser o Presidente:

Por proposta do Senador Bezerra Neto, a Comissão de Constituição e Justiça solicita da Presidência da Mesa do Senado Federal, permissão para sustentar o andamento do Projeto

de Lei do Senado nº 54-64 — Dispõe sobre a concessão de pensão a dependentes de servidores e empregados demitidos, sob as condições que estabelece, até a apreciação da Mensagem Governamental que versa sobre a mesma matéria.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1965. — Afonso Arinos, Presidente.

PARECERES

Parecer nº 248, de 1965

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1964.

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado número 55, de 1964, que acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-lei número 58, de 10 de dezembro de 1957. — Walfredo Gurgel, Presidente.

Sala das Sessões em 26 de março de 1965. — Josephat Marinho, Relator. — Eurico Rezende.

ANEXO AO PARECER Nº 248-65

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1964, que acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1957.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º do Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1957, é acrescido do seguinte parágrafo:

§ 6º Sob pena de incorrerem em crime de fraude, os vendedores, se quiserem mover, como argumento de propaganda, a proximidade do terreno com algum acidente geográfico, cidade, fonte hidromineral ou termal, ou qualquer outro motivo de atração ou valorização, serão obrigados a declarar, no memorial descritivo e a mencionar nas divulgações, anúncios e prospectos de propaganda, a distância métrica a que se situa o imóvel do ponto invocado ou tomado como referência.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 249, de 1965

Redação final das emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 1963 (nº 551-B-63, na Casa de origem).

Relator: Sr. Josephat Marinho.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 1963 (nº 564-B-63, na Casa de origem), que inclui no Plano Rodoviário Nacional a Rodovia Colônia Somer-Júlio de Castilhos, BR-14, no Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1965. — Walfredo Gurgel, Presidente. — Josephat Marinho, Relator. — Edmundo Levy.

ANEXO AO PARECER Nº 249-65

Redação final das emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 1963 (nº 363-B-63, na Casa de origem), que inclui no Plano Rodoviário Nacional a Rodovia Colônia Somer-Júlio de Castilhos, BR-14, no Rio Grande do Sul.

EMENDA Nº 1

(Correspondente à emenda nº 1 da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas).

Ao art. 1º.

Onde se lê:

"BR-91 — Porto Xavier-Colônia
Somer-Cerro Largo-Tupanciretá-Jú-
lio de Castilhos-São Sepé (BR-37) —
Lavras do Sul-Bagé-Aceguá;

Lida-se:

Por a Xavier-Colônia Somer-Cerro
Largo-Entroncamento BR-43".

EMENDA Nº 2

(de redação)

Ao Art. 1º.

Onde se diz:

"... (Lei nº 2.955, de 27 de no-
vembro de 1956) ..."

Diga-se:

"... (Lei nº 2.975, de 27 de no-
vembro de 1956) ..."

Parecer nº 250, de 1965

*Redação final da emenda do Se-
nado ao Projeto de Lei da Câmara
nº 233, de 1964 (nº 288-B-63,
na Casa de origem).*

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação fi-
nal da emenda do Senado ao Proje-
to de Lei da Câmara nº 233, de 1964
(nº 288-B-63, na Casa de origem),
que equipara os atleas profissionais
aos trabalhadores autônomos para
efeito das contribuições da Previdên-
cia Social.

Sala das Sessões, em 26 de março
de 1965. — Walfredo Gurgel, Presi-
dente. — Josaphat Marinho, Relator.
— Eurico Rezende.

ANEXO AO PARECER Nº 250-65

*Redação final da emenda do Se-
nado ao Projeto de Lei da Câmara
nº 233, de 1964 (nº 288-B-63,
na Casa de origem), que equip-
ra os atleas profissionais aos tra-
balhadores autônomos para efeito
das contribuições da Previdência
Social.*

EMENDA Nº 1

(destaque do Plenário)

Ao art. 4º.

Suprima-se o art. 4º do projeto.

Parecer nº 251, de 1965

*Redação final do Projeto do
Decreto Legislativo nº 105, de
1964 (nº 161-A-64, na Casa de
origem).*

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação fi-
nal do Projeto de Decreto Legislativo
nº 105, de 1964 (nº 161-A-64, na Ca-
sa de origem), que mantém o ato do
Tribunal de Contas da União denega-
tório de registro ao termo de con-
trato celebrado em 31 de dezembro de
1953, entre o Governo do Território
Federal do Rio Branco e Julio Olvivo
do Nascimento.

Sala das Sessões, em 2 de abril de
1965. — Antonio Carlos, Presidente.
— Walfredo Gurgel, Relator. — Jo-
saphat Marinho.

ANEXO AO PARECER Nº 251-65

*Redação final do Projeto do
Decreto Legislativo nº 105, de
1964 (nº 161-A-64, na Casa de
origem).*

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal aprovou, nos termos do art. 77,
§ 1º da Constituição Federal e eu,

Presidente do Senado
Federal promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº ...
DE 1965**

*Mantém o ato do Tribunal de
Contas da União denegatório de
registro ao termo de contrato ce-
lebrado em 31 de dezembro de
1953, entre o Governo do Territó-
rio Federal do Rio Branco e Ju-
lio Olvivo do Nascimento.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' mantido o ato, de 23 de
março de 1954, do Tribunal de Con-
tas da União, denegatório de registro
ao termo de contrato celebrado em 31
de dezembro de 1953, entre o Gover-
no do Território Federal do Rio
Branco e Julio Olvivo do Nascimento,
para o desempenho, naquele Territó-
rio, da função de Administrador da
"Fazenda Dom Inten.o".

Art. 2º Este decreto legislativo en-
trará em vigor na data de sua publi-
cação, revogadas as disposições em
contrário.

Parecer nº 252, de 1965

*Redação final do Projeto do
Decreto Legislativo nº 110, de
1964 (nº 45-A-63, na Casa de
origem).*

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação fi-
nal do Projeto de Decreto Legislativo
nº 110, de 1964 (nº 45-A-63, na Casa
de origem), que mantém o ato do
Tribunal de Contas da União denega-
tório de registro ao termo de con-
trato celebrado, em 29 de outubro de
1951, entre o Serviço de Estatística da
Providência e Trabalho, do Ministério
do Trabalho, Indústria e Comércio e
a Companhia Paulista de Papéis e
Artes Gráficas S. A.

Sala das Sessões, em 2 de abril de
1965. — Antonio Carlos, Presidente.
— Walfredo Gurgel, Relator. — Jo-
saphat Marinho.

ANEXO AO PARECER Nº 252-65

*Redação final do Projeto do
Decreto Legislativo nº 110, de
1964 (nº 45-A-63, na Casa de
origem).*

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal aprovou, nos termos do art. 77,
§ 1º da Constituição Federal e eu,
Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº ...
DE 1965**

*Mantém o ato do Tribunal de
Contas da União denegatório de
registro ao termo de contrato ce-
lebrado, em 29 de outubro de
1951, entre o Serviço de Estatísti-
ca da Previdência e Trabalho, do
Ministério do Trabalho, Indústria
e Comércio e a Companhia Pau-
lista de Papéis e Artes Gráficas
S. A.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' mantido o ato, de 27
de dezembro de 1951, do Tribunal de
Contas da União, denegatório de re-
gistro ao termo de contrato celebrado,
em 29 de outubro de 1951, entre o
Serviço de Estatística da Previdência
e Trabalho, do Ministério do Traba-
lho, Indústria e Comércio e a Com-
panhia Paulista de Papéis e Artes
Gráficas S. A., para fornecimento de
material de consumo destinado aos
trabalhos do Abono Familiar, institu-
ído pelo art. 29 do Decreto-lei núme-
ro 3.200, de 19 de abril de 1941.

Art. 2º Este decreto legislativo en-
trará em vigor na data de sua publi-
cação, revogadas as disposições em
contrário.

Parecer nº 253, de 1965

*Redação final do Projeto do
Decreto Legislativo nº 116, de
1964 (nº 69-A-61, na Casa de
origem).*

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação fi-
nal do Projeto de Decreto Legislativo
nº 116, de 1964 (nº 69-A-61, na Casa
de origem), que mantém o ato do
Tribunal de Contas da União, denega-
tório de registro ao termo de con-
trato celebrado a 1º de agosto de
1953, entre a Inspeção do Imposto
de Renda em Nova Friburgo, Estado
do Rio de Janeiro e Jair Soares Ri-
beiro.

Sala das Sessões, em 2 de abril de
1965. — Antonio Carlos, Presidente.
— Walfredo Gurgel, Relator. — Josaphat
Marinho.

ANEXO AO PARECER Nº 253-65

*Redação final do Projeto do
Decreto Legislativo nº 116, de
1964 (nº 69-A-61, na Casa de
origem).*

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal aprovou, nos termos do art. 77,
§ 1º da Constituição Federal e eu,
Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº ...
DE 1965**

*Mantém o ato do Tribunal de
Contas da União denegatório de
registro ao termo de contrato
celebrado a 1º de agosto de 1953,
entre a Inspeção do Imposto de
Renda em Nova Friburgo, Estado
do Rio de Janeiro e Jair Soares
Ribeiro.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' mantido o ato de 30 de
dezembro de 1953, do Tribunal de
Contas da União, denegatório de re-
gistro ao termo de contrato celebrado
a 1º de agosto de 1953, entre a In-
speção do Imposto de Renda em
Nova Friburgo, Estado do Rio de Ja-
neiro e Jair Soares Ribeiro, para lo-
cação de uma sala térrea do prédio
nº 47 da rua General Pedra, naquela
cidade.

Art. 2º Este decreto legislativo en-
trará em vigor na data de sua publi-
cação, revogadas as disposições em
contrário.

Parecer nº 254, de 1965

*Redação final do Projeto do
Decreto Legislativo nº 123, de
1964 (nº 43-A-63, na Casa de ori-
gem).*

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação fi-
nal do Projeto de Decreto Legislativo
nº 123, de 1964 (nº 43-A-63, na Casa
de origem), que mantém o ato do
Tribunal de Contas da União denega-
tório de registro ao termo aditivo
a contrato celebrado, aos 23 de feve-
reiro de 1955, entre o Governo da
República dos Estados Unidos do
Brasil e Jaime Fabricio de Moraes.

Sala das Sessões, 2 de abril de 1965.
— Antonio Carlos, Presidente.
— Walfredo Gurgel, Relator. — Jo-
saphat Marinho.

ANEXO AO PARECER Nº 254-65

*Redação final do Projeto do
Decreto Legislativo nº 123, de 1964
(nº 43-A, de 1963, na Casa de ori-
gem).*

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal aprovou, nos termos do art. 77,
§ 1º da Constituição Federal e eu,
Presidente do Senado Federal, pro-
mulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº ... DE 1965**

*Mantém o ato do Tribunal de
Contas da União denegatório de
registro ao termo aditivo do con-
trato celebrado, aos 23 de feve-
reiro de 1955, entre o Governo
da República dos Estados Unidos
do Brasil e Jaime Fabricio de Mo-
raes.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' mantido o ato, de 9 de
agosto de 1954, do Tribunal de Con-
tas da União, denegatório de registro
ao termo aditivo, de 9 de agosto de
1954, a contrato celebrado, em 23 de
fevereiro de 1953, entre o Governo da
República dos Estados Unidos do
Brasil e Jaime Fabricio de Moraes,
para o desempenho, no Serviço de
Estudos do Departamento Nacional
de Obras contra as Secas, da função
de piloto aviador.

Art. 2º Este decreto legislativo en-
trará em vigor na data de sua publi-
cação, revogadas as disposições em
contrário.

Parecer nº 255, de 1965

*Redação final do Projeto do
Resolução número 102, de 1964.*

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação fi-
nal do Projeto de Resolução nº 102,
de 1964, que suspende a execução do
art. 104, inciso IV da Constituição
do Estado da Bahia.

Sala das Sessões, 26 de março de
1965. — Walfredo Gurgel, Presidente.
— Josaphat Marinho, Relator. — Eu-
rico Rezende.

**ANEXO AO PARECER
Nº 255-65**

*Redação final do Projeto do
Resolução número 102, de 1964.*

Faço saber que o Senado Federal
aprovou, nos termos do art. 64 da
Constituição Federal e eu, promulgo
a seguinte

RESOLUÇÃO Nº ... DE 1965

*Suspende a execução do artigo
104, inciso IV da Constituição do
Estado da Bahia.*

Art. 1º E' suspensa, por inconstitu-
cionalidade, nos termos da decisão
definitiva proferida pelo Supremo
Tribunal Federal em Sessão de 12 de
novembro de 1963, na Representação
nº 66, do Estado da Bahia, a exe-
cução do art. 104, inciso IV da Cons-
tituição do referido Estado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em
vigor na data de sua publicação, revo-
gadas as disposições em contrário.

Parecer nº 256, de 1965

*Redação final do Projeto do
Lei do Senado número 37, de 1964.*

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação fi-
nal do Projeto de Lei do Senado nú-
mero 37, de 1964, que autoriza a emis-
são de selos postais comemorativos do
1º centenário do município de São Mi-
guel dos Campos no Estado de Ala-
goas.

Sala das Sessões, 26 de março de
1965. — Walfredo Gurgel, Presidente.
— Josaphat Marinho, Relator. — Eu-
rico Rezende.

Nº 256-85

Redação final do Projeto de Lei da Senado nº 37, de 1964, que autoriza a omissão de selos postais comemorativos do primeiro centenário do município de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E o Poder Executivo autorizado a emitir uma série de selos postais comemorativos do 1º centenário da elevação do município de São Miguel dos Campos, no Estado de Alagoas, a categoria de cidade.

Art. 2º Os selos postais, a que se refere o artigo anterior, representarão a effigie do Visconde de Sinimbu.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. EDMUNDO LEVI:

(Nogueira da Gama) — Está lida a leitura do expediente. E, a seguir, requerimentos de informações que vão ser lidos.

São lidos os seguintes.

Requerimento nº 110, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais — sobre a não conclusão do Porto em Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requero ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais — as seguintes informações:

- 1 — Por que não foram concluídas as obras do Porto, em Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro?
- 2 — Qual a quantia despendida, até o momento, com o referido porto?
- 3 — Quais as medidas adotadas no sentido de serem concluídas as obras iniciadas?

Sala das Sessões, 5 de abril de 1965.
— Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 111, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através da Petrobras, sobre o número de navios em operação na Frota Nacional de Petroleiros — FRONAPE.

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requero ao Poder Executivo, através da Petrobras, as seguintes informações:

- 1 — Quantos navios possui a Frota Nacional de Petroleiros — FRONAPE?

- 2 — Quantos navios estão em reparo, mencionando os estaleiros onde os mesmos se encontram?

Sala das Sessões, 5 de abril de 1965.
— Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os requerimentos lidos não dependem de deliberação do Plenário. Serão, depois de publicados, despachados pela Presidência.

Continua a hora do expediente.
Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Levi, primeiro orador inscrito.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a consolidação de Brasília tem sido tema constante nesta e na outra Casa do Congresso. Eminentemente parlamentares preocupam-se com os problemas existentes em Brasília. Homens da

imprensa, do rádio, do comércio e da administração pública, que o Governo anuncia que vender.

Vejam, por exemplo, V. Exas.: um oficial de administração, nível 16, o mais alto da classe de burocratas do Estado do Rio de Janeiro, por mês, Cr\$ 161.000, com um pequeno adicional de 10%, o que faz totalizar Cr\$ 177.100. Por outro lado, o nível 20, o mais baixo da classe de funcionários públicos, recebe Cr\$ 120.000, mais o adicional de 10%, o que faz totalizar Cr\$ 132.000. Se o Estado do Rio de Janeiro quiser comprar um apartamento de três quartos na base de 30 anos, terá de amortizar, por mês, — amortização de capital e juros — Cr\$ 137.611. Um homem que ganha 131 mil cruzeiros.

Um médico, ganhando 230 mil, se comprar um apartamento desses ficará com pouca margem ainda. Ele, ganhando Cr\$ 157.611, deduzidos por cento um dos 230 mil, ainda ficará com Cr\$ 120.000, mais ou menos.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite-se V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Mas parece que isso já foi feito para ninguém comprar apartamento.

O SR. EDMUNDO LEVI — Acredito que o propósito seja esse. Por isso é que há estudos, que há estudos interessantes na solução do problema, mas há muitos que têm o propósito de especulação de enriquecer cada vez mais Brasília.

De sorte que, Sr. Senadores como está feita essa avaliação a venda dos imóveis em Brasília, o nível funcional não torna-se impossível.

Hoje surgiu um estudo que se compara o que ocorre em Brasília com o que se verifica no Rio de Janeiro. Por exemplo, no Flamengo, um apartamento de três quartos, duas salas, dois banheiros, copa e cozinha, de frente para o mar, próximo à praia, por apenas Cr\$ 12.000.000. Anunciava-se um apartamento desses no Rio de Janeiro, Gafanha, na Avenida Pasteur, 100 metros de frente, com belíssima vista para o mar, confortável, com salão, três quartos, cozinha, quarto-de-banho, quarto-de-emprego — Cr\$ 20.000.000. Então vejamos V. Exas. a disparidade entre a avaliação feita nos imóveis de Brasília e aqueles que se enunciam no Rio de Janeiro, onde inevitavelmente, indiscutivelmente os imóveis têm três vezes mais valor do que os de Brasília.

Encontra-se por exemplo, em Copacabana, um apartamento, na Praça Edmundo Bittencourt 302, Bairro do Peixoto, vestíbulo, salão, três quartos, banheiro, copa e complementos, área com tanque, quarto de empregada independente e garagem, vinte e oito milhões.

E assim prossegue este recorte de anúncios que tive o cuidado de obter nos jornais de domingo passado. Vejam portanto V. Exa. que a avaliação de imóveis em Brasília, além de constituir um absurdo de cálculo, tem o propósito de evitar a consolidação desta Cidade como verdadeira Capital da República.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. Vasconcelos Torres — A Previdência Social não pode alistar-se entre os especuladores de imóveis. Não é possível que estas instituições partilhadas ajam na mesma base daquelas que desejam lucros fáceis, face a procura de casas e residências. Creio que seja levantando oportuno, interessante, preciso que V. Exa. está fazendo deve chegar às nossas autoridades previdenciárias e aos seus superiores — digo, ao Departamento Nacional de Previdência Social do Ministério do Trabalho, ao próprio Ministério do Trabalho e também a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, não que se pretenda o prejuízo do Estado. Mas que haja, pelo menos, uma certa margem moral de lucro. Porque, pelos dados comparativos que V. Exa. apresenta ao Senado, no dia de hoje, no Estado da Guanabara, apartamentos novos, em condições de serem vendidos bem superiores aos de Brasília, com condições excepcionais, têm valor bem reduzido em relação à venda que aqui se pretende fazer. Não é isso a não falarei nunca mais de Brasília. Aparentando como seu adversário, não quero continuar com essa acusação que sobre mim foi lançada. E por isto que, no dia de hoje, venho trazer o apoio. As palavras de V. Exa. não devem apenas ficar num discurso; creio que devemos procurar as medidas regimentais cabíveis e levá-las às autoridades responsáveis pela consolidação de Brasília, porque parece que esses que assim agiram, mais depressa do que os chamados inimigos de Brasília, pretendem esvaziá-la.

O SR. EDMUNDO LEVI — Tem razão o nobre Senador Vasconcelos Torres ao afirmar que as instituições de previdência não podem ser incluídas entre as empresas especuladoras de comércio de imóveis. Mas, em verdade, surgem agora os Institutos, através dessa avaliação, não só como especuladores, mais ainda, estimulando a especulação em Brasília.

O Sr. Vasconcelos Torres — (Concedido o silêncio do orador) — É uma verdadeira coação. Aquelas que foram transferidas para cá definitivamente queriam ficar na própria residência. Já têm filhos no colégio, trabalham. Não têm outro recurso senão comprar o próprio apartamento, sabendo bem que prejuízo, dado o percentual de habitação onerosíssimo criado por V. Exa. que, segundo Karl Taylor, é um dos fatores mais importantes da elevação do custo de vida. Ora, se a alimentação já é cara e a habitação ainda mais, em Brasília, vemos ter novos problemas de desajustamento social de funcionários civis, militares e autárquicos da União.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador Vasconcelos Torres, o problema é realmente grave. V. Exa. deve estar informado de que o primeiro preço fixado para os imóveis em Brasília, em 1960, teve por base, justamente, o custo real de cada apartamento. Apartamentos que custaram segundo os cálculos apresentados, Cr\$ 1.200.000, foram alugados em proporção a esse custo, de sorte que os mesmos apartamentos, que custaram Cr\$ 1.200.000, ou no caso do IAPI um milhão e cem mil cruzeiros estão sendo propostos — no caso do IAPI por vinte milhões. É uma especulação muito grande a respeito de imóveis.

Se não é somente a especulação porque há poucos dias um corretor de imóveis que foi chamado ao Senado por dois ou três Senadores interessados na solução do problema habitacional, entre eles eu, propôs-se, naquela ocasião, que nos entregaria apartamentos de quatro quartos em condições perfeitas, iguais aos bons imóveis do Rio de Janeiro, financiados na base de trinta e três milhões. Se fôs-

se não fosse a especulação, porque há poucos dias um corretor de imóveis que foi chamado ao Senado por dois ou três Senadores interessados na solução do problema habitacional, entre eles eu, propôs-se, naquela ocasião, que nos entregaria apartamentos de quatro quartos em condições perfeitas, iguais aos bons imóveis do Rio de Janeiro, financiados na base de trinta e três milhões. Se fôs-

se não fosse a especulação, porque há poucos dias um corretor de imóveis que foi chamado ao Senado por dois ou três Senadores interessados na solução do problema habitacional, entre eles eu, propôs-se, naquela ocasião, que nos entregaria apartamentos de quatro quartos em condições perfeitas, iguais aos bons imóveis do Rio de Janeiro, financiados na base de trinta e três milhões. Se fôs-

se não fosse a especulação, porque há poucos dias um corretor de imóveis que foi chamado ao Senado por dois ou três Senadores interessados na solução do problema habitacional, entre eles eu, propôs-se, naquela ocasião, que nos entregaria apartamentos de quatro quartos em condições perfeitas, iguais aos bons imóveis do Rio de Janeiro, financiados na base de trinta e três milhões. Se fôs-

se não fosse a especulação, porque há poucos dias um corretor de imóveis que foi chamado ao Senado por dois ou três Senadores interessados na solução do problema habitacional, entre eles eu, propôs-se, naquela ocasião, que nos entregaria apartamentos de quatro quartos em condições perfeitas, iguais aos bons imóveis do Rio de Janeiro, financiados na base de trinta e três milhões. Se fôs-

se não fosse a especulação, porque há poucos dias um corretor de imóveis que foi chamado ao Senado por dois ou três Senadores interessados na solução do problema habitacional, entre eles eu, propôs-se, naquela ocasião, que nos entregaria apartamentos de quatro quartos em condições perfeitas, iguais aos bons imóveis do Rio de Janeiro, financiados na base de trinta e três milhões. Se fôs-

sem pagos logo, éle os entregaria em menos de um ano e sairiam esses apartamentos por vinte e nove milhões de cruzeiros.

Não inclui, de propósito, apartamentos de quatro quartos na comparação, porque esses apartamentos estão ocupados por parlamentares e, segundo o que se noticiou na imprensa e o decreto que regulamentou a lei, os senadores e deputados não terão direito a adquirir esses imóveis. De sorte que estão, apenas, fazendo referência àqueles imóveis que devem ter de ser comprados pelos funcionários de residência permanente em Brasília.

Os imóveis de quatro quartos, por conseguinte, estão afastados — deles não cogitei, de propósito por esses aspectos a que me referi. Mas, os de três quartos, não é possível considerar-se a maneira como se calculou, fazendo-se especulação: um imóvel que custou um milhão e duzentos mil cruzeiros se pretende vender ao funcionário por vinte milhões, devendo cobrir a totalidade praticamente, dos seus vencimentos.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Permite V. Exa. um novo aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com satisfação.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — É uma correção monetária estúpida, alguns dos índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia. A desvalorização da moeda não atingiu, de maneira nenhuma, a esse ponto de um apartamento ter custado o preço que V. Exa. menciona, e ser estipulado o seu preço de compra com base, se não me engano, num valor superior a duzentos por cento. Permite-me, Senador Edmundo Levi acrescentar que o maior desafio à consolidação de Brasília é justamente o problema habitacional. Vemos aqui áreas completamente despovoadas. Não sei se em Brasília vigora a mentalidade de grandes prédios, os grandes arranha-céus. Acho que devíamos dar habitação àqueles que necessariamente, por força do cargo que ocupam, são obrigados a aqui residir. Teríamos que estudar o problema dos edifícios pré-moldados, das casas pré-fabricadas. Do contrário, com tais bases de preço, Brasília terá que se esvaír terá que fechar.

Mais uma vez trago o meu aplauso a V. Exa. Permite Deus que o discurso de V. Exa. seja ouvido, não apenas pelos Srs. Senadores, ou que a sua publicação desperte um interesse reduzido deste ou daquele que compulsa as folhas do *Diário do Congresso*, mas que sua fala tão oportuna, tão cívica, tão brilhante, chegue às autoridades responsáveis por esse assunto. Isto é o que desejo sinceramente meu prezado Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI — Agradeço a contribuição que me está trazendo o nobre Senador Vasconcelos Tôrres, que também tem particular interesse no que ocorre em Brasília.

Mas, Srs. Senadores, além desse aspecto negativo da consolidação de Brasília no que se refere ao problema há outro que podemos mencionar neste instante, porque todos eles são convergentes: o problema escolar continua a criar dificuldades e não ter o carinho que se impõe.

Na Superquadra 208, por exemplo, o jardim-da-infância lá existente quase ruíu totalmente no ano passado. Deixou de funcionar porque foi esconido, a fim de que não caísse em cima das crianças. Este ano ainda não está funcionando.

O Ginásio Modelo, na W-3, em dias de chuva torna-se intransitável, inacessível e não há iluminação nos corredores; isto de tal sorte que as pessoas que ali estudam não têm segurança, à noite, quando para lá se dirigem.

Na Superquadra 206, por exemplo, sei que a Diretora da Escola já por várias vezes pediu à NOVACAP providências no sentido de mandar cercar a área escolar a fim de ser possível maior vigilância sobre os escolares e, ao mesmo tempo, lhes dar maior garantia. A grade já foi comprada pelo Plano Educacional, entretanto está se estragando porque a NOVACAP perdeu a planta da Superquadra, e até hoje não a encontrou. De sorte que ainda não se pôde montar a grade que protegerá a Escola.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Permite-me V. Exa. outro aparte, pois V. Exa. profere discurso muito objetivo.

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não, nobre Senador, tenho prazer em conceder-lhe aparte.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Acho mesmo que esta matéria envolve o maior interesse de Brasília. Paralelamente a tais fatos, apontados por V. Exa., há o das más construções: na história da edificação de Brasília, V. Exa. encontrará blocos que racharam, e inúmeros outros defeitos.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador Vasconcelos Tôrres, não apenas blocos racharam; atualmente, em algumas quadras, há garages que caíram, logo no começo da construção, e outras estão escoradas.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Veja V. Exa. como isso é terrível! Parece-me que certos construtores — não me refiro às figuras fabulosas de Niemeyer e de Lúcio Costa mas — alguns empreiteiros desonestos julgaram, certamente, que em Brasília nunca choveria. E o que se vê, quando chove, em certos lugares — numa cidade de apenas cinco anos! — é que as inundações são piores do que as que ocorrem na quadricentenária cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Tudo isso que V. Exa. está dizendo representa um quadro melancólico. Quem sabe não terá chegado a hora de chamarmos à responsabilidade certos empreiteiros, inclusive encarregados da construção de blocos para funcionários do Senado — parece-me que a firma Capua & Capua. Como V. Exa. sabe, os funcionários que foram para lá e tiveram sérios transtornos.

O SR. EDMUNDO LEVI — Seria Crápula & Crápula.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Seria um trocadilho perfeito. Mas eu não sei de nenhuma punição, eu não sei de nenhum inquérito, eu não sei de nenhum resultado. O Senado teve que pagar para seus funcionários, durante muito tempo, aqui, apartamentos nos hotéis, com prejuízos muito grande. O quadro que V. Exa. está pintando não pode deixar de ter estas tintas graves, muito fortes, fosforescentes até, no sentido de apurarmos as responsabilidades daqueles que, às pressas, quiseram ganhar muito e prejudicaram todos que, patrioticamente, quiseram vir para Brasília, e se desludiram.

O Sr. Eurico Rezende — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com muita satisfação.

O Sr. Eurico Rezende — Diante da última intervenção do eminente Senador Vasconcelos Tôrres, ocorre-me salientar que fiz dois ou três discursos nesta Casa, ainda nos primeiros vagidos do meu exercício parlamentar no Senado...

O Sr. Vasconcelos Tôrres — V. Exa. já entrou falando grosso, não emitiu vagidos, de maneira nenhuma, aqui.

O Sr. Eurico Rezende — ... criticando e denunciando ao Governo e à Nação o escândalo da firma Capua & Capua, especializada em constru-

ção que caem... O próprio Senado já havia feito investigações, creio que tendo como relator nessa comissão o eminente Senador Jefferson de Aguiar. Apuraram-se as irregularidades, os deslizes, os aspectos criminosos, os ângulos da corrupção. Encontrei esse inquérito aqui. Fiz vários pronunciamentos. Os autos do inquérito foram remetidos à Procuradoria Geral da República — isso no Governo do Sr. João Goulart. A paralisação desses autos, no Governo do Sr. João Goulart, pelo regime de vasos comunicantes com o Governo passado aquele e aqueles autos eram unidos pelo solidarismo político — não me causou surpresa. Mas devo dizer-lhe que nobre Senador, que me causa muita surpresa o fato de esse inquérito estar ainda engavetado no Governo da Revolução. De modo que, no discurso de V. Exa. quero colocar apelo ao eminente Presidente da República, no sentido de determinar o prosseguimento, — agora na esfera judiciária — do inquérito no Senado da República, a fim de que possam ser cumpridas — rigorosamente apuradas e promovidas — as responsabilidades, não só civis — de ressarcimento — mas, também, penais.

O Sr. Heribaldo Vieira — Muito O Sr. Eurico Rezende — Aquê inquérito. Sr. Senador Edmundo Levi, é um desafio à Revolução. A Revolução não se pode omitir; ela não pode oferecer o espetáculo das costas voltadas, nem do indiferentismo para com aquele episódio.

O Sr. Heribaldo Vieira — Muito bem.

O Sr. Eurico Rezende — Foi um grupo glutônico, um grupo voraz e atrevido, que conseguiu, através da propina, da corrupção, o enriquecimento ilícito e galopante, a ponto de obter, de dois daqueles Governos, um reajustamento. Tal reajustamento foi conseguido pelo tráfico de influências de "generais de pijama" daquela época, protegidos nos altos Conselhos da República. Desejo, pois, salientar que deponho, no seu oportuno pronunciamento, o apelo, a rogativa, para que a Revolução reabra aquele episódio de ilicitude, de crime e de corrupção.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Apêlo. Tem V. Exa. não apenas o meu, mas o apoio de toda a Brasília, pelas palavras que acaba de proferir.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador Eurico Rezende, V. Exa. e o nobre Senador Vasconcelos Tôrres mencionaram a firma, Capua & Capua, creio que responsável pelos edifícios que desabaram na Asa Norte, alguns já habitados e outros em fase de conclusão. Não tenho certeza, — porque não tive tempo de averiguar esse aspecto, — se realmente se trata dessa firma. Creio, no entanto, que a firma é daquelas que o cartão da minha terra classifica de "sabão no corpo"; é difícil de se pegar, é lisa.

O então Ministro Almino Afonso, em palestra comigo, certa vez, disse que estaria aprontando farta documentação para provar as ilicitudes dos contratos e das atividades dessa firma na construção de blocos na Asa Norte.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa. em aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. Aurélio Viana — Creio que o Senador Eurico Rezende veio ao encontro do pensamento central de V. Exa. que, segundo deduzimos, segundo inferimos, está fazendo crítica candente, severíssima, ao Governo do Ilustre Marechal Castello Branco, por não ter dado curso, ao processo de punição dos responsáveis pela construção de prédios de apartamentos, de obras públicas que ruíram e continuam ruindo. Havia, — segundo de-

preendemos das palavras de V. Exa. — verdadeira dilapidação dos dinheiros públicos em obras mal executadas, mal acabadas e V. Exa. está cobrando da Revolução vitoriosa a punição dos culpados, porque, doutra forma, não entenderíamos o discurso de V. Exa. Prédios, escolas construídas estão ruindo, algumas ameaçando a vida dos nossos filhos. Não foram construídas agora, mas em Governos passados. V. Exa. condena a atitude do atual Governo. Por quê? Por ter como que encerrado o processo de apuração de responsabilidades. Logo o Senador Eurico Rezende não provocou pronunciamento de V. Exa., pois está já estava feito: um pedido para que V. Exa. solicitasse providências mas tal pedido já estava implicitado em suas próprias palavras. Realmente, V. Exa., como petebista consequente e ortodoxo, está, com o apoio de seus pares, solicitando medidas que já deveriam ter sido tomadas, há muito tempo.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — No que me concerne, quero dizer a V. Exa. que, em pleno Governo João Goulart, mencionei especificamente a firma Capua & Capua. Muita gente pensava que eu era inimigo de Brasília porque apontava tais irregularidades. O atual Governo tomando conhecimento, desse caso, deverá adotar as devidas providências, a fim de que não seja tido como omissão.

No caso da Capua & Capua, parece-me que ela inaugurou, em Brasília, aquilo que, em construção, se poderia chamar o "tijolo de ouro" — cada tijolo valia como verdadeira barra de ouro.

O Sr. Aurélio Viana — Então, nós estamos equivocados, já foram tomadas providências, no Governo passado. Há, portanto, um equívoco de nossa parte. Se houve crítica ao Governo passado, pedindo-se providências e essas foram tomadas...

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Não foram tomadas.

O Sr. Aurélio Viana — ... então, não procede o que estamos ouvindo a respeito de Capua & Capua, e outras Capuas & Capuas que há por aí.

O Sr. Eurico Rezende — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Creio que o caráter de vizinhança geográfica que informa e, aliás, fascina as minhas relações de amizade com o eminente Senador Vasconcelos Tôrres, — eis que estamos unidos pelas barrancas do Rio Itapapoama, — me conduz sempre a ficar vizinho aos apertes de S. Exa. dando-lhe a minha resposta. S. Exa. diz que foi acusado de inimigo de Brasília. Desejo fazer uma retificação: não há, nesta Casa, Senadores inimigos de Brasília. Não vejo Senador algum combater ostensivamente a consolidação da Capital da Esperança.

Muitos senadores não são amigos de Brasília, porque aqui não residem, aqui não nos ajudam a dar os toques de sociabilidade, os incentivos da presença habitual, os estímulos da convivência constante e permanente. Mas jamais considere qualquer Senador inimigo de Brasília, embora reconheça que alguns não são amigos de Brasília.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Essa amizade ainda virá.

O Sr. Eurico Rezende — Tempo haverá em que vamos deixar a construção do mar, aquela imantação do

rendilhado em Copacabana, aquela convocação permanente das noites e das madrugadas de festas na antiga Capital, para a consolidação de Brasília. De modo que, se fizermos uma estatística, veremos que, de ano para ano, aumenta o número de parlamentares que residem em Brasília. E só suprimimos certas facilidades da locomoção constante e hebdomadária.

O Sr. Vasconcelos Torres — E também o pavor de avião de certos senadores e deputados ...

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex. se engana.

O Sr. Vasconcelos Torres — Não estou falando de V. Ex.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex. se engana e faço um trato. V. Ex. viaja toda sexta-feira para o Rio de Janeiro.

O Sr. Vasconcelos Torres — Não. Viajo para o Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente.

O Sr. Eurico Rezende — Mas V. Ex. viaja para o Rio toda sexta-feira.

O Sr. Vasconcelos Torres — Não vou para o rendilhado de Copacabana.

O Sr. Eurico Rezende — Vou fazer um trato justamente para caracterizar que aqueles Senadores que amam Brasília e trabalham pela sua consolidação, não o fazem por ter medo da infelizmente aviação, e sim porque realmente gostam de Brasília e querem cumprir o dever da presença aqui. Faço o seguinte trato: espera V. Ex. no Aeroporto de Santos Dumont ou do Galeão, toda sexta-feira, e, no instante em que V. Ex. chegar, voltaremos juntos para Brasília.

O Sr. Vasconcelos Torres — Aceito, a começar desta semana. V. Ex. pode fazer reserva de passagem.

O Sr. Eurico Rezende — Quando V. Ex. quiser, viajo de avião absolutamente tranqüilo ...

O Sr. Vasconcelos Torres — Isso não desmerece V. Ex.

O Sr. Eurico Rezende — ... mas viajo constantemente de avião, em períodos que não perturbem o cumprimento de meus deveres parlamentares.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex. não pode falar isto com relação a seus colegas, porque está dizendo que viajarão também sexta-feira.

O Sr. Eurico Rezende — Viarei para decepcionar V. Ex.

O Sr. Vasconcelos Torres — Aceito o desafio de V. Ex. porque esta é uma forma esportiva de V. Ex. entrar neste ponto-ponto aéreo em que nunca entrou.

O Sr. Eurico Rezende — Pretendo não entrar enquanto for Senador. Quando eu for caixeiro-viajante, aí sim, estarei neste constante raquetear entre Rio, São Paulo, Brasília e vice-versa.

O Sr. Vasconcelos Torres — Aceito o desafio de V. Ex.

O Sr. EDMUNDO LEVI — Senhor Presidente, se não me engano o Padre Vieira tem uma frase na Arte de Furtar, que eu não tenho perfeitamente de cor, mas que procurarei sintetizar neste momento. Diz o Padre Vieira: "Verdades puras profesto dizer-vos. Não para vos ofender com elas, mas para vos mostrar onde e como vos deveis corrigir a vós mesmos".

Creio que é mais ou menos essa a frase do Padre Vieira. Talvez não a transponha para cá com fidelidade. Mas aqui também estou expondo verdades. Estou expondo uma situação, não com o objetivo de ofender ou incriminar a quem quer que seja, mas para que todos vejamos esses problemas

e lhes procurem uma solução adequada.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex. me permite um aparte?

O Sr. EDMUNDO LEVI — Com satisfação.

O Sr. Eurico Rezende — Eu e o nobre Senador Vasconcelos Torres não fuímos ao tema central do discurso de V. Ex. O objetivo de V. Ex. é defender a consolidação de Brasília ...

O Sr. EDMUNDO LEVI — Exato.

O Sr. Eurico Rezende — ... e vejo que essa consolidação só se tornará efetiva quando realmente todos os representantes do povo aqui residirem. Do contrário, ela será sempre precária. V. Ex. vê que a presença dos parlamentares em Brasília ...

O Sr. EDMUNDO LEVI — Mas uma das condições para que o representante do povo resida em Brasília é que seja residente.

O Sr. Eurico Rezende — Mas todos os representantes do povo têm residência. Todos eles têm.

O Sr. EDMUNDO LEVI — Não acredito. A menos que ele aqui se sujeite a condições sub-humanas. Eu estou vivendo, até hoje, com 10 pessoas amontoadas, os livros, etc. ...

O Sr. Eurico Rezende — Eu, sei, Excelência.

O Sr. EDMUNDO LEVI — ... apesar de todos os protestos. Nem todos se submetem a isso.

O Sr. Eurico Rezende — O sofrimento de V. Ex. é uma exceção. Mas a quase totalidade dos parlamentares reside em apartamentos que podem ser considerados mais do que qualitativamente confortáveis, podem ser considerados até luxuosos.

O Sr. Aurélio Viana (Com assentimento do orador) — V. Ex. iniciou seu discurso pronunciando palavras que estão merecendo toda a atenção do Senado e deveriam merecer toda a atenção dos poderes públicos do País. Gostaria que V. Ex. não desviasse seu raciocínio do ponto central, ...

O Sr. EDMUNDO LEVI — Exatamente.

O Sr. Aurélio Viana — ... consolidação de Brasília, através de uma política habitacional a altura da Capital da República. Falou-se num inquérito que corre nesta Casa. Primeira pergunta: onde se encontra o tal inquérito? Se arquivado no Senado, por quê? Se nas mãos do Executivo Federal por que razão não deu andamento ao processo? Se nas mãos da Justiça por que paralisado? Segunda pergunta: A firma Capua & Capua ataca quando da construção de Brasília? Em que governo? Do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, do Sr. Jânio Quadros ou do Sr. João Goulart? E, em última análise, o governo atual tem responsabilidade no caso que V. Ex. ventila? Tem. Por que razão? Porque está presente; mas o atual prefeito de Brasília está levando a sério a sua função? Pois não, ele não é I. P. M. é um administrador, está cuidando da consolidação de Brasília, não tenho dúvidas, porém é um homem de planejamento é um homem de trabalho que leva a sério as suas responsabilidades. Então, equacionemos o problema e situemos responsabilidades. Não nos desviemos do ponto central do discurso de V. Ex. para esse outro — se nós estamos bem ou não estamos bem, se um apartamento de três quartos serve a um Deputado ou a um Senador, se está ou não servindo, se viajamos todos os dias ou não viajamos — para não sairmos do ponto central, que é o da consolidação de Brasília e as medidas que devem ser tomadas para que esta cidade seja

de fato, como de direito, a Capital da República.

O Sr. EDMUNDO LEVI — Muito grato a sugestão do nobre Senador Aurélio Viana, mas inevitavelmente no calor dos debates, dos apartes, estas questões vão a margem, mas realmente meu objetivo é chamar atenção para os fatos que estão aí à vista de todos e que contribuem e intervir na não consolidação de Brasília. V. Ex. falou, por exemplo, na continuação que tem no Ilustre Prefeito ...

O Sr. Aurélio Viana — Ah! Tenho

O Sr. EDMUNDO LEVI — Até agora, realmente, estou calado, observando, porque eu não apenas a sua tradição de bom senso e bom planejador. O ano passado ele nada podia fazer porque as verbas que aqui encontraram estavam comprometidas. Este ano, ele, como planejador, fará alguma coisa porque o bom planejador não pode improvisar — só depois de conhecidos os elementos necessários é que traça os planos e este ano, talvez no primeiro semestre, comece a executar e espero que o atual Prefeito ...

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Ex. um último aparte? (Assentimento) — A comparação com a Brasília não parte do Prefeito, mas da ausência do Poder Central.

O Sr. EDMUNDO LEVI — Exa-

O Sr. Aurélio Viana — Os Ministérios e os órgãos federais não estão aqui. Não em Brasília. Ainda não há sobrevivido porque, bem ou mal, o Congresso funciona; porque uma grande parte dos parlamentares, em levando a sério as suas responsabilidades perante o povo e a Nação brasileira, aqui permanece; porque o Judiciário está presente. Numa se trabalhou tanto do Supremo nesta época da transferência da Capital para Brasília. Não há processo encalhado no Supremo. É impressionante o serviço que aqui a Justiça vem prestando a este País. O Tribunal de Contas do Poder Judiciário e as Órgãos da Justiça que daqui não se afastam. Fala a presença do Executivo Federal, dos Ministros e Estado. Todos os que têm um problema para resolver, pendente de solução do Poder Executivo, vêm aqui a Brasília. Há os que dizem que o Rio de Janeiro fica mal por não ir! Aqui é o centro geográfico do País. De Manaus a Brasília e mais perto do que de Manaus a Rio de Janeiro.

O Sr. EDMUNDO LEVI — Inevitavelmente.

O Sr. Aurélio Viana — De Brasília a Brasília é mais perto do que de Belém no Rio de Janeiro. Quase que há uma equidistância das capitais para Brasília. O que é preciso realmente é a presença do Poder Central em Brasília, que é a sede do Governo. Isto pode perfeitamente acontecer. Se V. Ex. percorre, e ao certo vem percorrendo, — eu estou percorrendo — as cidades-satélites, o centro de Brasília, V. Ex. sente que já se reapropria a trabalhar para a consolidação da Capital.

O Sr. Ruy Carneiro — Realmente existe uma diferença muito grande.

O Sr. Aurélio Viana — Não há nenhuma dúvida quanto a isso. É um trabalho equilibrado, organizado, fo qual, naturalmente, deve haver falhas; qualquer um que se despor a percorrer Brasília encontrará um espírito de renovação, um espírito de trabalho. Refiro-me de que momento Brasília é da presença dos Ministros dos órgãos federais aqui, atuando, porque o que se sabe é que alguns deles estão, aos poucos, esvaziando Brasília e se transportando para ou-

tras regiões; inúmeros funcionários estão saindo de Brasília e se dirigindo para onde são designados. Isso é o que precisa ser dito e que, da situação momentânea, está sendo despendido V. Ex. para fazer o assentimento à falta, ao debate, porque é de grande importância e significação.

O Sr. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador Aurélio Viana, com satisfação, compreendo que V. Ex. tem um ponto — por consequência, esta também na sua concepção — que eu apresento e acordo, neste momento. E, como, um dos outros grandes fatores da permanente administrativa de Brasília é a ausência do Executivo. Mas eu não, funciona, em Brasília, após o Legislativo e o Judiciário; o Executivo é o grande ausência desta Capital.

O Sr. Aurélio Viana — Exa-

O Sr. EDMUNDO LEVI — Há Ministros que passam meses sem aqui aparecer.

O Sr. Aurélio Viana — Exatamente.

O Sr. EDMUNDO LEVI — Muitos encontram os seus Ministérios, ainda desde o começo do Governo do Ilustre Presidente João Goulart, em condições de trabalho, mas, porque têm os seus grandes interesses ligados a outros centros, nem, pouco a pouco, lentamente transferindo as suas atividades para outro ponto.

No Governo do Sr. Jânio Quadros, Brasília funcionou com uma ineficiência — a verdade seja dita.

O Ilustre Presidente da República atual disse que os seus Ministros só saíram daqui com licença sua. Entretanto, se V. Ex. quiser fazer com um Ministro atual terá de ir ao Rio de Janeiro ...

O Sr. Aurélio Viana — Mas isso não significa que eles estejam indo para longe do Presidente.

O Sr. EDMUNDO LEVI — Mas aqui não vem, então, a licença é para que não tenham aqui e não para que saiam de Brasília. Alguns que Brasília não teria condições de funcionar porque o número de funcionários não é suficiente. Essa gente tem mentalidade do tempo de D. João VI — Brasil totalmente centralizado. No dia em que compreenderem que a administração brasileira tem que ser executada de maneira completamente diferente da que até hoje tem sido feita, isto é, centralizando a execução e concentrando apenas a orientação centralizada, como a maioria dos nossos Ministérios poder ser feita aqui. Brasília poderá ser capital administrativa do País. Mas enquanto houver Ministros cujos grandes interesses estejam em outros centros, não se conseguirá a consolidação de Brasília, porque eles são os primeiros a não querer vir para cá. E esse é o drama a que estamos assistindo. Qualquer assunto que tenhamos de tratar junto à Administração exige que tomemos o avião para o Rio, porque aqui nada se consegue. Daí outro fator de desagregação de desenvolvimento de Brasília.

Ainda ontem, por acaso, ouvi uma conversa, no Clube do Congresso, entre deputados, de que o Executivo teria mandado ou estaria mandando Mensagem ao Congresso, pedindo um bilhão de cruzeiros para construir a sede do Ministério da Indústria e Comércio no Rio de Janeiro. Não apurei os fatos. Mas ouvi a conversa entre deputados. Se isso é verdade, mas um dinheiro não apenas contra Brasília mas contra toda a Nação, porque aqui já existe o suor, o sangue e as lágrimas de toda a população brasileira.

O Sr. Vasconcelos Torres — Ai, seria o caso de apresentarmos emenda transferindo o Congresso para o Rio ...

O Sr. Mem de Sá — Ótimo.

O Sr. Vasconcelos Torres — Chegou a hora.

O SR. EDMUNDO LEVI — De sorte que, ao trazer esses fatos ao conhecimento desta Casa, realmente espero que as altas autoridades da República tomem conhecimento, pois são fatos que apresentam aspectos totalmente negativos e que concorrem para que Brasília seja, apenas, uma lenda, um ponto esquisito na paisagem geográfica e, sobretudo, um ponto infeliz na paisagem administrativa nacional.

Sr. Senador Aurélio Viana — V. Ex.^a que é um dos grandes estudiosos dos problemas de Brasília, um grande planejador, ...

O Sr. Vasconcelos Torres — Planejador e ator.

O SR. EDMUNDO LEVI — ... sabe perfeitamente que todos os fatos que estão apontando são verdadeiros. Ao revelá-los não tenho o objetivo de concorrer para destruir Brasília, para piorar sua situação; pelo contrário — desejo que esses fatos sejam devidamente conhecidos e que os homens de responsabilidade, como o Senhor Prefeito da Capital da República em quem confio porque tenho ouvido de V. Ex.^a, Senhor Senador Aurélio Viana, as melhores referências.

O Sr. Aurélio Viana — V. Ex.^a o conhece, também, de tradição.

O SR. EDMUNDO LEVI — Sim, mas não o conheço pessoalmente, não tenho maiores contatos com V. Ex.^a; conheço-o, apenas, por ocasião de sua posse como Prefeito de Brasília, mas tenho confiança de que V. Ex.^a saberá dirigir bem os destinos de Brasília, evitando que essas misérias, essas mazelas, que tanto tem concorrido para o desprestígio da Capital da República, desapareçam, para que Brasília não seja apenas uma referência, e sim, na verdade, a Capital da República dos Estados Unidos do Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro, inscrito nos termos do art. 163, § 2º, do Regimento Interno, para uma comunicação.

O SR. RUY CARNEIRO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Senhores Senadores, tenho a honra de apresentar a V. Ex.^a o nobre Senador Ruy Carneiro, inscrito nos termos do art. 163, § 2º, do Regimento Interno, para uma comunicação.

Dai a razão de minha presença nesta tribuna, a fim de registrar nos annaes do Senado esse lutooso acontecimento e prestar a minha homenagem fúnebre a um dos mais destacados membros do meu Partido, as qualidades excepcionais que lhe caracterizavam a personalidade, notadamente a lealdade.

O major Ursulo Ribeiro Coutinho, antes desaparecido em João Pessoa, desde a mocidade consagrou sua vida a iniciativa privada, seguindo a orientação do campo, isto é, se dedicando à agricultura e à pecuária tendo realizado obra admirável nesse setor transformando a Fazenda Chaves, que era de sua propriedade, num dos melhores centros da Agricultura e da Pecuária Paraibanas.

O Sr. João Agripino — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer, Senador.

O Sr. João Agripino — Peço permissão a V. Ex.^a, para associar o pesar do meu Partido, a União Democrática Nacional, ao do Partido de V. Ex.^a pela perda do Ribeirinho, como era conhecido, em família e entre amigos. Era um dos mais dignos correligionários do partido de Vossa Excelência, homem de bem, sempre dedicado ao trabalho e à família.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do nobre Senador João Agripino, ilustre Presidente da UDN, na Paraíba, que vem ratificar os meus conceitos a respeito do honrado correligionário que ontem perdi em João Pessoa.

O major Ribeiro, como bem disse o Senador João Agripino, pois era assim conhecido em toda a Paraíba, constituía esteio da economia do meu Estado, lutando no município de Pilar onde possuía a Fazenda Chaves, a que já me referi, atuando naquele centro de trabalho ao lado de seus filhos agrônomos — Jorge Ribeiro Coutinho, Edson Ribeiro Coutinho e Otávio Ribeiro Coutinho — trabalhando a terra e fazendo seleção de banhos, porque o gado procedente do Chaves, sua famosa e conhecida fazenda, era produto de primeira ordem, selecionada, cuidadosamente, para proporcionar à Paraíba rebanhos bovinos dos melhores do Nordeste. Orgulhava-se da obra que auxiliado pelos filhos e devotos trabalhadores paraibanos realizava naquele magnífico recanto do Pilar, considerado pelos seus amigos, verdadeiro paraíso terrestre.

O major Ribeiro, cujas virtudes estive fazendo desfilir numa síntese, apenas sobre o que conheço de sua vida e realizações, era a personificação da probidade, tendo acima de tudo muita nobreza de atitude e lealdade a toda prova.

Membro fundador do P.S.D. desde 1935, nos houve mais difíceis das nossas lides partidárias, jamais o saudoso estivo nos falhou com o seu apoio, e sua dedicação, infundindo sempre aos seus companheiros a confiança que o seu bom e respeitável nome inspirava.

Levou uma vida pura, sendo sempre distinguido por todos que o conheciam. Realizou também, ao lado de sua saudosa esposa Dona Seráfina Pessoa Ribeiro Coutinho, sua nobre cooperadora, senhora de excelentes virtudes, extensa obra social e humanitária assistindo a gente pobre, não somente do Município de Pilar, como de Gurinhem e Itabaiana. No lar, naquele casal caridoso, todos encontravam guarida, porque lá morava a bondade.

Eis em poucas palavras a história da vida limpa do venerando paraibano que ontem desapareceu no capital do nosso Estado, deixando um grande exemplo de lealdade, trabalho construtivo e honradez.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite que contribua, com minha solidariedade pessoal e de meu partido, à homenagem que V. Ex.^a presta, Cordeiro do Ribeirinho, proprietário da Fazenda Chaves, há muitos anos.

Como político, V. Ex.^a reza bem as suas virtudes, apontando-o como político de uma lealdade exemplar. Como chefe de família, exaltou-lhes as virtudes que constituíam o orgulho da nossa vida social na Paraíba. No setor econômico e social era uma das figuras mais notáveis do Estado per-

tencendo a uma família respeitável por todos os títulos, a família Ribeiro Coutinho. Apesar disso, era de uma humildade e de uma bondade excepcionais, virtudes que trazia da vida do campo, pouco conhecidas daqueles que não tinham contacto com ele. V. Ex.^a homenageia um dos homens mais dignos da Paraíba. E, realmente, uma lacuna que se abre na vida social, econômica e política. Receba minha solidariedade na manifestação que faz.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do eminente companheiro de Bancada, Senador Argemiro de Figueiredo, Presidente do P.T.B. da Paraíba e conhecedor dos homens bons e dos valores de nossa terra, e que dá a sua solidariedade ao registro que, hoje, faço como homenagem póstuma ao meu pranteado correligionário.

Com estas considerações, partidas da minha alma consternada, levo condolências à sua ilustre família, do um modo especial, aos meus prezados amigos Doutores Jorge Otávio e Edson Ribeiro Coutinho, bem como ao seu digno irmão, Doutor Florian Ribeiro Coutinho. (Muito bem!).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Sebastião Archer.
Siegfredo Pacheco.
Dinarte Mariz.
João Agripino.
Pessoa de Queiroz.
Júlio Leite.
Dyllon Costa.
Raul Giuberti.
Mem de Sá (8).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Esgotada a hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item I.

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 101, de 1935, pelo qual o Sr. Senador Dyllon Costa solicita a criação de Comissão Especial, de nove membros, para, no prazo de noventa dias, examinar a crise na agro-indústria açucareira do Nordeste.

A discussão da matéria foi encerrada no dia 2 do corrente. Como na Casa há apenas 23 Srs. Senadores a matéria fica para ser votada na sessão seguinte.

Item II.

Discussão, em turno único, do Parecer nº 479, de 1934, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1934 (art. 2º, 378-C, de 1960, na Casa de origem) que dispõe sobre a atualização dos índices previstos nos Códigos de Processo Civil e de Processo Penal (Parecer no sentido de ser sobrelevada a matéria na oportunidade de ser examinada pelo Senado a reforma tributária).

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Pela ordem) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Relator da matéria na Comissão de Constituição de Justiça, peço a palavra, pela ordem, apenas para solicitar a V. Ex.^a a concessão do obséquio de fazer relatar o espelho da Ordem do Dia

O pronunciamento da Comissão Técnica foi para que se efetuasse o sobreestamento da matéria, a fim de aguardar a reforma dos Códigos a que o projeto se refere e não como, por equívoco, alude a Ordem do Dia, a reforma tributária. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Com o esclarecimento do nobre Senador Josaphat Marinho, fica a Casa compreendendo que houve realmente equívoco.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pedi a palavra, pela ordem, para me esquivar das luzes da Mesa.

Na chancela do parecer do nobre Senador Josaphat Marinho há um voto com restrições da parte do ilustre Senador Jefferson de Aguiar. Parece-me que o Regimento dispõe expressamente que, na hipótese de voto com restrições, estas devem ser explicadas e justificadas. Como no Anexo não está esclarecida essa circunstância, pergunto a V. Ex.^a se no processo respectivo constam as explicações pertinentes ao voto do Sr. Senador Jefferson Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim) — As restrições do Sr. Senador Jefferson Aguiar foram exclusivamente apreendidas à Comissão que apreendeu a matéria. Não constam portanto, do processo.

O SR. EURICO REZENDE — Logo, se V. Ex.^a me permite, a matéria não está em condições de merecer a deliberação do Plenário, enquanto a justificativa das restrições do Sr. Senador Jefferson Aguiar não for explicitada, isto é, não for formalizada para a orientação do Plenário, mesmo porque deverá a matéria ser tratada em diligência, para que o ilustre Senador possa atender à exigência regimental.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim) — Não se trata, nobre Senador, de existência regimental. O Senador que contrariar o parecer do Relator e a restritiva aprovação dos seus colegas não tem obrigação regimental de fazê-lo por escrito para que passe a entrar do processo.

O SR. EURICO REZENDE — Então, Sr. Presidente, o Senador Jefferson Aguiar é mais feliz, ou menos infeliz, do que o próprio Sr. Relator da presente questão de ordem.

Lembro-me perfeitamente de que dei um voto com restrições, na Comissão de Constituição e Justiça, o qual voto assim mencionando-se apenas com restrições, inteiramente desnudado de qualquer justificativa. Em virtude de quebra do ordem manifestada, na época pelo eminente Senador Aurélio Viana, o projeto baixou de pauta e foi intimado a justificar o meu voto restritivo.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim) — O atendimento à questão que V. Ex.^a levanta poderá ser feito mediante requerimento de V. Ex.^a, lembrando que o § 3º do art. 123 do Regimento diz:

“Os membros da Comissão que não concordarem com o parecer poderão:

a) dar voto em separado;

b) assinar-se vencidos;

c) assinar-se com restrições ou pelas conclusões, recorrendo o Relator ao § 1º do art. 92”.

Portanto, se V. Ex.^a requerer a juntada do parecer ou das reações do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, a Mesa providenciará junto a S. Ex.^a nesse sentido.

O SR. EUMÉLIO REZENDE — Atendendo ao que V. Ex.^a diz e não desejo requerer. Apenas tenho certeza absoluta — e não me angustio minha memória não está falha — que o Senador Aurélio Viana comprovou, perante o Plenário e com todo o acolhimento do Sr. Presidente daquela sessão, que eu havia assumido norma regimental expressa a esse respeito.

Mas não vou esquecer nenhuma diligência, Sr. Presidente. Apenas desejo lembrar nos Anais desta Casa essa circunstância. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Continua em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, já anunciado. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando fazer uso da palavra, encerro a discussão. Adida a votação para a sessão de amanhã, por falta de quorum. Esgotada a matéria na Ordem do Dia.

Há vários oradores inscritos.

O primeiro deles é o Sr. Senador Vasconcelos Torres, a quem dou a palavra.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, a emenda constitucional de minha autoria que concede aposentadoria ao servidor da União aos 50 anos de serviço, sem limite de idade encontra-se na Câmara dos Deputados, relatada favoravelmente pelo Deputado José Brunet e apoiada unanimemente pela Comissão Especial que a examinou. Tenho recebido inúmeras cartas e telegramas indagando a respeito muitas julgando que o assunto estava definitivamente encerrado. A ele volto e, agora, para pôr a simpatia do Exmo. Sr. Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, para esse velho, justa e sentida aspiração do funcionalismo brasileiro. E o apelo bastaria se nas seguintes razões:

1 — Segundo dados recentes a vida média do brasileiro funcionário situa-se entre 43/48 anos. Devemos, portanto, considerar que a maioria dos servidores (70%) se encontra na faixa dos baixos salários o que não lhe possibilita o ingresso na referida classe, podendo-se, assim inferir que a vida média atinge aqueles índices. (Em "Demografia Econômica" 1963, J. F. Camargo refere que a vida média do brasileiro é de 43,2 anos).

2 — Pesquisas efetuadas no Serviço Público e nas corporações revelam que a idade do ingresso de novos servidores se situa na faixa 26/27 anos.

3 — Desse modo, em média, o funcionário morre antes de se aposentar pois $27 + 35 = 62$ anos.

4 — Mesmo que se reduza esse tempo de aposentadoria para 30 anos e se corrija o ingresso para 25, teremos: $25 + 32 = 57$, idade superior à vida média na classe dos servidores. De acordo com o censo dos servidores (1958), realizado pelo IBGE para o IPASE, em amostra de 7.794 funcionários apenas 51 (0,65%) se situam na classe dos 27 aos 70 anos.

5 — Esses elementos demonstram que o possível ônus com a aposentadoria aos 30 anos, já concedida às demais classes, é praticamente nulo principalmente se considerarmos as ocorrências dos itens seguintes:

6 — Segundo elementos do IBGE (Contribuições para o estudo da Demografia do Brasil 1961), a esperança de vida (sobrevivência) na classe 25-55 anos (idade de ingresso no serviço público e de aposentadoria aos

30 anos) é de 27,5% isto é 72,5% não atingem os 35 anos (os dados são para a população brasileira).

7 — A sobrevivência nas classes em que irão concentrar-se os inativos, isto é, 55 anos em diante, assim se especifica na amostra considerada naquele Estatuto:

a) atingindo 65 anos 47,4% daqueles 27,5% que consigam chegar aos 55 anos;

b) atingindo 75 anos apenas 13,4%;

c) ninguém atingirá 85 anos.

8 — Evidentemente, sobram uns válidos. E estes não constituirão peso morto para o Estado, pois, são no geral pessoas de grande experiência administrativa e técnica, necessárias às atividades privadas, para onde se deslocarão quando as condições extremamente úteis.

9 — Se considerarmos que ao Estado cabe o encargo da formação do pessoal técnico para as atividades não estatais — o que não faz — o dispêndio com a manutenção de "inativos ativos" é, até, irrisório.

10 — Convém ainda evidenciar que a aposentadoria após os 35 anos de serviço só aparentemente é econômica. Na realidade, pois de longo período de trabalho, pois de longo período frustrações dos desajustamentos e da monotonia peculiares ao serviço público o servidor, salvo raríssimas exceções, começa a aposentar-se não por vontade própria muito antes de atingir o referido tempo. O Serviço Público, essa é a realidade, está cheio dos chamados "pianos de cauda" que sob o novo estímulo dos empreendimentos privados poderiam transformar-se em "força de trabalho", produzindo para a Nação muito mais do que esta usufrui com a manutenção desses servidores em preta atividade. E' de notar a valiosa contribuição, às atividades produtoras, dos reformados das forças armadas em que a idade da aposentadoria vai de 19 a 25 anos de serviço.

11 — Por outro lado a aposentadoria aos 30 anos como aos 35, é facultativa não compulsória. Aos que se acham devidamente ajustados a isso é o racionalmente desejável, não se aponta o caminho compulsório do problema. Aposentam-se os que assim o desejam. Isso evidentemente reduz o número de interessados na inatividade.

12 — Finalmente: aposentadoria como prêmio. Que prêmio é esse, a que só fazem jus os longevos, dado que a vida média é de 43/48 anos e os afofados não pedem ao sardenheiro?

13 — De se modo a redução do tempo de serviço para 30 anos se justifica pelos seguintes motivos:

1º) Porque as demais categorias, inclusive trabalhadores do comércio e da indústria, já gozam do benefício;

2º) Porque há muitas classes de servidores públicos que se aposentam aos 19, 20 e 25 anos (ver Memorial do Funcionalismo ao Presidente da República);

3º) Porque é medida apoiada em razões técnicas;

4º) Porque o aposentado válido não será "peso morto", mas "força de trabalho";

5º) Porque o "prêmio" ainda poderá ser por ele usufruído.

Sr. Presidente, tenho procurado deixar bem claro que a emenda constitucional de minha autoria, com parecer favorável na Câmara dos Deputados, aguardando apenas a inclusão na pauta — o que será feito depois dos entendimentos que tanto a classe dos servidores civis pretendem manter com o Sr. Presidente da República como também com os parlamentares que se interessam pelo assunto — não torna a aposentadoria obrigatória.

Continuará facultativa. Não é com trinta anos de serviço, sem limite de idade, que se aposentam.

Encontramos, nas Forças Armadas oficiais em atividade depois de vinte e cinco anos de serviço, e mesmo com trinta ou quarenta anos.

E para não falar apenas nas Forças Armadas, citarei o exemplo do funcionário-padrão do Legislativo brasileiro — Dr. Isaac Brown, que tem quarenta e cinco anos de serviço e não vai para casa, de maneira alguma, porque Deus lhe deu uma saúde boa; e nós, aqui, seríamos os primeiros a pedir ao Dr. Isaac que continuasse com a sua técnica com a sua experiência e por que não dizer? sabedoria, a prestar serviços ao Senado. O caso desse homem — a quem tanto queremos e que, em particular não canso de elogiar — é um exemplo a ser seguido, um padrão de moralidade administrativa, de uma capacidade que, mais tarde, ainda teremos de ressaltar não em palavras, mas em fatos.

Aos sábados, aos domingos e nos períodos de férias, a sua mesa está sempre pronta para atender a qualquer pedido de senador, de deputado ou de algum interessado. Este caso certamente serve de estímulo aos que não querem de maneira alguma, ao completar trinta anos de serviço, ir para casa, ainda com a idade em condições de prestar serviços ao País.

Quero caracterizar bem este assunto como também outro, Sr. Presidente, sem a menor fimbria de demagogia. Porque há certos assuntos de interesse social que alguns interessados confundem com demagogia. E' outro assunto que, tenho certeza, ainda nesta Legislatura será debatido — a aposentadoria da mulher aos 25 anos de serviço.

Neste país a mulher que trabalha tem necessidade não desse prêmio do Estado, mas dessa garantia pelos bons serviços que presta à coletividade, não apenas no funcionalismo mas também nos serviços comerciais e fabris.

Mas é assunto para outra etapa. Primeiro a aposentadoria aos trinta anos; depois, essa bandeira que vamos defender aqui, e espero ver vitoriosa, não por argumentos destituídos de fundamento, mas para mostrar que a mulher brasileira merece ser aposentada aos 25 anos de serviço.

Era este o assunto que nos trouxe à tribuna, no dia de hoje, prendendo a atenção dos meus nobres pares. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — O Sr. Senador Atílio Fontana envia o Mensagem de discurso a fim de ser publicado nos termos do Regimento.

S. Ex.^a será atendido.

E' o seguinte o discurso do Sr. Atílio Fontana.

O SR. ATÍLIO FONTANA:

Sr. Presidente, desejo contrariar-me com a Ação Moageira de Fomento ao Trigo Nacional, recentemente fundada no Rio Grande do Sul, para realizar, com recursos da indústria moageira, um trabalho em favor do desenvolvimento econômico da triticultura no País, mediante o estímulo à correspondente investigação científica e aperfeiçoamento tecnológico. É uma sociedade civil, com limitado número de sócios, de finalidade não lucrativa e cujos dirigentes vão desempenhar suas funções gratuitamente.

A Ação Moageira contou, desde logo com a decidida cooperação do Sindicato das Indústrias do Trigo do Rio Grande do Sul. Também a Imprensa gaúcha muito tem colaborado principalmente o *Correio do Povo*, de Porto Alegre, que entrevistou o Sr. Aristides Germani, Presidente da Ação Moageira. Iniciativas como essa têm dado ótimos resultados em vários países e sem dúvida, trará valiosa contribuição

para aumentar a nossa produção tritícola.

É necessário que todos os moageiros do Brasil integrassem na entidade recém-criada. Que sigam o exemplo de seus colegas gaúchos.

A acertada política do Governo acordando com os subsídios deu novo estímulo à indústria moageira, que voltou sua atenção ao trigo nacional. Antes, só interessava moer trigo estrangeiro, que era mais barato e dava maior lucro. Quero acentuar, Sr. Presidente, que há mais de vinte anos venho lutando pela eliminação do subsídio ao trigo estrangeiro. Af estão os bons resultados de uma política bem orientada. Acabou a especulação e a margem de lucro exagerada. O Governo mantém o mercado amplamente abastecido. Com o aumento do preço o povo consome menos trigo, substituindo-o por outros alimentos.

Com isso economizamos divisas e estimulamos a produção de outros gêneros.

É bom que se diga que os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná possuem latitude e, consequentemente, clima igual ao do México, que está produzindo 2 milhões de toneladas de trigo anualmente.

Formulo assim um apelo ao Governo para que dê toda a ajuda possível à Ação Moageira propiciando meios necessários para que a Ação Moageira, envie técnicos e observadores ao México para, naquela Nação irmã, estudarem as condições ecológicas e técnicas empregadas nas plantações de trigo.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — O orador seguinte é o nobre Senador Aurélio Viana, a quem dou a palavra. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Lobão da Silveira. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Euzébio de Oliveira. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Celso Pinheiro. (Pausa.)

S. Ex.^a também não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

Lembrô aos Senhores Senadores que as duas Casas do Congresso estão convocadas para, reunirem-se hoje, às 11,30 horas no plenário da Câmara os Deputados para o fim de apreciar em vetos presidenciais.

Nada mais havendo que tratar, vou levantar a sessão, designando para a próxima a seguinte:

O DIA DO DIA

Sessão de 6 de abril de 1963

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 1961 (nº 2.991-B-6) na Casa de origem, que cria, na Junta do Trabalho da 3ª Região, duas Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências em regime de urgência, nos termos do art. 326, alínea "c", do Regimento Interno, tendo pareceres favoráveis e dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e a emenda de Plenário e das Comissões de Legislação Social, do Distrito Federal, do Serviço Público Civil e de Finanças sobre a emenda.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 101, de 1963, pelo qual o Sr. Senador Dilton Costa solicita a criação de Comissão Especial, de nove membros, para, no prazo de noventa dias, examinar a crise na agro-indústria açucareira do Nordeste tendo parecer favorável, com emenda (proferido oralmente na sessão de 2 do corrente).

3
Votação, em turno único, do Parecer nº 479, de 1964, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1964 (nº 2.378-C, de 1960, na Casa de origem) que dispõe sobre a atualização das multas previstas nos Códigos de Processo Civil e de Processo Penal (Parecer no sentido de ser sobretada a tramitação da matéria na oportunidade de ser examinada pelo Senado a reforma dos mesmos Códigos).

4
Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (nº 53-A-63, na casa de origem) que aprova o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a contrato firmado entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Salústia Teixeira de Gouveia, tendo Pareceres favoráveis sob números 170 e 171, de 1965, das Comissões de: Constituição e Justiça e de Finanças.

5
Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 1964 (nº 97-A-63 na Câmara), que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas ao registro de contrato celebrado entre o DCT e o Senhor Pedro Ferreira Filho, para construção de um prédio para a Agência Postal-Telegráfica de Guiratinga — MT. Pareceres favoráveis, sob ns. 184 e 185, de 1965, das Comissões de: Constituição e Justiça e de Finanças.

6
Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 1964 (nº 163-A-64 na Câmara), que reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas ao registro de contrato entre a Fazenda Nacional e Antônio Guilherme de Paulo Leite e outros. Pareceres favoráveis, sob números 172 e 173, de 1965, das Comissões de: Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 20 minutos).

DISCURSO PROFERIDO PELO SENHOR SENADOR JOSAPHAT MARINHO NA SESSÃO DO DIA 30 DE MARÇO DE 1965, QUE SE REPRODUZ POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÕES.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Comemora-se há uma semana, Senhor Presidente e Srs. Senhores, a vitória do movimento militar de março de 1964, de que resultou a instauração do atual Governo. Dentro de algumas horas, palavras e palmas o consagrarão, no recinto da Câmara dos Deputados, numa reunião do Congresso convocada à margem da Constituição e do Regimento Comum.

Para que a uniformidade do momento não deturpe a História, é oportuno que se faça o contraste dos fatos, ponderando-se o que não foi nem vai ser dito nas manifestações de louvor. Não o farei dominado pela paixão. Estranho aos quadros do Governo anterior, durante ele combati a radicalização do processo político. Não aceitei o diálogo Oposição-Governo, que me pareceu processo caduco da democracia liberal. Não aceitei, hoje, que a discussão se estabeleça igualmente entre revolucionários e antirrevolucionários porque essa e por igual, uma forma de subversão de debate democrático.

Ao lado de revolucionários e antirrevolucionários há políticos militantes verdadeiramente empenhados na defesa

da ordem democrática, entre os quais modestamente me enquadro, e que não se submetem a classificações deturpadas da liberdade de pensamento.

Homem de pensamento democrático e progressista, recuso o enquadramento em qualquer fórmula em que a liberdade de exame e de discussão não assegure a apreciação segura e tranqüila dos fatos.

Exatamente porque assim entendo o exercício do mandato político, farei a apreciação de alguns fatos, a fim de que o Governo e a opinião do País, se até lá estas palavras chegarem, possam meditar sobre o que nem sempre é agradável.

Ninguém nega que há um esforço do Governo em conter a inflação. Sem dúvida, a Administração se empenha em corrigir distorções do processo econômico. Daí porém, a proclamar-se, como o vêm fazendo as trombetas oficiais, que a inflação está contida e o regime de correção vai iniciar-se, a distância é imensa. Veja-se que, embora o esforço desenvolvido, o Governo emitiu papel-moeda, em 1964, num montante de quinhentos e noventa e cinco bilhões de cruzeiros. Admitindo-se, como anunciado, que desse total sessenta bilhões foram recolhidos à Caixa de Amortização, restam quinhentos e trinta e cinco bilhões de emissão em curso. Se se observar que, em 1963, as emissões se elevaram a trezentos e noventa e cinco bilhões, dos quais quinze bilhões teriam sido recolhidos, manifesto está que, em 1964, apesar de quanto disse e noticiou, o Governo emitiu mais, sensivelmente mais do que o anterior, em 1963.

De outro lado, apura-se que, não obstante o esforço em conter a inflação, anunciado mais do que efetivado, o Governo não soube ou não pode reduzir a proporções razoáveis o aumento do custo de vida.

O próprio Presidente da República, na mensagem que dirigiu ao Congresso, na abertura da Sessão Legislativa, invocando dados da Fundação Getúlio Vargas, reconheceu que, enquanto em 1963 o custo de vida aumentou de 80,6%, cresceu, em 1964, de 86%.

Dir-se-á, como o diz o próprio Governo, que o índice de aumento, em 1964, é inferior ao aumento gradual do ano anterior.

É possível que assim o indiquem as estatísticas oficiais. Nenhum de nós, entretanto, nenhum brasileiro, examinando o problema como homem comum, encontra razão para a justificativa exposta. É que todos os custos, de todas as utilidades, a começar pelos de primeira necessidade, estão sofrendo aumentos constantes, simultâneos e extorsivos. Do preço da carne ao preço dos remédios, não há mais quem possa estabelecer proporção exata capaz de convencer ou de tranquilizar um cidadão comum.

Não é necessário que se façam enunciações em torno de produtos. O fenômeno é de ordem geral e incontestável, por isso mesmo que apurado ao mais elementar exame, à simples entrada num mercado, numa loja de tecidos, numa farmácia enfim, em qualquer casa de negócio. Mas se se quisesse fixar um exemplo apenas em torno de produto da mais elementar necessidade para todas as classes sociais, e se considerasse o custo em Brasília, bastaria que se verificasse o que aqui se apura com o preço dos remédios, com o preço da carne ou com o preço de ovos.

Em dezembro de 1964 nesta Capital, uma dúzia de ovos do melhor tipo custava, no máximo, 380 cruzeiros. Em fevereiro, quando esta Casa se reuniu em per"odo de convocação extraordinária custava entre 520 e 540 cruzeiros. Quem visitou o mercado, no último sábado, há de ter visto que a dúzia de ovos, do mesmo

tipo, variava de preço entre 690 e 700 cruzeiros.

Isso se verifica, precisamente, no instante em que o Presidente da República, em mensagem, comunicou a esta Casa e à Câmara dos Deputados que havia chegado o momento de começar-se a contenção dos preços. E poucos dias após, falando na instalação do Conselho Consultivo de Planejamento, o Chefe do Governo foi mais explícito, porque asseverou que a fase de contenção ia começar, pois já haviam sido alcançados aqueles fatores positivos necessários a impedir as revisões sucessivas do custo das utilidades.

Subiram os preços depois dessas declarações oficiais, e se qualquer dos nobres colegas dirigir-se, hoje a uma casa comercial de Brasília e fizer compra, recebe, imediatamente, a declaração do vendedor de que, a partir de 1º de abril, os preços vão de novo subir.

Há, assim, não só um desmentido à palavra oficial. Há mais: verifica-se que os exploradores não temem o Governo, não acatam sua autoridade, ainda que se trate de um Governo manifestamente forte.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Pedro Ludovico — Estou de pleno acordo com V. Exa. O que V. Exa. diz é pura verdade. Em matéria de contenção de preços, o Governo Revolucionário fracassou completamente.

Os preços sobem dia a dia, vergonhosamente, criminosamente. Ainda agora, V. Exa. citou que uma dúzia de ovos custa 700, cruzeiros. É verdade. Mas não foram somente os ovos que subiram de preço desta maneira. Quase todos os artigos sofreram elevação de preço. Vou citar um fato: a banana, que é um alimento do pobre, é comprado pelos revendedores a Cr\$ 420 e cento, atualmente, e é vendida por Cr\$ 250 a dúzia. Quer dizer que o revendedor ganha de 200% na transação. Vai-se a uma farmácia comprar um remédio e este custa Cr\$ 1.000; compra-se este mesmo remédio, em outra farmácia, e ele custa Cr\$ 1.500. E no prazo de um mês, se formos comprar o mesmo remédio custará talvez o dobro, 3 mil cruzeiros. Foi o que aconteceu, há poucos dias comigo. Comprei um medicamento por 2 mil cruzeiros, e quando o adquiri pela segunda vez, custou 4 mil. Isto não se justifica, absolutamente. Só pode ser especulação, só pode ser ganância. O dólar não sofreu desvalorização, de uns dois meses para cá o dólar está com o mesmo valor. Qual o motivo, então, para que um remédio aumente tanto no espaço de 20 dias ou um mês? Está claro que este Governo Revolucionário, que disse iria melhorar o Brasil está inteiramente frustrado nessa matéria, porque a coisa cada vez piora. O povo está sofrendo na própria carne. O povo humilde, o povo miserável está passando fome. Seria preciso que este Governo tivesse a coragem de tomar medidas drásticas em relação à ganância e à especulação. Se ele assim fizesse agradaria ao povo. Nesse particular está falhando, e infelizmente, para desgraça do povo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Tem razão V. Exa., que bem compreendeu a orientação que venho imprimindo a estas considerações. Ao invés de perder-me na análise de processos e critérios econômicos, tão ao gosto dos planejadores, optei pela fórmula de exame dos fatos concretos, do conhecimento direto dos pre-

ços, porque são esses, em última análise, que interessam ao povo e à economia popular.

Tanto mais estranhável, porém, é o que está ocorrendo, quando se verifica que o Governo dispõe de um arsenal de leis coercitivas e de órgãos através delas criadas, capazes de exercer a justa pressão sobre os exploradores da economia popular. Por que não o faz? Por que não exerce a vigilância, prometida na lei, sobre esse comércio ilícito, quando o Governo, ao mesmo tempo, dispõe de força e tempo para coagir a liberdade política e a liberdade de pensamento?

O que se verifica, enfim, é que, sem negar-se o esforço de contenção da inflação que, efetivamente, realiza, o Governo não consegue atingir o objetivo fundamental do combate — reduzir os custos das utilidades, a serviço do povo. Não o faz exigindo a correção oportuna e também não o faz promovendo o aumento da produção que seria, aliás, o caminho mais seguro para alcançar a meta anunciada.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. José Ermirio — A SUMOC, pela reforma bancária em vigor, tem diante de si, portanto, nunca se assaltou tanto o produtor com juros ilícitos como no presente.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Além disto, nobre Senador José Ermirio, acrescente V. Exa. que está faltando ao Governo, ao mecanismo administrativo a ação pronta em benefício de culturas que são fundamentais e essenciais à economia do País e de algumas de suas regiões.

Ainda agora, e de vários meses, a economia da Bahia se ressentia, terrivelmente, da crise por que passa o cacau e sua comercialização. Entre providências adotadas, modificadas e desfeitas na aplicação de um acordo extremamente prejudicial à comercialização do cacau brasileiro, o Governo varia de atitude e de providências mas não se fixa num critério capaz de resguardar o produto e a economia da Bahia, que no cacau precipuamente assenta.

Daí verificar-se que, agora mesmo, o cacau está sendo vendido por preço tão baixo como jamais se atingiu, depois da segunda Grande Guerra.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa um aparte!

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Arthur Virgílio — Quero acrescentar à argumentação irrespondível que V. Exa expõe neste discurso brilhante...

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Arthur Virgílio — ... um fator importantíssimo, que deve ser ressaltado. É que talvez Governo nenhum, na história republicana brasileira, tenha recebido, do Congresso, apoio tão maciço como o atual. Há uma maioria esmagadora na Câmara Federal, como há maioria esmagadora no Senado da República, disposta a apoiar todas as medidas que o Governo propõe ao Congresso. E se o Governo, dispondo dessa legislação torrencial a que V. Exa acaba de referir-se, e dispondo de maioria nas duas Casas do Congresso, não exerce a justa pressão sobre os exploradores da economia popular, há de haver alguma coisa impenetrável, indecifrável a impedi-lo de agir.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Dentro do pensamento de seu aparte, nobre Senador Arthur Virgílio, some-

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, letra "j", do Regimento Interno

e de acôrdo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar Armindo Henriques das funções de Motorista, do Gabinete do Presidente da Comissão de Relações Exteriores, por haver sido readaptado, mandando constar nos seus assentamentos o elogio formulado pelo Titular daquele Gabinete pela utaliação corêta e devotada com que se houve durante o período em que exerceu suas atribuições.

Secretaria do Senado Federal, em 29 de março de 1965. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 22, DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 51, letra "j", do Regimento Interno e de acôrdo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar Marcio José Alves Romani, Motorista, PL-10, para as funções de

Motorista do Gabinete do Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Secretaria do Senado Federal, em 29 de março de 1965. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

**Edital
ASSEMBLEIA GERAL
CONVOCAÇÃO**

Ficam pelo presente convocados os futuros associados da Cooperativa Habitacional dos Servidores do Senado Federal — COHASEFE para a reunião que se realizará no dia 20 às 18 horas, do corrente mês, na Sala da Comissão de Finanças no Senado Federal, objetivando constituí-la e:

- 1) discutir e aprovar os estatutos sociais;
 - 2) eleger os órgãos de direção da sociedade;
 - 3) discutir assuntos gerais.
- Brasília, DF, em 1º de abril de 1965. — Senador Dinarte Mariz, 1º Secretário.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Economia

4ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 1º DE ABRIL DE 1965

Às dezessete horas do dia primeiro de abril de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Atilio Fontana, Presidente, presentes os Senhores Senadores José Leite, Adolpho Franco, José Ermirio e José Feliciano, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Irineu Bodnhausen, Miguel Couto, Nelson Maculan e Lopes da Costa.

É lida e aprovada, sem alterações, a ata da reunião anterior.

Iniciando os trabalhos o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador José Ermirio, que emite parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 79, de 1964, que "proíbe a utilização de madeiras de lei para transformação de carvão".

Submetido o parecer à discussão e votação é aprovado, sem restrições.

A seguir, usa da palavra o Senhor Senador José Feliciano, Relator do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 1964, — "Dispõe sobre a concorrência pública nas operações de seguro, inclusive as de seguro automático" — que emite parecer preliminar, concluindo pela audiência do Banco Nacional de Habitação.

Submetido a discussão e votação é o parecer aprovado, sem restrições.

Em seguida, o Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Senador José Ermirio, com o fim de relatar o Projeto de Lei do Senado nº 79, de 1963, que "Revoga o art. 78 e seus parágrafos da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963", concluindo o seu parecer pela rejeição do Projeto em apêreo.

Submetido o parecer à discussão e votação é aprovado, sem restrições.

Reassumindo a presidência, o Senhor Senador Atilio Fontana declara

que, nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Aracy O'Reilly de Souza, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão de Indústria e Comércio

2ª REUNIAO, EXTRAORDINARIA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 1965

Às 16 horas do dia 24 de março de 1965, na Sala das Comissões, presentes os Srs. Senadores José Feliciano, Dylton Costa, Nelson Maculan, Barros de Carvalho e Adolpho Franco, reúne-se a Comissão de Indústria e Comércio.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Atilio Fontana e Irineu Bodnhausen.

Com a palavra, o Senhor Presidente, conforme exposto e aprovado na reunião anterior, de instalação, passa a ler os pareceres apresentados pelo Senhor Senador Atilio Fontana aos seguintes projetos:

— pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1964 — que cria o registro para todas as transações de compra e venda sobre automóveis.

— pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1964, que dispõe sobre equiparação ao crime de contrabando ou descaminho e deslocamento do café para destino diferente do autorizado pelo Instituto Brasileiro do Café.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições são aprovados.

Não mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão de Constituição e Justiça

5ª REUNIAO, ORDINARIA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 1965.

Às 16 horas do dia 24 de março de 1965 na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Afonso Arinos, presentes os Senhores Senadores Ruy Carneiro, Edmundo Levi, Bezerra Neto, Argemiro de Figueiredo, Heribaldo Vieira, Aloysio de Carvalho e Johaphat Marinho, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Balbino; Jefferson de Aguiar; Wilson Gonçalves e Arthur Virgílio. É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e em seguida, aprovada.

Dos projetos constantes da pauta são relatados os seguintes:

Pelo Senador Bezerra Neto:

— pela aprovação, apresentando em consequência Projeto de Resolução dos Ofícios do Supremo Tribunal Federal ns. 41.64-P/SA; 1.510-P/64; 21-P(h) de 1962.

— Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 111-63 — Cria o Parque Nacional de Mambucada, no Vale do Rio Mambucada no Estado do Rio de Janeiro.

— Pela aprovação, com emenda substitutiva, do Projeto de Resolução nº 50-63 — Assegura o custo de instrução aos filhos do ex-Senador Kairala.

— parecer contrário isto é, pelo registro do contrato, apresentando em consequência emenda substitutiva do Projeto de Decreto Legislativo nº 164-34 — Mantém decisão denegatória de recurso a termo de desapropriação de prédios em Recife, Pernambuco.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições são aprovados.

Pelo Senador Argemiro de Figueiredo:

— pela rejeição, por inconstitucionalidade, do Projeto de Lei do Senado nº 54-64 — Dispõe sobre a concessão de pensão a dependentes dos ervidores e empregados demitidos sob as condições que estabelece.

Submetido o parecer à discussão e votação, o Senhor Senador Bezerra Neto propõe que seja susado sem andamento até a apreciação da Mensagem Governamental que versa sobre a mesma matéria. O Senhor Presidente põe em votação a proposta que é aprovada, declarando votar a favor, por considerar o projeto constitucional os Senadores Johaphat Marinho e Heribaldo Vieira, vencido o

Senhor Senador Aloysio de Carvalho que votou contra a proposta por entender que a matéria foi colocada em termos de constitucionalidade ou inconstitucionalidade da iniciativa do Senador, não tendo que ver, portanto com a Mensagem do Governo.

Pelo Senador Aloysio de Carvalho Filho:

— pela rejeição por inconstitucionalidade, do Projeto de Lei do Senado nº 51-64 — Institui o empréstimo pela União, aos Estados cuja produção de trigo exceder à média dos três últimos anos, para aplicação no aproveitamento do potencial gerador de energia elétrica.

— pela aprovação, apresentando Projeto de Resolução, do Ofício nº 1.571-P-64 do Supremo Tribunal Federal.

— pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 118-64 — Aprova o ato do Tribunal de Contas que denegou registro ao Termo de renovação de contrato celebrado em 20 de maio de 1953, entre o Ministério da Aeronáutica e Antônio Mino Barreto, para desempenhar na Escola de Aeronáutica, a função de Professor de Português; do Projeto de Lei do Senado nº 115-64 — Inclui com caráter preferencial, no Plano Nacional de Viação, a construção de ponte rodoviarria, em Projria Estado de Sergipe.

— pela aprovação do Projeto número 318-64 — Concede isenção de licenças, impostos e taxas de importação e consumo para materiais hospitalares doados pela Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe E. V., da República Federal da Alemanha, ao Hospital Evangélico da Bahia bem como à emenda apresentada em plenário, oferecendo uma substituição à emenda.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições são aprovados.

Pelo Senador Johaphat Marinho:

— pela audiência do Presidente do Supremo Tribunal Federal dos seguintes Ofícios ns. 837-P(6), 228-P(2), e 529-P(2).

— pela aprovação, com projeto de Resolução, do Ofício nº 411-P(2)-58, e nº 723-P(h).

Submetidos os pareceres à discussão e votação são aprovados, com exceção do Ofício nº 723-P(h), cujo parecer teve a discussão adiada, após longos debates uma vez que foi aprovada a proposta do Senhor Senador Argemiro de Figueiredo de ser pedida ao Presidente do Supremo Tribunal Federal esclarecimentos sobre as dúvidas surgidas.

Passando a presidência ao Senhor Senador Aloysio de Carvalho, o Senhor Afonso Arinos passa a relatar o seguinte projeto:

— pela aprovação, com emenda substitutiva, do Projeto de Lei do Senado nº 24-63 — Confere a cidadania brasileira a Winston Leonard Spencer Churchill.

Submetido o parecer à discussão e votação, sem restrições é aprovado.

Reassumindo a presidência, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÕES PERMANENTES**MESA**

Presidente — Moura Andrade (PSD)
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (UDN)
 2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)
 3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)
 1º Suplente — Joaquim Parente (UDN)
 2º Suplente — Guido Mondin (PSD)
 3º Suplente — Vasconcelos Torres (PTB)
 4º Suplente — Raul Giuberti (PSP-ES)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes**

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. José Gomard — Acre | 12. Antônio Balbino — Bahia |
| 2. Lobão da Silveira — Pará | 13. Jefferson de Aguiar — E. Santo |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão | 14. Gilberto Marinho — Guanabara |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão | 15. Moura Andrade — São Paulo |
| 5. Victorino Freire — Maranhão | 16. Atilio Fontana — Santa Catarina |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí | 17. Guido Monodin — E. G. Sul |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará | 18. Benedito Valladares — M. Gerais |
| 8. Wilson Gurgel — R. G. Norte | 19. Filinto Müller — Mato Grosso |
| 9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás |
| 11. José Leite — Sergipe | 22. Pedro Ludovico — Goiás |

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

- | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Adalberto Sena — Acre | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco |
| 2. Oscar Passos — Acre | 11. José Ermírio — Pernambuco |
| 3. Vivaldo Lima — Amazonas | 12. Silvestre Pérciles — Alagoas |
| 4. Edmundo Levi — Amazonas | 13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas | 14. Nelson Maculan — Paraná |
| 6. Antônio Jucá — Ceará | 15. Mello Braga — Paraná |
| 7. Dix Huit Rosado — R. G. Norte | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais |
| 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba | 17. Bezerra Neto — Mato Grosso |
| 9. Barros Carvalho — Pernambuco | |

UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará | 9. Afonso Arinos — Guanabara |
| 2. Joaquim Parente — Piauí | 10. Padre Calazans — São Paulo |
| 3. José Cândido — Piauí | 11. Adolpho Franco — Paraná |
| 4. Dinarte Mariz — R. G. Norte | 12. Irineu Bornhausen — S. Catarina |
| 5. João Agripino — Paraíba | 13. Antônio Carlos — S. Catarina |
| 6. Rui Palmeira — Alagoas | 14. Daniel Krieger — R. G. Sul |
| 7. Heribaldo Vieira — Sergipe | 15. Milton Campos — Minas Gerais |
| 8. Eurico Rezende — E. Santo | 16. Lopes da Costa — Mato Grosso |

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Total	65

Sem legenda 1
Total **66**

BLOCOS PARTIDÁRIOS**Bloco Parlamentar Independente**

PSP	2	Senadores
PTN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

LIDERANÇAS

Líder de Govêno:

Daniel Krieger (UDN)

Vice-Líder:

Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder:

Lino de Mattos (PTN)

Vice-Líderes:

Aurélio Viana (PSB)

Júlio Leite (PR)

Josaphat Marinho (sem legenda)

Aarão Steinbruch (MTR)

Miguel Couto (PSP)

Arnon de Mello (PDC)

Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)**

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves

Sigefredo Pacheco

Walfredo Gurgel

Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Barros Carvalho

Vice-Líderes:

Bezerra Neto

Oscar Passos

Antônio Jucá

UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende

Adolpho Franco

Padre Calazans

Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá

Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto

Vice-Líder: Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Mattos

Vice-Líder: Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE**MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)**

Representante: Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante: Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Viana

AGRICULTURA**PSD****SUPLENTE**

1. José Feliciano
2. Atilio Fontana

PTB

1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

UDN

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

BFI

1. Aurélio Viana

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**PSD****SUPLENTE**

1. Menezes Pimentel
2. José Feliciano
3. Filinto Müller
4. Benedito Valladares

PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

UDN

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino

BFI

1. Aarão Steinbruch

TITULARES

1. Jefferson de Aguiar
2. Antônio Balbino
3. Wilson Gonçalves
4. Ruy Carneiro

1. Edmundo Levi
2. Bezerra Neto
3. Arthur Virgílio

1. Afonso Arinos
2. Heribaldo Vieira
3. Aloysio de Carvalho

1. Josaphat Marinho

DISTRITO FEDERAL

PSD

TITULARES

1. Pedro Ludovico
2. Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

PTB

1. Arthur Virgílio
2. Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa

BPI

1. Aurélio Vianna

1. Lino de Mattos

ECONOMIA

PSD

TITULARES

1. Atílio Fontana
2. José Feliciano
3. José Leite

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

PTB

1. José Ermírio
2. Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

UDN

1. Adolpho Franco
2. Lopes da Costa
3. Irineu Bornhausen

1. Zacarias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

BPI

1. Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

EDUCAÇÃO E CULTURA

PSD

TITULARES

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

PTB

1. Antônio Jucá
2. Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Melo Braga

UDN

1. Padre Calazans
2. Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

BPI

1. Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

FINANÇAS

PSD

TITULARES

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Bezerra Neto
3. Pessoa de Queiroz
4. Antônio Jucá

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

UDN

1. Faria Tavares
2. Irineu Bornhausen
3. Eurico Rezende

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

PL

1. Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

BPI

2. Lino de Mattos
1. Aurélio Vianna

1. Josaphat Marinho
2. Miguel Couto

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PSD

TITULARES

1. José Feliciano
2. Atílio Fontana

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

PTB

1. Nelson Maculan
2. Barros Carvalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

UDN

1. Adolpho Franco
2. Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

BPI

1. Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

LEGISLAÇÃO SOCIAL

PSD

TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Walfredo Gurgel
3. Atílio Fontana
4. Eugênio Barros

SUPLENTE

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

PTB

1. Vivaldo Lima
2. Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

MINAS E ENERGIA

PSD

TITULARES

1. Benedicto Valladares
2. Jefferson de Aguiar

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

PTB

1. José Ermírio
2. Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

UDN

1. João Agripino
2. Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

BPI

1. Josaphat Marinho

1. Arnon de Mello

POLÍGONO DAS SECAS

PSD

TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Sebastião Archer

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Dix-Huit Rosado

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

UDN

1. João Agripino
2. Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

BPI

1. Aurélio Vianna

1. Dilton Costa

PROJETOS DO EXECUTIVO

PSD

TITULARES

1. Wilson Gonçalves
2. José Guimard
3. Jefferson de Aguiar

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

PTB

1. José Ermírio
2. Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

UDN

1. João Agripino
2. Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

BPI

1. Lino de Mattos

1. Aurélio Vianna

PL

1. Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

REDAÇÃO

PSD

TITULARES
1. Walfredo Gurgel
2. Sebastião Archer

SUPLENTE
1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Edmundo Levi

UDN

1. Antônio Carlos

1. Eurico Rezende

BPI

1. Josaphat Marinho

1. Dilton Costa

RELAÇÕES EXTERIORES

PSD

TITULARES
1. Benedito Valladares
2. Filinto Müller
3. Menezes Pimentel
4. José Guimard

SUPLENTE
1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

PTB

1. Pessoa de Queiroz
2. Vivaldo Lima
3. Oscar Passos

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

UDN

1. Antônio Carlos
2. José Cândido
3. Hui Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

SAÚDE

PSD

TITULARES
1. Sigefredo Pacheco
2. Pedro Ludovico

SUPLENTE
1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

UDN

1. José Cândido

1. Lopes da Costa

BPI

1. Miguel Couto

1. Lino de Mattos

SEGURANÇA NACIONAL

PSD

TITULARES
1. José Guimard
2. Victorino Freire

SUPLENTE
1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

PTB

1. Oscar Passos
2. Silvestre Péricles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermirio

UDN

1. Zacarias de Assunção
2. Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

PSD

TITULARES
1. Sigefredo Pacheco
2. Victorino Freire

SUPLENTE
1. José Feliciano
2. Filinto Müller

PTB

1. Mello Braga
2. Silvestre Péricles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

UDN

1. Padre Calazans
2. Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

BPI

1. Aurélio Vianna

1. Miguel Couto

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

PSD

TITULARES
1. Eugênio Barros
2. José Leite

SUPLENTE
1. Jefferson de Aguiar
2. José Guimard

PTB

1. Mello Braga

1. Bezerra Neto

UDN

1. Lopes da Costa

1. Josaphat Marinho

BPI

1. Arnon de Mello

1. Irineu Bornhausen

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 490-62 do Sr. Senador Milton Campos aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 193-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completa em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Guberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 661-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (99 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.
Josaphat Marinho — S.legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castellan Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 631-63, do Sr. Senador Gouvea Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963 do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na economia

Criada em virtude do Requerimento nº 669-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 16 horas

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Mello Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 762-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — UDN.
Júlio Leite — PR.
Secretária: Oficial Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONAUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONAUTICA, DE 8 JOSES DOS CAMPOS

Oriada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 12 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (8) — Partidos

João Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antônio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Oriada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves — PSD.
Leite Neto — PSD.
Sigeiredo Pacheco — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurélio Vianna — PSB.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Deputados:
Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
Aderbal Jurema — PSD.
Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo eputado Arnaldo Nogueira).
Heitor Dias — UDN.
Doutel de Andrade — PTB.
Arnaldo Cerdreira — PSP.
Juarez Iávora — PDC.
Ewaldo Pinto — MTR.

I) Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Senadores:
Bezerra Neto — Presidente
Afonso Arinos — Vice-Presidente
Jefferson de Aguiar — Relator.
Leite Neto
Nelson Maculan
Eurico Rezende
Aurélio Vianna
Secretaria: Aracy O'Reilly de Souza

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPOE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completa em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Benedicto Valladares — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Daniel Krieger — UDN.

Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.

Milton Campos (Vice-Presidente).
Heribaldo Vieira — UDN.

Rui Palmeira — UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Afonso Celso — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.

Mem de Sá — PL.

Josaphat Marinho — S.legenda.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPOE SOBRE AS MATERIAS DA COMPETENCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSAO DIPLOMATICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMATICAS COM PAISES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completa em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.

Guido Mondin (.. de outubro de 1962) — PSD.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Daniel Krieger — UDN.

Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Lopes da Costa — UDN.

Silvestre Péricles — PTB.

Vivaldo Lima — PTB.

Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSAO DIPLOMATICA DE CARATER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completa em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Daniel Krieger — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.

Lopes da Costa — UDN.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.

Vivaldo Lima — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

Lino de Matos — PTN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.

Filinto Muller — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.

Daniel Krieger (Relator) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Rui Palmeira — UDN.

Amaury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Argemiro de Figueiredo — PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICIPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.

Completa em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Lopes da Costa — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.

Aloysio de Carvalho — PL.

Lino de Matos — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICIPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completa em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Lopes da Costa — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

Miguel Couto — PSP.

Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completa em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Ruy Carneiro - PS.
 Alencar Pimentel - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
 João Agripino (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Antônio Vieira (23 de abril de 1963) - Relator - PSD.

G) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA RECEITA DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS)
 Eleita em 23 de maio de 1963.
 Prorrogada:
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 146-63, aprovado em 12 de dezembro de 1963;
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 149-63, aprovado em 14 de dezembro de 1963.
 Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - UDN.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - Relator - UDN.
 Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) - Presidente - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.

H) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 6 - ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
 Prorrogada:
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1963;
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 144-63, aprovado em 14 de dezembro de 1963.
 Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.

Barros Carvalho - PTB.
Mem de Sá - PL.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA RECEITA DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS)

Eleita em 13 de setembro de 1963.
 Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 146-63, aprovado em 12 de dezembro de 1963;

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 149-63, aprovado em 14 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.
 Menezes Pimentel - Presidente - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.
 Miguel Couto (23 de abril de 1963) - PSP.

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62.
 Prorrogada:
 - até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.63;

- até 15.12.64 pelo Requerimento 143-63, aprovado em 18.12.63.
 Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - Relator - PSD.
 Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Josaphat Marinho (23.4.63) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Eurico Rezende (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) - Presidente - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.
 Júlio Leite (23.4.63) - PR.

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOKA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 QUE INSTITUI O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1960 SETEMBRO DE 1960).

Eleita em 8.12.62.
 Prorrogada:
 - até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.63;

- até 15.12.64 pelo Requerimento 149-63, aprovada em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Ruy Carneiro - PSD.
 Pedro Ludovico - PSD.
 Wilson Gonçalves (23-4-63) - PSD.
 Benedito Valladares - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Eurico Rezende (23-4-63) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 João Agripino (23-4-63) - UDN.
 Amaury Silva (23.4.63) - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.
 Raul Gluberti - PSP.

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(TRASPASSA DA ADMINISTRAÇÃO DO NÚCLEO DE MANEJO DAS INDÚSTRIAS SUCROALCOOLÉICAS).

Designada em 23.4.63.
 Prorrogada até 15.12.63 pelo Requerimento 140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - Relator - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Silvestre Pericles - PTB.
 Argemiro de Figueiredo - PTB.
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.
 Milton Campos - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.
 Aloysio de Carvalho - PL.

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63.
 Prorrogada:
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - Presidente - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.
 Silvestre Pericles - PTB.
 Artur Virgílio - PTB.
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.
 Milton Campos - Relator - UDN.
 João Agripino - UDN.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.
 Aloysio de Carvalho - PL.

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E A MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.9.63.
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.

Leite Neto - PSD.
Amaury Silva - PTB.
Bezerra Neto - PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.
Vaga do Senador Eduardo Catalão - Vice-Presidente - PTB.
Vaga do Senador Eduardo Assis - Eurico Rezende - Presidente - UDN.
Milton Campos - UDN.
Daniel Krieger - UDN.
Aloysio de Carvalho - PL.
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda.

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/63

(CONSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL).

Designada em 25.9.63.
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.
 Silvestre Pericles - PTB.
 Adalberto Sena - PTB.
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.
 Milton Campos - UDN.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.
 João Agripino - UDN.

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63.
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Vaga do Senador Humberto Neder - PTB.
 Argemiro de Figueiredo - PTB.
 Eurico Rezende - UDN.
 Milton Campos - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.

Z-1) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63.
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.155-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 José Feliciano - PSD.
 Walfrido Gargal - PSD.
 Argemiro de Figueiredo - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Silvestre Pericles - PTB.
 Edmundo Levi - PTB.
 Eurico Rezende - UDN.
 Milton Campos - UDN.
 Aloysio de Carvalho - UDN.
 Afonso Arinos - UDN.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.
 Raul Gluberti - PSP.
 José Leite - PR.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 37

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 7 de abril de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEN DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-64 (C.N.) que regula a locação de prédios urbanos.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Disposição a que se refere
1	Do parágrafo único do art. 5º as palavras: "...salvo se forem ao sublocatário, prestados serviços pelo sublocador, além dos de limpeza e conservação do imóvel".
2	Do § 2º do art. 6º as palavras: "em garantia do aluguel".
3	Do parágrafo único do art. 8º as palavras: "...novas garantias ou...".
4	Do parágrafo único do art. 8º, as palavras "... reajustado na forma desta Lei ...".
5	Do inciso VII do art. 11, a conjunção "ou", entre as palavras "mutuário" e "promitente".
6	Inciso XI do art. 11 (totalidade).
7	§ 2º do art. 11 (totalidade).
8	§ 2º do art. 11 (totalidade).

Do § 2º do art. 13 as palavras: "de que trata o art. 11, § 5º".

SESSÃO CONJUNTA

Em 8 de abril de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEN DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-64 (C.N.), que regula a locação de prédios urbanos.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Disposição a que se refere
1	Do § 5º do art. 11, a expressão final: "ou II".
2	Do art. 12 a expressão "(Art. 11, § 8º)".
3	Do art. 12 as palavras finais: "desocupado pelo retomante".
4	Do inciso III do art. 17, as palavras: "parágrafo único do".
5	Do art. 19 as palavras: "residenciais, comerciais ou industriais".
6	Do § 1º do art. 19 a palavra: "adequadamente".
7	Do inciso III do art. 26 as palavras: "o requerer".

VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM OBJETO DE DELIBERAÇÃO NAS SESSÕES CONJUNTAS CONVOCADAS

DIAS 7 E 8 DE ABRIL:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-64 (CN), que regula a locação de prédios urbanos.

DIAS 20 E 22 DE ABRIL:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 26-64 (CN), que dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

DIA 27 DE ABRIL:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.350-64 na Câmara e nº 243-64 no Senado, que dispõe sobre o imposto do Selo, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.861-B-61 na Câmara e nº 192-64 no Senado, que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto do Radium do Estado de Minas Gerais;
- veto (parcial) do Projeto de Lei nº 2.357-C-64 na Câmara e nº 257-64 no Senado, que institui, no Ministério da Fazenda o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.360-64 na Câmara e nº 271-64 no Senado, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Renditas Internas;
- veto (parcial) do Projeto de Lei nº 2.369-C-64 na Câmara e nº 225-64 no Senado, que dispõe sobre a liquidação, por acordo, das desapropriações efetuadas no Nordeste;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.570-F-61 na Câmara e nº 126-63 no Senado, que federaliza o Instituto de Música da Bahia, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.426-64 na Câmara e nº 313-64 no Senado, que fixa os vencimentos de membros do Ministério Público Federal e do Serviço Judiciário da União, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 492-B-63 na Câmara e nº 233-64 no Senado que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho, e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.260-E-64 na Câmara e nº 208-64 no Senado, que estimula a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.379-D-64 na Câmara e nº 242-64 no Senado, que dispõe sobre a elaboração e execução de Planos Quadrilenais de Obras para a implantação do Plano Nacional de Viação;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.362-E-63 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais.

DIA 29 DE ABRIL:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.483-E-63 na Câmara e nº 288-64 no Senado, que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências.

DIAS 4 E 5 DE MAIO:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 27-64 (CN), que institui o Conselho Nacional de Transportes, e dá outras providências;

DIA 6 DE MAIO:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 26-64 (CN), que dispõe sobre vencimentos e salários do pessoal da Rede Ferroviária Federal, e dá outras providências.

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 468-B-63 na Câmara e nº 13-64 no Senado, que concede aos servidores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, aposentados até 31 de dezembro de 1959, o abono provisório de que trata a Lei nº 3.531, de 19 de janeiro de 1959, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.569-C-61 na Câmara e nº 6-64 no Senado, que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 333-B-63 na Câmara e nº 173-64 no Senado, que isenta o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco de impostos e taxas federais de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir na compra de ações da firma "Empreendimentos Santa Cruz S.A." situada à Rua do Sol nº 143, em Recife, Pernambuco;
- veto (parcial) do Projeto de Lei nº 2.410-B-64 na Câmara e nº 315-64 no Senado, que define a competência julgadora de recursos fiscais.

DIA 11 DE MAIO:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.158-B-64 na Câmara e nº 297-64 no Senado, que dispõe sobre o prazo de validade de concursos públicos para candidatos habilitados que estejam exercendo ou hajam assumido mandato legislativo ou executivo;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.851-C-60 na Câmara e nº 153-64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 926-56 na Câmara e nº 139-62 no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros.

DIAS 12, 13 E 18 DE MAIO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 19-64 (CN), que dispõe sobre o condomínio em edificações e incorporações imobiliárias.

DIAS 19 E 20 DE MAIO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.322-64 na Câmara e nº 223-64 no Senado, que disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do Nordeste

DIAS 25 E 26 DE MAIO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.223-B-64 na Câmara e nº 180-64 no Senado, que altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

DIAS 1º, 2, 3, 8, 9 E 10 DE JUNHO:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.348-64 na Câmara e nº 247-64 no Senado, que aprova o Plano Nacional de Viação.

PARECER**Nº 2, de 1965 (C.N.)**

**DA COMISSÃO MISTA DESIGNADA
PARA SE PRONUNCIAR SOBRE O
PROJETO DE LEI Nº 2 DE 1965
(C.N.) QUE CRIA O FUNDO DO
EXÉRCITO E DÁ OUTRAS PRO-
VIDÊNCIAS**

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Janary Nunes

RELATÓRIO**1. HISTÓRICO**

Desde 1958 vem o Exército Brasileiro pleiteando recursos para atender, permanentemente, as necessidades de renovação, de manutenção, de melhoria dos equipamentos e de aparelhamento das Forças Terrestres do País.

Na Marinha, essas necessidades vêm sendo atendidas desde 1932, com a ajuda do Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, que recebeu apreciável reforço em decorrência da Lei nº 3.244, de 4 de agosto de 1957 (Reforma Tarifária), que lhe destinou 15% da taxa de despacho aduaneiro,

aumentado, ainda, pelo "Imposto de Faróis", criado pela Lei nº 4.202, de 6 de fevereiro de 1963.

A Aeronáutica também dispõe, desde 1945, do apoio do Fundo Aeronáutico, instituído pelo Decreto número 8.373 e reforçado, posteriormente, por 15% da arrecadação da taxa de despacho aduaneiro (Reforma Tarifária).

A verdade é que a Marinha e a Aeronáutica puderam, com o Fundo Naval e com o Fundo Aeronáutico, durante mais de 30 anos, a primeira, e durante 20 anos, a segunda, aproveitando a continuidade, resolver situações difíceis de reaparelhamento de Material, de Pessoal e de Assistência Social.

Pela Mensagem nº 260, de 23 de julho de 1958, o Poder Executivo submeteu ao Congresso o Projeto número 4.491-58, que propunha a criação do Fundo de Reaparelhamento do Exército, com recursos que seriam retirados mediante a redistribuição da taxa de despacho aduaneiro, reduzindo-se a percentagem dos demais participantes. Apesar de aprovado por unanimidade, na Comissão de Constituição e Justiça, e, com substitutivo, na Comissão de Economia, o Projeto não teve andamento, porque, não oferecia a solução adequada e viria afetar programas de

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS**REPARTIÇÕES E PARTICULARES**

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	50,00
Ano	Cr\$	96,00
Exterior		
Ano	Cr\$	136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	39,00
Ano	Cr\$	76,00
Exterior		
Ano	Cr\$	108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

investimentos essenciais já comprometidos em outros setores.

Sómente o Exército ficou dependendo, até hoje, exclusivamente das dotações orçamentárias e, raramente, de créditos especiais, para enfrentar os inúmeros encargos de defesa de um país continental, num mundo que renova e moderniza sem cessar os seus instrumentos e sua técnica de combate.

Volta agora, o Poder Executivo, pela Mensagem nº 3, de 15 de março de 1965, a propor ao Congresso Nacional, Projeto de Lei que "cria o Fundo do Exército e dá outras providências", acompanhada das exposições de Motivos nº 115, de 25 de setembro de 1964, do Exmo. Senhor Ministro da Guerra e nº 58, de 15 de dezembro de 1964, do Exmo. Senhor Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

O Projeto de Lei, que no Congresso Nacional tomou o nº 2, de 1965, submetido à apreciação desta Comissão Mista do Senado e da Câmara é do seguinte teor:

PROJETO DE LEI Nº 2, DE 1965

Cria o "Fundo do Exército" e dá outras providências.

Art. 1º Até que seja possível formular-se um sistema adequado de unificação de fundos para investimentos militares, fica instituído o "Fundo do Exército", destinado a auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento do Exército e para realizações ou serviços inclusive de programas de assistência social, que, a juízo do Ministério da Guerra se façam necessários, a fim de que possa o Exército dar cabal cumprimento às suas missões.

Art. 2º A administração do "Fundo do Exército" ficará a cargo do Conselho Superior de Economias da Guerra, o qual passará a denominar-se Conselho Superior do Fundo do Exército.

Art. 3º Constituirão receitas do "Fundo do Exército":

a) os recursos atualmente colhidos pela Comissão Superior de Economia e Finanças (COSEF), criada pelo Decreto nº 37.971, de 22 de setembro de 1955;

b) as indenizações a verbas orçamentárias de exercícios financeiros já encerrados;

c) uma dotação no valor de Cr\$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros) no exercício de 1965, a qual será elevada para Cr\$ 25.000.000.000 (vinte e cinco bilhões de cruzeiros) no exercício de 1966 e a partir do exercício de 1967 e até que seja feita a unificação a que se refere o artigo 1º, anualmente consignada no Orçamento Geral da União, após a necessária correção monetária, de acordo com os índices estabelecidos pelo Conselho Nacional de Economia.

Art. 4º O saldo positivo do "Fundo do Exército", apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo "Fundo".

Art. 5º E o Ministério da Guerra autorizado a realizar operações de crédito, com estabelecimentos nacionais ou estrangeiros, com o objetivo de apressar a realização de programas previamente aprovados pelo Presidente da República, que visem atender ao aparelhamento do Exército e à assistência social do seu pessoal.

§ 1º Nas operações de crédito a que se refere o presente artigo, o Ministério da Guerra só poderá empregar até 50% (cinquenta por cento) da receita prevista no "Fundo do Exército" constante da alínea c do art. 3º, sendo vedada a inclusão, nessas operações, das receitas de que tratam as demais alíneas do referido artigo.

§ 2º As operações de crédito de que trata este artigo deverão ser liquidadas no prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 6º A vigência da presente lei, no que se refere às alíneas b e c do art. 3º, é a partir de 1º de janeiro de 1965.

Art. 7º Fica autorizada a abertura, ao Ministério da Guerra, ao corrente exercício de 1965, do crédito especial de Cr\$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros), destinado ao "Fundo do Exército", e equivalente à receita a que se refere a alínea c do art. 3º desta lei.

§ 1º As importâncias referentes às indenizações de que trata a alínea b do art. 3º, já recolhidas no corrente exercício como receita da União, serão entregues ao "Fundo do Exército", mediante abertura do crédito adicional correspondente.

§ 2º Os créditos adicionais acima referidos serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Ministério da Guerra.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 9º Esta lei, ressalvado o disposto no seu art. 6º, entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário".

Da Exposição de Motivos do Senhor Ministro Roberto de Oliveira Campos consta o seguinte:

"5. O Ministério do Planejamento concorda com a proposta do Sr. Ministro da Guerra no sentido da criação do "Fundo do Exército". Trata-se de estender àquele Ministério sistema já estabelecido nas demais Forças Armadas e em outros órgãos da Administração Federal, com o objetivo de assegurar a continuidade e a mais fácil execução de programas específicos de Governo. De acordo com a recomendação de V. Ex., o Ministério do Planejamento informou-se no Gabinete do Sr. Ministro da Guerra no tocante às necessidades do reaparelhamento do Exército, havendo verificado que essas necessidades de caráter mais premente estão atualmente estimadas em Cr\$ 170 bilhões. Tais necessidades poderão ser atendidas mediante o levantamento de recursos através de operações de crédito garantidas pelo "Fundo do Exército".

2. RAZÕES DA CRIAÇÃO DO FUNDO DO EXÉRCITO

2.1. EXIGUIDADE DE RECURSOS

A permanente evolução do material e da técnica impõe aos exércitos uma constante adaptação, que lhes permita utilizar com o maior proveito os recursos materiais, que surgem com frequência.

Dai decorre a necessidade de ser revista periodicamente a organização militar, que deve se conformar com a realidade decorrente do desenvolvimento industrial.

Este fato, uma realidade para todas as Forças Armadas do mundo, tem significado especial para o nosso Exército que, em virtude, principalmente, da crise financeira, em que se vêm debatendo o País, está desatualizado e sofre os efeitos de uma carência quase absoluta de material indispensável ao seu adestramento.

Além disso, o ininterrupto progresso do País, no seio do qual surgem novos núcleos de civilização, a evolução da política internacional, aliada à repercussão das possibilidades dos novos engenhos sobre a formulação do conceito de segurança, impõem urgente exame do problema de distribuição da tropa no território nacional.

Uma rápida análise da atual situação do Exército em relação à tarefa que, constitucionalmente lhe é imposta, conduzirá, à irrefutável conclusão de que é urgente reaparelhá-lo e reorganizá-lo.

A exiguidade dos recursos financeiros tem impedido ao Ministério da Guerra de realizar esses objetivos.

Nos últimos anos, os recursos proporcionados ao Exército têm permitido, apenas, a sua "sobrevivência". O aparelhamento material, e, mesmo, atividades essenciais, como manobras com tropa, vêm sendo adiados, não obstante os malefícios reflexos sobre a atividade profissional.

Há anos que a verba consignada ao Ministério vem sendo suficiente, quase unicamente, para pagamento do pessoal. Os créditos atribuídos à aquisição de material foram absolutamente insuficientes.

A consequência deste tratamento levou ao contínuo agravamento da situação. Não tendo sido possível renovar estoques e nem mesmo repor o que se consumia, foi, praticamente, esgotada toda a reserva. Caracteriza bem o atual estado o fato de não poder o Exército dispor de munição indispensável a um adequado treinamento.

A Assistência ao Pessoal tem sofrido por falta de recursos. As condições de vida, impostas pela carreira das armas, exigem desgaste enorme do pessoal militar, incluindo suas famílias. Este desgaste precisa ser minorado, particularmente naquelas regiões distantes, onde mingua os elementos mais essenciais à existência. O Exército carece de meios para um programa de assistência social.

2.2 REAPARELHAMENTO DO EXÉRCITO

O reaparelhamento do Exército constitui medida indispensável para que o mesmo possa continuar a cumprir, a contento, as missões a ele atribuídas pela Constituição Federal.

Convém assinalar que esse reaparelhamento, progressivo, visa apenas a dotar o Exército das condições indispensáveis para a sua eficiente operação. Sua modernização, nos moldes do alto nível técnico já alcançado pelas nações mais evoluídas, só poderá ser encarada quando maiores recursos puderem ser disponíveis.

ARMAMENTO

O Exército usa, ainda, armas de modelos anteriores à Primeira Grande Guerra (1914-1918) — fuzis, metralhadoras e canhões. O armamento mais moderno procede do último conflito mundial, cerca de vinte anos, portanto.

É flagrante a inferioridade face até mesmo a alguns países da América Latina os quais, em sua maioria, já adotam o fuzil automático calibre 7.62 NATO.

A padronização e a modernização do armamento leve se impõe. A aquisição — com os direitos de fabricação — de 50.000 fuzis e a respectiva munição, constitui passo inicial indispensável que precisa ser ampliado e estendido a outros setores.

MUNIÇÕES

Dentre as demais necessidades, apresenta-se esse problema como o de maior gravidade, não se devendo, por mais tempo protelar-se a sua solução: os atuais estoques não atendem convenientemente o que se precisa para a instrução.

Desde as explosões de Deodoro e Paracambi que as dotações vêm se ressentindo, dado que o volume das reposições, face à exiguidade de recursos financeiros, não corresponde ao consumo. Apenas as unidades assistidas pelo Acordo Militar Brasil-Estados Unidos dispõem de dotação razoável de munição para a instrução. Urge, por isso, suprir essas deficiências, que constituem risco de desagradáveis consequências.

EQUIPAMENTOS DE CAMPANHA E FARDAMENTO

É problema a ser encarado com toda a atenção pela sua importância e devido ao seu custo, dia a dia, mais elevado.

Os recursos orçamentários são insuficientes para fardar convenientemente o contingente a ser incorporado. Os estoques estão desfalcados, impossibilitando que os Estabelecimentos de Material de Intendência possam atender a uma situação de emergência qualquer. Necessário se torna que o Exército seja dotado de uma estocagem, no mínimo, para 1/3 do efetivo.

O equipamento de campanha, deficiente e em grande parte ainda anterior a 2ª Grande Guerra, constitui fator relevante para a vivência da tropa em qualquer oportunidade em que é empregada fora de seus aquartelamentos. Visando a assegurar um conforto compatível, o equipamento condiciona o rendimento da tropa, razão pela qual impõe-se sua atualização.

COMUNICAÇÕES

A situação do material de campanha é bastante precária. Com exceção das Unidades assistidas pelo Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, em todas as demais há cerca de 80% de falta de estações-rádio. Urge a aquisição de material moderno, seja por meio da produção militar, seja promovendo o interesse à indústria nacional inerente ao ramo.

A Rede Rádio Fixa do Ministério da Guerra está desatualizada e obsoleta. É indispensável ser melhorada urgentemente, devido a diversos fatores, entre os quais se destacam a necessidade de ligações imediatas, face às dimensões do território nacional, às possibilidades civis em geral e a necessidade da pluralidade de meios. É necessário fazer da Capital do País, o centro de gravidade das Comunicações do Exército.

Inadiável, também, é o problema do estabelecimento da Rede Rádio do Alto Comando do Exército, capaz de completa mobilidade e de um entrosamento com a Rede Fixa permanente e com as Unidades.

VIATURAS

Com exceção das unidades assistidas pelo Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, em todas as demais — há cerca de 75% de falta de dotação;

— os 25% restantes correspondem, na maior parte, às viaturas oriundas da 2ª Guerra Mundial; para estas, já não mais existem

— nem mesmo no seu país de origem (E.E. U.U.) a maioria das peças indispensáveis à sua manutenção.

BLINDADOS

A quase totalidade das viaturas blindadas constitui material obsoleto, ainda trazidas da II Guerra Mundial, além de estarem em precário estado de funcionamento, não obstante, os ininterruptos trabalhos de manutenção e reparação. Não fosse o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos não teríamos carros de combate em condições de operar.

PAÍÓIS

De modo geral, os depósitos de munição não oferecem as condições de segurança desejadas, seja pelas suas localizações em zonas densamente povoadas, seja pela natureza de suas construções.

É imperiosa a necessidade da imediata execução do Plano de Equipamento do Território no que respeita a esse tipo de construção

AQUARTELAMENTO

Poucos são os quartéis de construção relativamente recente: a grande

maioria é constituída de edifícios da época de Pandá Calógeras.

A conjuntura do País sofre natural evolução ligada à explosão demográfica. Surgem novos núcleos de população e regiões que não dispõem de corpos de tropa, exigem a reatificação das Organizações Militares no território. Daí a constante preocupação das autoridades responsáveis em manterem um dispositivo que melhor atenda às finalidades do Exército. Semem-se, ainda, os reflexos de acontecimento internacionais sobre o País, fazendo com que determinadas áreas cresçam de importância, sob o ponto de vista militar, enquanto outras diminuem de valor.

Dos 15.719 quilômetros de fronteiras terrestres do Brasil, desabitadas e abertas à penetração estrangeira, mais de 13.000 quilômetros, acenam-se guarnecidos por pequenos destacamentos, apenas a distâncias de centenas ou milhares de quilômetros, especialmente nas fronteiras amazônicas. O Exército sempre manteve, patrioticamente, em alguns pontos mais críticos, contingentes militares que são postos avançados de nossa soberania, em plena selva. É imperioso instalar, melhorar os aquartelamentos e dotar de meios de vida própria, novas Colônias Militares de Fronteira, planejadas com o fim de nacionalizar as fronteiras e de criar e fixar núcleos de população nacional nos trechos das zonas limítrofes situadas defronte das zonas ou localidades prósperas dos países vizinhos bem como nas vias de comunicações que deem franco acesso ao território nacional.

Impõe-se, em consequência, uma nova rearticulação do dispositivo militar, a ser realizada por etapas, com a reconstrução de quartéis e a construção de outros, segundo as possibilidades oferecidas pelos recursos disponíveis.

CAMPOS DE INSTRUÇÃO

Os Campos de Instrução constituem necessidade inestimável para o adestramento das forças terrestres.

Problema dos mais antigos, vem sendo paulatinamente resolvido, com a aplicação de metódico planejamento realizado no Ministério da Guerra, visando dotar as Grandes Unidades de áreas adequadas para a realização dos diferentes exercícios táticos que possibilitem, em melhores condições, a realização das missões que o Exército cumpre atualmente e das que se desincumbirá em caso de guerra.

A concretização do planejamento elaborado não tem sido fácil em virtude das naturais dificuldades resultantes de vários fatores, entre os quais se destacam os recursos financeiros necessários e os problemas inerentes às indispensáveis desapropriações das áreas selecionadas.

ENSINO

O aprimoramento profissional dos quadros é preocupação máxima do Ministério da Guerra. Todos os esforços serão feitos para que as escolas de ensino profissional possam contar com o necessário apoio material, que lhes permita manter os quadros atualizados quanto aos mais modernos ensinamentos e em dia com os métodos e processos em uso nos exércitos mais adiantados.

Todos os estágios do ensino militar, desde os cursos de formação de oficiais e sargentos aos de preparo de oficiais para o Estado-Maior e Comando, merecerão especial atenção, já que esta é uma das principais tarefas do Exército em tempo de paz.

Por outro lado, especial ênfase será dada à instrução da tropa, com base no princípio de que este é o meio mais seguro de lhe dar eficiência e

mantê-la fiel à disciplina militar, permitindo a aquisição de atos reflexivos eficazes. Além do ensino profissional, propriamente dito, continuará o Exército a dar o merecido cuidado à formação e aprimoramento dos seus técnicos.

CASA DE GUARNIÇÕES

Para atender aos oficiais, subtenentes e sargentos que por exigências da lei e do serviço, são forçados a movimentações periódicas e levando em consideração outros aspectos, tais como:

— a dificuldade e, não raro, a impossibilidade de conseguirem moradia compatível e a preço acessível;

— a necessidade comprovada de pronta e constantemente darem assistência às suas respectivas Organizações Militares.

O Ministério da Guerra vem executando um planejamento referente à construção de casas funcionais nas diversas guarnições militares do País. São elas construídas em locais que satisficam às condições de um melhor atendimento do serviço, não raro nas adjacências dos quartéis e de forma a, também, evitarem problemas de transportes e despesas vultosas dos serviços e equipamentos comunitários.

Entretanto, cotejando o número de residências já construídas com os efetivos militares que as demandam, verifica-se que as existentes estão muito aquém das necessidades do Exército.

O problema habitacional, sendo dos mais graves no País, é também para o Exército, em virtude da insuficiência dos recursos financeiros de que vem dispondo. A solução integral de recursos nem há.

2.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como em qualquer organização, pretende-se dar ao pessoal militar assistência naquelas necessidades de caráter social, consideradas imprescindíveis e condicionadas pela carreira militar.

HOSPITAIS, POLICLINICAS E PRONTO SOCORRO

Atualmente, a assistência prestada é muito deficiente, não correspondendo às necessidades reclamadas pelos militares e seus dependentes, que, na maioria das vezes, vêm-se em dificuldades ou por não poderem recorrer aos congêneres das associações de classe civis, ou pela inacessibilidade financeira a entidades particulares ou mesmo pela sua inexistência em muitas regiões onde prestam seus serviços.

É uma providência de caráter urgente e humanitário. Acresce se, ainda, que em determinadas regiões, o Exército, estando esse serviços de pouquíssimos menos favorecidos e que não buscam a solução para suas aflições.

2.4 — CONCLUSÃO

O "Fundo do Exército" se destina a atender, em primeira mão, à renovação, manutenção, e melhoria do equipamento das Forças Terrestres, bem como ao equipamento militar do território e a programas de assistência social.

Das Forças Armadas, somente o Exército não dispõe de um Fundo que permita planejar e executar seu planejamento mais essenciais.

É do conhecimento geral que o Exército está com seu material extremamente desgastado, necessitando total substituição. As verbas orçamentárias não atendem sequer às exigências da manutenção nem tampouco às de fabrico da munição requerida pela instrução anual.

Se for feita uma comparação entre a verba destinada a atender as principais necessidades de reaparelhamento

do Exército com a verba que provém do "Fundo do Exército", chegar-se-á à conclusão de que muitos objetivos só serão alcançados depois de alguns anos, quando se puder dispor de maior quantitativo de verba, coerente com a melhoria da situação financeira do país.

Deve-se considerar, ainda, que, por sua natureza, grande parte do material destinado a atender às necessidades do Exército já é ou poderá ser, produzido pela indústria nacional. Nessas condições, a aplicação da verba destinada ao "Fundo do Exército" reverterá em benefício do desenvolvimento de diversos setores da nossa Indústria e mesmo da criação de outros não existentes.

3. EMENDAS APRESENTADAS

Foram submetidas a esta Comissão Mista seis emendas, visando a modificar ou ampliar o Projeto de Lei nº 2 de 1965 (Anexo nº 1).

A emenda nº 1, de autoria do nobre Deputado Edilson de Melo Távora, pretende, no parágrafo 1º, a publicação, no "Diário Oficial" da União dos programas de aplicação do Fundo do Exército, depois de aprovados pelo "Conselho Superior do Fundo do Exército"; visa, no parágrafo 2º, a remessa ao Congresso Nacional, pelo Conselho Superior do Fundo do Exército do relatório anual da aplicação do Fundo; e determina, no parágrafo 3º, a inclusão de representantes da Escola Superior de Guerra e do Gabinete Militar da Presidência da República, entre os membros do "Conselho Superior do Fundo do Exército".

As Emendas nº 2 e 4, de autoria do ilustre Senador José Ernirio de Moraes, têm por objetivo reduzir para Cr\$ 10 bilhões de cruzeiros as dotações fixadas em Cr\$ 20 bilhões, em 1965, e Cr\$ 25 bilhões a partir de 1966, pela alínea e do artigo 3º e em Cr\$ 20 bilhões no artigo 7º do Projeto de Lei nº 2-65, ora em estudo.

A Emenda nº 3, do digno Deputado Guilhermino de Oliveira, ordena a supressão da correção monetária, de acordo com índices estabelecidos pelo Conselho Nacional de Economia, estipulada na alínea e do artigo 3º para ocorrer à desvalorização da moeda a partir de 1967.

As Emendas nºs 5 e 6, do nobre Deputado Edilson de Melo Távora, propõem: a de nº 5, que pelo prazo de 5 anos, sejam empregados pelo menos 10% da dotação do Fundo do Exército, na construção de residências para oficiais e sargentos, e firma, no seu parágrafo único, que os recursos correspondentes devem ser depositados no Banco Nacional de Habitação; e de nº 6, determina que, contem, obrigatoriamente, do plano anual de aplicação do Fundo do Exército os recursos para custeio de cursos de aperfeiçoamento de oficiais no exterior.

4. PARECER

O Projeto de Lei nº 2, de 1965 — (C. N.º 1) — submetido ao exame e discussão desta Comissão Mista, com o qual o Poder Executivo propõe a criação do "Fundo do Exército", é de relevante interesse nacional. Mesmo tendo em conta a grave situação econômica que o país atravessa, não pode ser adiado o fornecimento de recursos que são essenciais à organização, ao reaparelhamento e à atualização do Exército Brasileiro.

Torna-se impraticável planejar obras e tarefas de longo, mesmo a médio prazo, na dependência de dotações orçamentárias anuais, incertas, que não podem ser comprometidas por mais de um exercício.

É impressionante a necessidade imediata de dotar o Exército de meios que permitam recuperar a eficiência operacional das Unidades, seriamente atingida, dada a aflição situação ma-

terial em que se encontra, apesar dos esforços empregados na sua manutenção.

Para realizar o atual plano de reaparelhamento do Exército são indispensáveis recursos, da ordem de Cr\$ 170 bilhões, adotando custos de dezembro de 1964. Se não forem realizadas operações de crédito, somente dentro de 6 ou 7 anos poderão ser solucionadas as deficiências existentes.

O Orçamento da União ficará onerado, em 1965, com despesas adicionais da ordem de 0,65 (sessenta e cinco centésimos por cento) da despesa total estimada.

O Projeto de Lei nº 2, de 1965, foi estudado atentamente pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Os dispositivos dele constantes resultaram de um Projeto Substitutivo elaborado por esse Ministério que torna simples e viável a execução.

O Congresso apresentou seis Emendas de autoria dos nobres Senador José Ernirio de Moraes (Emendas nºs 2 e 4) e dos deputados Guilhermino de Oliveira (Emenda nº 3) e Edilson de Melo Távora (Emendas nºs 1, 5 e 6).

Dou parecer favorável às Emendas nºs 5 (sem o Parágrafo único) e número 6;

Dou parecer contrário à aprovação das Emendas nºs: 1, 2, 3, 4 e Parágrafo único da Emenda nº 5, por considerar que prejudicam os objetivos contemplados pelo Projeto.

Em face das razões expostas, proponho à Comissão Mista do Congresso Nacional que aprove integralmente o Projeto de Lei nº 2, de 1965, enviado pelo Poder Executivo e submetido ao seu exame e debate, acrescido de dois artigos, referentes às Emendas nº 5 (sem o Parágrafo único) e nº 6, de acordo com o texto que apresento em anexo.

É este o meu parecer.

Brasília 30 de março de 1965. — Jaguar Nunes, Relator.

Substituto da Comissão Mista do Congresso Nacional que aprova integralmente o Projeto de Lei nº 2, de 1965, enviado pelo Poder Executivo e submetido ao seu exame e debate, acrescido de dois artigos, referentes às Emendas nº 5 (sem o Parágrafo único) e nº 6, de acordo com o texto que apresento em anexo.

Relator: Deputado Jaguar Nunes.

Art. 1º Até que seja possível formular-se um sistema adequado de união de fundos para investimentos militares, fica instituído o "Fundo do Exército", destinado a auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento do Exército e para realizações ou serviços, inclusive de programas de assistência social que, a critério do Ministério da Guerra, sejam necessários a fim de que possa o Exército dar cabal cumprimento às suas missões.

Art. 2º A administração do "Fundo do Exército" ficará a cargo do Conselho Superior de Economias da Guerra, o qual passará a denominar-se Conselho Superior do Fundo do Exército.

Art. 3º Competirão ao Conselho Superior do Fundo do Exército:

a) os recursos atualmente colatados pela Comissão Superior de Economia e Finanças (COSEF), criada pelo Decreto nº 37.971 de 23 de dezembro de 1955;

b) as indenizações a verbas orçamentárias de exercícios financeiros já encerrados;

c) uma dotação no valor de Cr\$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros) no exercício de 1965, a qual será elevada para Cr\$ 25.000.000.000 (vinte e cinco bilhões de cruzeiros) no exercício de 1966 e a partir do exercício de 1967 e até que seja feita

a unificação a que se refere o art. 1º, anualmente consignada no Orçamento Geral da União, após a necessária correção monetária, de acordo com os índices estabelecidos pelo Conselho Nacional de Economia.

Art. 4º O saldo positivo do "Fundo do Exército" apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo "Fundo".

Art. 5º É o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, com estabelecimentos nacionais ou estrangeiros, com o objetivo de apressar a realização de programas previamente aprovados pelo Presidente da República, que visem atender ao aparelhamento do Exército e à assistência social de seu pessoal.

§ 1º Nas operações de crédito a que se refere o presente artigo, o Poder Executivo só poderá empregar até 50% (cinquenta por cento) da receita prevista no "Fundo do Exército" constante da alínea "c" do artigo 3º, sendo vedada a inclusão, nessas operações, das receitas de que tratam as demais alíneas do referido artigo.

§ 2º As operações de crédito de que trata este artigo deverão ser liquidadas no prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 6º Durante cinco anos (5), a partir da data da promulgação desta Lei, no mínimo dez por cento (10%) do total do Fundo do Exército serão empregados na construção de residências para oficiais e sargentos, nos diversos Estados da Federação, de acordo com plano aprovado pelo Ministro da Guerra.

Art. 7º Constarão obrigatoriamente, do plano anual de aplicação do Fundo do Exército, recursos para custeio de recursos de aperfeiçoamento de oficiais no exterior.

Art. 8º A vigência da presente Lei, no que se refere às alíneas "b" e "c" do art. 3º, é a partir de 1º de janeiro de 1965.

Art. 9º Fica autorizada a abertura, ao Ministério da Guerra, no corrente exercício de 1965, do Crédito especial de Cr\$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros), destinado ao "Fundo do Exército" e equivalente à receita a que se refere a alínea "c" do artigo 3º desta Lei.

§ 1º As importâncias referentes às indenizações de que trata a alínea "b" do art. 3º, já recolhida no corrente exercício como receita da União, serão entregues ao "Fundo do Exército", mediante abertura do crédito adicional correspondente.

§ 2º Os créditos adicionais acima referidos serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Ministério da Guerra.

Art. 10º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 11. Esta lei, ressalvado o disposto no seu artigo 8º, entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1965. — Zacharias de Assumpção, Presidente. — Jaguar Nunes, Relator. — Aurelio Viana, com restrição. — José Guimaráes — Paulo Macarini — Joaquim Parente — Eugenio Barro — Benjamin Farah — Vitorino Freire — Costa Cavalcanti — Flôres Soares — Raul de Góes — Oscar Passos — Antônio Almeida — Guilhermino de Oliveira, Voto com restrições. A correção monetária constante da letra "c" do art. 3º é medida impositiva e inconstitucional em face da orientação financeira do Governo. Também com restrições ao diagnóstico, erros do projeto.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO

Nº 1

Fica acrescido ao Art. 2º, os seguintes parágrafos:

§ 1º. Os programas de aplicação do Fundo do Exército depois de aprovados pelo "Conselho Superior de Fundos do Exército", serão publicados no Diário Oficial da União.

§ 2º. No fim de cada exercício financeiro o "Conselho Superior do Fundo do Exército" enviará relatório da aplicação do Fundo ao Conselho Nacional.

§ 3º. Haverá entre os membros do "Conselho Superior do Exército" um representante da Escola Superior de Guerra e um representante da Casa Militar da Presidência da República.

Sala das Sessões, 26 de março de 1965. — Edilson de Melo Távora, Deputado Federal.

Projeto nº 2-65 (CN) — cria o Fundo do Exército e dá outras providências.

2

De-se a seguinte redação à alínea "C" do artigo 3º:

"... uma dotação no valor de ... Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros), a partir do corrente exercício de 1965, e nos exercícios seguintes, até que seja feita a unificação a que se refere o artigo 1º, dotação anualmente consignada no Orçamento Geral da União, após a necessária correção monetária, de acordo com os índices estabelecidos pelo Conselho Nacional de Economia".

Justificativa

O país atravessa uma situação de extremas dificuldades. Extrema, na realidade, à beira da estagnação, em todos os setores das atividades públicas ou particulares, tanto na produção quanto no trabalho. O desemprego está aumentando assustadoramente negar-se a evidência. As classes produtoras, entregues à senha da mais desenfreada especulação, estão perplexas e mantidas. O povo cada vez mais desamparado e se imortaliza, com sua miséria sempre mais pobre e empobrecida. Enquanto isso, a população crescendo em ritmo velozíssimo, exigindo maiores mercados de trabalho. O próprio Governo não tem exemplo de austeridade e parcimônia nos gastos, deve vir de cima dos responsáveis pela gestão do dinheiro público. Não desconhecemos de outro lado a missão verdadeiramente democrática de nosso Exército que é poro também. Mais isto não impede que, punidos pelo quadro alarmante da conjuntura nacional apresentadas a presente emenda que visa reduzir a dotação da alínea "c" do artigo 3º, tornando-a permanente e nos Orçamentos até que se verifique a unificação do fundo das forças armadas, como prevê o artigo 1º. A correção monetária tornará automaticamente suficiente essa dotação de Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros). Aliás, a rigor não seria hecacia nem mesmo a correção monetária, em face das reiteradas declarações do Governo de que vai conter a inflação.

A diferença entre a dotação proposta pelo Projeto em pauta, e a da presente emenda a nosso ver poderá ser muito mais útil e eficaz ao país se empregada em outros empreendimentos, exigidos pelas nossas necessidades para sobrevivência, sem falar nos anseios de desenvolvimento. Por que, por exemplo, não empregá-la nas estradas de rodagem Brasília-Acre e Brasília-Porto Alegre? Armas trarão ao país vantagens inestimáveis e permanentes, economizando milhares e milhares de cruzeiros, como consequência do encurtamento de distâncias e da rapidez na circulação de

nossas riquezas. O Acre produz 50% (cinquenta por cento) de toda a nossa borracha, que pode ser trazida diretamente aos mercados consumidores, eliminando-se os seis meses de paralisação consequentes ao período em que o rio Acre não é navegável. A estrada Brasília-Porto Alegre servirá a sete Estados da União, contribuindo, ademais, para a necessária consolidação da Capital Federal. Ambos os empreendimentos representam do outro lado, enorme mercado de trabalho.

Acrece que a própria exposição de motivos do Ministério de Planejamento deixa claro que as necessidades atuais do Ministério da Guerra são da ordem de Cr\$ 170.000.000 (cento e setenta milhões de cruzeiros). Mais:

"A dotação referida no item "c" assegurará ao "Fundo do Exército" um nível de recursos proporcionalmente superior ao Fundo Aeronáutico e ao Fundo Naval, cujas previsões são de ... Cr\$ 4.690 milhões e Cr\$ 5.185 milhões, respectivamente, na lei orçamentária para o próximo exercício".

"Se, para a constituição do "Fundo do Exército", fossem aplicadas as mesmas percentagens dos Fundos Aeronáutico e Naval sobre os orçamentos dos Ministérios respectivos, a dotação orçamentária do "Fundo do Exército" deveria ser fixada em torno de Cr\$ 10 bilhões no próximo exercício".

Perguntamos: por que, numa época de tantas restrições e economias e cortes nos orçamentos, dar-se muito mais do que o requerido pelas necessidades de caráter mais presente?

O México que é o país da América Latina de maior desenvolvimento, apresentando uma taxa de crescimento de cerca de 7% ao ano. Certos para a sua classe médias apenas 10% de seu orçamento. Aquil entre nós essa percentagem é o vácuo, sendo de 25%, de manobra, que a nosso ver não se justifica a existência de dotação proposta pelo projeto o que, aliás, com a sua sempre presente habilidade, foi dito pelo próprio Ministro do Planejamento.

Sala das Sessões, 24 de março de 1965. — José Ernirio de Moraes

Nº 3

No art. 2º, letra C, suprimam-se as palavras "até a necessária correção monetária, de acordo com os índices estabelecidos pelo Conselho Nacional de Economia".

Brasília, 26 de março de 1965. — Guilherme de Oliveira

Nº 4

De-se ao art. 7º a seguinte redação:

"Fica autorizada a abertura, no Ministério da Guerra, no corrente exercício de 1965, do crédito especial de Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros), destinado ao "Fundo do Exército" e equivalente à receita a que se refere a alínea "c" do art. 3º desta lei".

Justificativa

Nesta mesma data apresentamos emenda propondo a redução para ... Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros) da receita prevista, pelo projeto, na alínea "c" do art. 3º. Consequentemente, se aprovada aquela, o artigo 7º deverá ter a redação constante da presente emenda. Sua justificação, pois, é a mesma com que apresentamos a emenda anterior, que acreditamos seja aprovada, assim pela douta Comissão Mista como pelo Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 24 de março de 1965. — Senador José Ernirio de Moraes

Nº 5

Onde couber:

Art. Durante cinco anos (5), a partir da data da promulgação desta lei, no mínimo dez por cento (10%) do total do Fundo do Exército serão empregados na construção de residências para oficiais e sargentos, nos diversos Estados da Federação, de acordo com planos aprovados pelo Ministro da Guerra.

Parágrafo único. Os recursos destinados aos fins previstos neste artigo, serão depositados no Banco Nacional de Habitação, em conta própria, à ordem e disposição da autoridade designada pelo Ministro da Guerra para proceder sua movimentação.

Sala das Sessões, 23 de março de 1965. — Edilson de Melo Távora, Deputado Federal.

Nº 6

Onde couber:

Art. Constarão, obrigatoriamente, do plano anual de aplicação do Fundo do Exército, recursos para custeio de cursos de aperfeiçoamento de oficiais no exterior.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1965. — Edilson de Melo Távora, Deputado.

PRONUNCIAMENTO DO RELATOR SOBRE AS EMENDAS

PARECER A EMENDA Nº 1

Os programas de aplicação do Fundo do Exército, serão regulados pela Lei nº 601/1948, que estabelece normas para a contabilidade dos Ministérios Militares.

Também a prestação de contas ficará subordinada às prescrições da Lei nº 601/1948, e ao Art. 177, nº 2, da Constituição Federal.

É inconveniente a divulgação dos planos de aplicação do Fundo do Exército. Uma das maiores vantagens da criação do Fundo será poder aliar o planejamento e a continuidade dos recursos ao plano militar. Em muitos casos a divulgação poderá afetar a segurança nacional. Somente o Presidente da República, o Congresso Nacional, quando julgar conveniente, o Estado-Maior das Forças Armadas, poderão tomar conhecimento completo das atividades do Fundo.

Pen o, aliás, que as Comissões de Segurança Nacional do Senado e da Câmara devem acompanhar e conhecer permanentemente todas as dificuldades e todos os planos de nossas Forças Armadas, sem quebra do mais rigoroso sigilo quanto aos problemas que afetem a segurança do País.

Não há conveniência em incluir no Conselho Superior do Fundo do Exército os representantes da Escola Superior de Guerra e do Gabinete Militar da Presidência da República. Tanto uma como o outro não têm atribuições legais para participar da administração do Exército.

Finalmente, a aprovação da Emenda cria um tratamento discriminatório contra o Exército. Pois, essas medidas não foram exigidas, do Fundo Naval e do Fundo Aeronáutico.

PELA REJEIÇÃO

PARECER A EMENDA Nº 2

A Emenda visa a reduzir a dotação da alínea c do artigo 3º do Projeto. O eminente autor da Emenda justifica-a com argumentos que impressionam.

Devido a um erro de publicação do artigo distribuído à Comissão Mista, as necessidades imediatas de recursos do Ministério da Guerra seriam da ordem de Cr\$ 170 milhões. Na realidade são estimadas em Cr\$ 170 bilhões, aos custos de dezembro de 1964 conforme verificou o Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica. Com as dotações concedidas

para Projeto, essas necessidades levarão de 6 a 7 anos para serem atendidas, salvo se forem efetuadas operações de crédito. Pela Emenda do Ilustre Senador o prazo para a concretização do Plano de reaparelhamento do Exército teria de aguardar mais de 15 anos.

O nobre Senador José Ernirio da Moraes declara não desconhecer "a missão verdadeiramente democrática de nosso Exército, que é poro também".

Tendo tomado conhecimento, por memorizado da situação realmente grave que atravessa o nosso Exército, exigindo medidas urgentes para que possa continuar a cumprir as missões civis e de segurança nacional que lhe cabem tradicionalmente, julgo que não deve ser adido o seu programa, nem reduzido os recursos precisos para a sua manutenção.

PELA REJEIÇÃO

PARECER A EMENDA Nº 3

Propõe o digno Deputado Guilherme de Oliveira que se suprima no artigo 3º, letra c, o trecho "após a necessária correção monetária, de acordo com os índices estabelecidos pelo Conselho Nacional de Economia".

A aprovação da emenda afetaria seriamente a possibilidade do Ministério da Guerra negociar operações de crédito que permitam apressar a realização de seus programas de reaparelhamento do Exército. Os principais Bancos do país estão incluindo nos seus contratos de empréstimo, cláusulas que estipulam a correção monetária.

A conservação da alínea c do art. 3º como se acha redigido é uma garantia para assegurar a executibilidade dos programas que serão custeados pelo Fundo do Exército.

PELA REJEIÇÃO

PARECER A EMENDA Nº 4

Pela Rejeição

Pelos mesmos motivos da Emenda número 2.

PARECER A EMENDA Nº 5

Pela aprovação parcial, mantendo-se o Artigo e rejeitando-se o Parágrafo Único.

O Banco Nacional de Habitação visa a proporcionar a aquisição de casas aos seus ocupantes e aos que não possuem casa própria. O problema do Exército é diferente; é construir casas para ocupantes transitórios. O Banco Nacional de Habitação não terá interesse em construir casas para o Exército. Também não terá conveniência econômica em de-lugar mais atividades para regiões distantes, ou para as fronteiras, afim de construir uma ou duas dezenas de casas. Será melhor a inteira autonomia e responsabilidade do Fundo do Exército na execução do programa de Assistência Social, particularmente no setor de construções de residências.

PELA REJEIÇÃO PARÁGRAFO ÚNICO

EMENDA Nº 6

Pela aprovação.

Brasília, 30 de março de 1965. — Jenerly Nunes, Relator.

PARECER A EMENDA Nº 1

Os programas de aplicação do Fundo do Exército, serão regulados pela Lei nº 601/1948, que estabelece normas para a contabilidade dos Ministérios Militares.

Também a prestação de contas ficará subordinada às prescrições da Lei nº 601/1948, e ao Art. 177, nº 2, da Constituição Federal.

É inconveniente a divulgação dos planos de aplicação do Fundo, do

1. *Journal of the American Medical Association*, 1997; 277: 1033-1036.

deduções relativas à contribuição de previdência do empregado, ao imposto sindical, aos encargos de família, vetado mediante a aplicação da seguinte tabela:

Entre 2 e 15 vezes — 5%.

Acima de 15 vezes — 10%.

§ 1º O imposto de que trata este artigo será cobrado como antecipação do que for apurado na declaração de rendimentos.

§ 2º Não haverá obrigação de apresentação da declaração de rendimentos quando o contribuinte tiver percebido durante o ano base, exclusivamente, rendimentos do trabalho assalariado em importância até Cr\$ 6.000,00 (seis milhões de cruzeiros) e, observado esse limite, quando houver auferido, juntamente com os do trabalho assalariado, rendimentos de outras categorias em importância anual não excedente a 3% (três por cento) dos primeiros.

§ 3º Para efeito do disposto neste artigo, considerar-se-ão na sua totalidade os rendimentos previstos no art. 51 desta lei, independentemente dos limites nele estabelecidos.

Art. 16. Serão classificados como rendimentos do trabalho assalariado todas as espécies de remuneração por trabalho ou serviços prestados no exercício dos empregos, cargos ou funções referidos no artigo 5º do Decreto-lei nº 5.844, de 27 de setembro de 1913 e no artigo 15 da Lei número 4.257, de 16 de julho de 1964, tais como:

I — Salários, ordenados, vencimentos, soldos, soldadas, vantagens, subsídios, honorários, diárias de comparecimento;

II — Adicionais, extraordinários, suplementações, abonos, bonificações, gorjetas;

III — Gratificações, participações, interesses, percentagens, prêmios e cotas-partes em multas ou receitas;

IV — Comissões e corretagens;

V — Ajudas de custo, diárias e outras vantagens por viagens ou transferência do local de trabalho;

VI — Pagamento de despesas pessoais do assalariado, assim entendidas aquelas cuja dedução ou abatimento a lei não autoriza na determinação da renda líquida;

VII — Aluguel do imóvel ocupado pelo empregado e pago pelo empregador a terceiros, ou a diferença entre o aluguel que o empregador paga pela locação do prédio e o que cobra a menos do empregado pela respectiva sublocação;

VIII — Pagamento ou reembolso do imposto ou contribuições que a lei prevê como encargo do assalariado;

IX — Prêmio de seguro individual de vida do empregado pago pelo empregador, quando o empregado é o beneficiário do seguro ou indica o beneficiário deste;

X — Vantagens, dotações ou auxílios para aposentadorias ou custeio de despesas necessárias para o exercício do cargo, função ou emprego;

XI — Pensões civis ou militares, de qualquer natureza, meios-soldos, e quaisquer outros proventos recebidos de entidades governamentais ou de instituições de aposentadorias ou de entidades governamentais em virtude de empregos, cargos ou funções exercidas no passado, excetuadas as correspondências aos militares da guerra ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira.

Parágrafo único. Serão também classificados como rendimentos do trabalho assalariado os juros de mora e quaisquer outras indenizações pelo atraso do pagamento das remunerações previstas neste artigo.

Art. 18. Para determinação do rendimento líquido, o beneficiário de rendimentos do trabalho assalariado poderá deduzir dos rendimentos brutos:

I — As contribuições para institutos e caixas de aposentadoria e pensões, ou para outros fundos de beneficência;

III — As contribuições para associações científicas e as despesas com aquisição ou assinatura de livros, revistas e jornais técnicos, vetado;

IV — As despesas com aquisição de instrumentos, utensílios e materiais necessários ao desempenho de seus cargos, funções, trabalhos ou serviços quando por conta do empregado;

V — Os gastos pessoais de passagens, alimentação e alojamento bem como os de transporte de volumes e aluguel de locais destinados a mostruários, nos casos de viagens e estada fora do local de residência;

a) até o limite das importâncias recebidas para o custeio desses gastos, quando pagos pelo empregador, desde que suficientemente comprovados ou justificados;

b) efetivamente comprovados, quando correrem por conta do empregado, ressalvados o disposto na alínea "C";

c) independentemente de comprovação, até 30% (trinta por cento) do rendimento bruto, no caso de caixa-representante, quando correrem por conta desta;

VII — As ajudas de custo e diárias pagas por cofres públicos ou qualquer empregador, destinadas à indenização de gastos de transferência e de instalação do contribuinte e de sua família em localidade diferente daquela em que residia;

VIII — As despesas de representação pagas pelos cofres públicos;

a) para o exercício de funções transitórias no exterior, de duração até seis meses consecutivos;

b) até o limite estabelecido para cada caso, quando se tratar de exercício de funções no exterior por prazo superior a seis meses consecutivos;

XIII — As despesas com ação judicial necessária ao recebimento dos rendimentos, inclusive de advogados, se tiverem sido pagos pelo contribuinte, sem indenização.

XIV — Independentemente de comprovação, até 30% (trinta por cento) do rendimento bruto, excetuadas as ajudas de custo e diárias de viagem, quando se tratar do mandato eletivo de representação popular.

Parágrafo único. Em relação às pensões civis ou militares, meios-soldos e quaisquer outros proventos recebidos do antigo empregador, ou institutos de aposentadoria ou pensão em virtude de empregos, cargos ou funções exercidas no passado, só serão admitidas as deduções previstas no item XIII.

Art. 51. O valor da remuneração dos sócios-gerentes, diretores ou administradores, individual ou coletivamente considerados, de sociedades comerciais ou civis, de qualquer espécie, assim como a dos negociantes em firma individual, não poderá exceder:

I — Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) mensais, quando o capital da firma ou sociedade for até Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros);

II — Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) mensais, quando o capital da firma ou sociedade for superior a Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) e inferior a Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros);

III — Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) mensais, quando o capital da firma ou sociedade for superior a Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) e inferior a Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros);

IV — Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) mensais, quando o capital da firma ou sociedade for superior a Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) e inferior a Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros);

V — Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) mensais, quando o capital da firma ou sociedade for superior a Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros).

§ 1º Para efeito de dedutibilidade da remuneração dos sócios-gerentes ou diretores de firmas ou sociedades na apuração do lucro operacional da empresa, serão observadas as seguintes normas:

a) quando o capital realizado for inferior a Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), o total de diretores ou gerentes não poderá exceder o número de 3 (três) beneficiários;

b) quando o capital realizado ficar compreendido entre Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) e Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), o total de diretores ou gerentes não poderá exceder o número de 5 (cinco) beneficiários;

c) quando o capital realizado ultrapassar Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), o total de diretores ou sócios-gerentes não poderá exceder o número de 7 (sete) beneficiários;

§ 2º A remuneração de cada um dos conselheiros fiscais ou consultivos de sociedades comerciais ou civis, de qualquer espécie, não poderá ultrapassar a Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) anuais.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

E. M. nº 28

Em 25 de fevereiro de 1965.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Para que se consiga a disciplina salarial indispensável para atingir, no menor espaço de tempo possível, a contenção da inflação e uma satisfatória estabilidade de preços, é imperioso que no setor público da economia, sob a direção e a responsabilidade diretas do Governo, se estabeleça vigorosa austeridade em matéria salarial, com o intuito de demonstrar clara e inequívoca a autoridade da área sob o seu comando, poderá o Governo pedir aos trabalhadores do setor privado que aceitem normas de disciplina de suas reivindicações e concordem com as correções que se tornam necessárias nas distorções salariais introduzidas nos últimos anos.

2. O anexo anteprojeto de lei é essa demonstração clara e inequívoca que é solicitada do Governo Federal. Os seus dois primeiros artigos estabelecem não só uma redução de 20% nos subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República, como revoga e torna sem efeito qualquer aumento ou reajustamento desses subsídios, bem como de vencimento, salário, provento ou remuneração de qualquer natureza com base em índices do custo de vida ou em elevação dos níveis do salário mínimo.

Não é possível, com efeito, negar ao assalariado em geral dos setores público e privado o sistema do salário móvel, por ser incompatível com uma política anti-inflacionária, e manter esse sistema para determinados remunerados.

3. Estabelece ainda o anteprojeto uma redução progressiva dos vencimentos superiores a Cr\$ 600.000,00 mensais pagos aos servidores públicos civis e militares da União. A medida não constitui inovação, já tendo sido adotada por ocasião da 1ª Guerra Mundial, como providência de caráter temporário para conter a inflação e a desvalorização da moeda nacional. A sua constituição não é indiscutível, por significar redução de renda e não participação nos lucros ou vantagens especiais no tocante a salários. Será, todavia, uma contribuição desses servidores para a redução dos gastos públicos, manutenção do déficit do Tesouro dentro dos limites estabelecidos na programação financeira e consequente do ativo orçamentário no próximo exercício.

4. Sacrificando semelhante anteprojeto o anteprojeto para os assalariados do setor privado da economia, sendo discutível a possibilidade jurídica de reduzir por meio de ato legislativo os salários, pagos pelo setor privado e que decorrem de um vínculo contratual determina o anteprojeto a sujeição desses salários, desde que excedam certos limites, a uma subordinação compulsória da Obrações do Tesouro Nacional, preceito esse já incluído em recente legislação sem que qualquer oposição fosse feita à sua juridicidade. Dá-se, todavia, ao assalariado do setor privado a possibilidade de se eximir dessa subordinação compulsória de títulos públicos caso concorde, voluntária e espontaneamente, com uma redução de sua remuneração em importância inferior à da subordinação compulsória. Não sendo admissível que essa redução de salários possa reverter em benefício do empregador, estabelece o anteprojeto que a mesma será canalizada em favor do Banco Nacional de Habitação, a fim de reforçar os recursos destinados à execução do plano habitacional em favor das classes menos favorecidas. A fim de estimular a democratização das empresas e a participação dos empregados no seu capital, permite o anteprojeto que o empregador, em lugar de efetuar o recolhimento ao Banco Nacional de Habitação, das importâncias correspondentes à redução dos salários de seus empregados, lhes distribua ações em valor correspondente.

5. Convém salientar, finalmente, que as medidas propostas no anteprojeto têm caráter transitório e urgência imediata ao atual quadro financeiro. São elas parte integrante do programa de inflação a ser executado com vigor no corrente ano, como preparação para a estabilização de preços que se espera atingir no próximo ano. Os sacrifícios exigidos de uma pequena parcela dos assalariados dos setores público e privado da economia serão compensados, no próximo ano, pela estabilidade de preços que garantirá aos mesmos assalariados a manutenção do poder de compra real de seus salários e sua liberação do permanente conflito inflacionário.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de nossa profunda respeito. — Océlio Gouveia de Brito, Ministro da Fazenda. — Roberto de Oliveira Campos, Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei número 26, de 1965 (Congresso Nacional) que dispõe sobre o Estatuto da Terra e das outras providências.

1ª REUNIAO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1965.

As 10 horas, do dia 16 de março de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Walfredo Gurgel, Lopes da Costa e Aurélio Vianna e os Senhores Deputados Marcial Terra, Cid Carvalho e Ruy Santos, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei nº 26, de 1965 (Congresso Nacional) que dispõe sobre o Estatuto da Terra e das outras providências.

Em obediência ao preceito Regimental assume a Presidência o Senhor Senador Aurélio Vianna que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Deputado Marcial Terra.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:
Senador Aurélio Vianna 5 votos
Deputado Ruy Santos 1 voto

Para Vice-Presidente:
Deputado Marcial Terra 5 votos
Deputado Cid Carvalho 1 voto

O Senhor Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição designa o Senhor Senador Walfredo Gurgel, Relator da matéria precípua à Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a Reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

2ª REUNIAO, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1965.

As 16,30 horas, do dia 16 de março de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Aurélio Vianna, Presidente, presentes os Senhores Senadores Walfredo Gurgel, Lopes da Costa e Aurélio Vianna e os Senhores Deputados Marcial Terra, Cid Carvalho e Ruy Santos, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de apreciar o Veto Parcial, do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei nº 26, de 1965 (Congresso Nacional) que dispõe sobre o Estatuto da Terra e das outras providências.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Walfredo Gurgel que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Senhor Presidente da República para, no uso de suas atribuições Constitucionais, após seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais devesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina seja assinado o Relatório.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

RELATÓRIO Nº 14, DE 1965

Da Comissão Mista, incumbida de apreciar o veto parcial ao Projeto de Lei nº 26, de 1964 (C.N.), que dispõe sobre o Estatuto da Terra e das outras providências.

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

O Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, vetou, parcialmente, o Projeto de Lei nº 26 de 1964 (C. N.) que dispõe sobre o Estatuto da Terra e das outras providências, por considerá-lo contrário aos interesses nacionais.

ORIGEM DO PROJETO

O Projeto foi apresentado pela Mensagem nº CN-33, de 28 de outubro de 1964, do Senhor Presidente da República, que o encaminhou ao Congresso com a Exposição de Motivos número 46, do Ministro da Agricultura e do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação, que lhe aditaram longa justificativa.

A proposição, elaborada por um Grupo Misto de Trabalho, constituído por técnicos dos dois referidos Ministérios, contou com a colaboração de especialistas em economia agrícola brasileira, dos representantes das entidades de classe de proprietários e trabalhadores rurais, além das sugestões dos representantes de partidos políticos e dos Secretários de Agricultura dos Estados, bem como dos trabalhos convertidos em projetos em curso nas duas casas do Congresso nacional.

TRAMITAÇÃO DO PROJETO

A Comissão Mista, designada para se pronunciar sobre o projeto, emitiu parecer, oferecendo-lhe uma Emenda Substitutiva, que resultou do vencido na sua apreciação, bem como assim das emendas que lhe forem apresentadas.

Na Câmara dos Deputados, este substitutivo foi aprovado com vários destaques, uns para supressão, outros para serem acrescentados a palavras, expressões, emendas e disposições diversas.

No Senado Federal a matéria foi aprovada nos termos do substitutivo adotado pela Câmara dos Deputados, tendo sido enviado à sanção pela Câmara dos Deputados, tendo sido enviado à sanção pela Mensagem C. N. 121 de 1964, com as modificações constantes dos destaques aprovados, independentemente de redação final.

O VETO E SUAS RAZÕES

O Senhor Presidente da República fez incidir, inicialmente, o veto:

A) sobre o inciso VI do artigo 4º, nas expressões: "igual ou superior ao da média".

O substitutivo da Comissão Mista manteve inalterado o texto do Projeto do Poder Executivo, na parte referente à conceituação de "Empresa Rural" de que trata o artigo 4º mencionado.

As expressões vetadas fazem parte da disposição que constava da Emenda Substitutiva nº 2, do Senhor Deputado Amaral Peixoto.

O inciso parcialmente vetado tem a seguinte redação:

"VI — "Empresa Rural" é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condições de rendimento econômico igual ou superior ao da média da região em que se situe o que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo.

O inciso, que teve vetadas as referidas expressões, foi incluído no Substitutivo da Comissão Mista, em virtude da aprovação da emenda aditiva nº 302 do Sr. Deputado Andrade Lima Filho.

RAZÕES DO VETO

São estas as razões invocadas pelo Sr. Presidente da República para vetar as expressões mencionadas:

O § 3º do art. 109, vetado, tem a seguinte redação:

Para esse fim, equipara-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias".

RAZÕES DO VETO

As razões que levaram o Sr. Presidente da República a vetar as expressões desse inciso são as seguintes:

"O rendimento econômico médio de uma região de forma alguma pode ser tomado como referência adequada para a classificação de um empreendimento agrícola. O índice certo seria o rendimento mínimo compatível com as condições ecológicas e o nível tecnológico regionais. É necessário suprimir esta referência que, nas regiões onde existe alguma tecnologia, estabelecerá valores altos, tornando injustas classificações de imóveis rurais que serão indevidamente incluídos na classificação de latifúndios, e, nas regiões em que predominam os latifúndios, por não terem eles rendimento, será um índice evidentemente aquém dos mínimos que devem ser exigidos para uma sã política agrícola.

B) no inciso VIII do art. 4º as expressões: "compostas exclusivamente de agricultores".

Dito inciso está assim redigido, na íntegra: VIII — "Cooperativa Integral de Reforma Agrária" (C.I.R.A.)

toda sociedade cooperativista mista, de natureza civil, composta exclusivamente de agricultores, criada nas áreas prioritárias de Reforma Agrária, contando temporariamente com a contribuição financeira e técnica do Poder Público, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, com a finalidade de industrializar, beneficiar, preparar e padronizar a produção agropecuária, bem como realizar os demais objetivos previstos na legislação vigente;"

Do inciso VII, do art. 4º do anteprojeto do Poder Executivo, que conceitua a CIRA, não constavam tais expressões, que passaram a integrar o substitutivo da Comissão Mista, em virtude da aprovação da emenda nº 50 do Sr. Senador Nelson Maculan ao referido inciso.

Justificou o autor dessa emenda modificativa a inclusão das expressões vetadas, afirmando que as cooperativas mistas "devem ser inteiramente constituídas de agricultores, delas não devendo participar outras pessoas ou entidades, para que as suas finalidades não sejam desvirtuadas".

RAZÕES DO VETO

Vetando-as, o Sr. Presidente declarou:

"A própria finalidade da Cooperativa, especificada neste item, mostra que dela devem poder participar, entre outros profissionais, os interessados nas atividades industriais e de beneficiamento da produção agropecuária".

C) no inciso IX do art. 4º, as expressões finais: "Integrais de Reforma Agrária".

Esta disposição tem o seguinte teor: "IX — "Colonização" toda atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de

Cooperativas Integrais de Reforma Agrária.

Esta redação dada à conceituação de "Colonização", com as expressões vetadas, é, também, de autoria do Sr. Senador Nelson Maculan, cuja emenda nº 51, foi aprovada pela Comissão Mista.

Fundamentando-a, assim, declara o autor da emenda:

"Salvo melhor juízo o texto sugerido se enquadra melhor no espírito do próprio projeto, pois, além de possibilitar o alcance dos objetivos do Estatuto da Terra, evita distorções que a redação do dispositivo referido, como se encontra no projeto, pode ensejar".

RAZÕES DO VETO

São as seguintes as razões do veto presidencial às expressões contidas no citado inciso IX:

"A definição de Cooperativa Integral de Reforma Agrária limitada sua criação às áreas prioritárias; a colonização oficial ou particular será realizada não só naquelas áreas, mas em qualquer outra do país. Portanto nesta definição cabe apenas referência a Cooperativa sem especificação. D) na alínea "e" do art. 17 a expressão: "e ao domínio".

Esta alínea, que integra o "caput" regulamentador do acesso à propriedade rural, tem a seguinte redação:

"Art. 17.
e) reversão à posse, e ao domínio do Poder Público de terras de sua propriedade, indevidamente ocupadas e exploradas, a qualquer título por terceiros;"

Este dispositivo, com a expressão vetada, foi incorporado ao substitutivo da Comissão Mista em virtude da emenda substitutiva que obteve parecer favorável, parcialmente.

RAZÕES DO VETO

Ao vetar aquela expressão assim justifica o Sr. Presidente da República:

"O veto incide sobre a expressão "e ao domínio", porque sua manutenção conflita com o trecho seguinte:

... "do Poder Público de terras de sua propriedade". Se as terras são de propriedade do Poder Público, importa em dizer que são do seu domínio. Não há, assim, lugar para uma reversão ao domínio do Estado de terras de propriedade deste, mas somente, reversão à sua posse, quando ocorra que, sendo proprietário, haja ele perdido por qualquer motivo a posse de seus bens. É a doutrina da imprescritibilidade dos bens públicos de aceitação pacífica do Brasil.

E) o § 2º do art. 42.
Tem o § vetado, esta redação: "Art. 42.
§ 2º A remuneração dos membros da Comissão Agrária, não poderá exceder, em cada mês, o triplo do salário-mínimo regional correndo por conta do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária as despesas para a execução de suas atividades".

A Comissão Mista, em seu substitutivo, deu a este dispositivo a seguinte redação:

"Art. 42 —

Parágrafo único. A Comissão Agrária será constituída quando estiver definida a área prioritária regional de reforma agrária e terá vigência até a implantação dos respectivos projetos, sendo remuneradas as funções de seus membros conforme o comparecimento às sessões que se realizarem, não podendo a remuneração

neração exceder em cada mês ao triplo do salário-mínimo regional, e correndo por conta do IBRAN as despesas para a execução de suas atividades."

Este dispositivo resultou da aprovação da emenda nº 173, do Senhor Deputado Geraldo Freire.

RAZÕES DO VETO

Justificando o veto, diz o Senhor Presidente da República:

"A emenda aprovada na Comissão Mista introduziu o preceito de remuneração das funções dos membros da Comissão Agrária, de acordo com o comparecimento às sessões que se realizarem, fixando o limite da remuneração. Em destaque aprovado pelo Plenário do Congresso, foi rejeitada a idéia de remuneração, tendo sido no entanto, mantido o trecho referente ao limite dessa remuneração.

Tratando-se de uma Comissão de representação de classes, tal como estabelece a Lei, convém ser mantido o caráter de função não remunerada para seus membros, cujas atividades serão consideradas como relevantes serviços prestados".

F) O art. 51 e seu parágrafo único.

As disposições vetadas estão assim redigidas:

Art. 51. Os coeficientes de progressividade aplicados ao Imposto Territorial Rural do imóvel considerado latifúndio por esta Lei serão multiplicados por um outro coeficiente, que variará de um a dez, na forma determinada na regulamentação da presente Lei, levando-se em consideração o tempo, a contar do exercício em que o proprietário for notificado, pelo órgão público competente, da taxa do imóvel na categoria de latifúndio.

Parágrafo único. A incidência do coeficiente, tempo de agravamento da taxa, referido neste artigo, ficará suspensa se o proprietário comprovar, perante o órgão arrecador do Imposto Territorial Rural, que elaborou projeto de aproveitamento racional do imóvel ou de ampliação da área explorada, devidamente aprovado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, durante essa suspensão. A agravamento ficará susposta pelo período fixado no projeto, extinguindo-se definitivamente ao concluir-se a execução deste.

Foram estes dispositivos incluídos no Substitutivo da Comissão Mista, em virtude da adoção do disposto no art. 65 e seu parágrafo 1º, da emenda substitutiva nº 2, do Sr. Deputado Amaral Peixoto.

RAZÕES DO VETO

Ao vetar estas disposições, assim declara o Chefe do Poder Executivo:

"A norma estabelecida neste artigo cria um coeficiente de tributação progressiva no tempo, para os imóveis que foram classificados na categoria de latifúndio, que multiplica os coeficientes de progressividade previstos no artigo 50.

O dispositivo pode se revestir de sentido altamente confiscatório, através da exigência aos proprietários de imediata transformação das formas de uso, em qualquer região do país, mesmo para as áreas prioritárias, como também pela liberdade excessiva dada ao Poder Público para, mediante simples regulamentação da lei, variar a alíquota do má-

ximo de 3% até cerca de 30%. Tal arbitrio não se coaduna com os cuidados tomados para fixação de sistema de tributação, cujo objetivo foi o de, respeitando os princípios de justiça social, estabelecer uma política agrícola que gradativamente transformasse a estrutura da produção agropecuária do país".

G) no art. 52 a expressão: "ou no art. 51, parágrafo único".

Este veto provém do veto apostado ao art. 51 e seu parágrafo único, acima mencionados.

H) o art. 54 e seus parágrafos.

Está assim redigido este dispositivo vetado, com os seus cinco parágrafos:

"Art. 54. Fica suprimido o parágrafo único do artigo 58 do Decreto-Lei nº 5.844, de 28 de setembro de 1943, acrescentando-se a esse artigo os seguintes parágrafos:

§ 1º Do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis que deva pagar, o contribuinte poderá descontar até cinquenta por cento para inversões em projetos agrícolas, agropecuários ou agroindustriais, declarados de interesse para o desenvolvimento rural da região ou da propriedade pelo órgão federal competente, na forma que o regulamento estabelecer.

§ 2º Somente será concedido o benefício de que trata o parágrafo anterior, se o contribuinte aplicar no projeto o desconto obtido e, no mínimo, outro tanto de recursos próprios, satisfazendo as exigências regulamentares.

§ 3º Para pleitear o benefício de que trata o § 1º, o contribuinte anexará à sua declaração de renda, comprovante da aprovação do projeto pelo órgão competente.

§ 4º O órgão competente deverá pronunciar-se no prazo de noventa dias, contados da apresentação do projeto, considerando-se este aprovado desde que não haja pronunciamento.

§ 5º Aprovado o projeto, o contribuinte terá o prazo de trinta dias para assinar, junto ao órgão competente, termo de compromisso de sua execução".

Estão estas disposições no substitutivo da Comissão Mista, em virtude de terem sido acolhidas integral e textualmente o art. 68 e seus parágrafos da emenda substitutiva nº 2 e de autoria do Sr. Deputado Amaral Peixoto.

RAZÕES DO VETO

São estas as razões oferecidas pelo Sr. Presidente da República ao vetar os dispositivos referidos:

"A emenda aprovada pela Comissão Mista, ampliando o benefício da isenção a todos os contribuintes e não apenas às empresas rurais, modifica substancialmente as condições de eficácia e de controle do dispositivo previsto no artigo. Além do mais, a redação não deixa claro se a dedução do contribuinte se faria para investimentos em sua propriedade ou em qualquer propriedade. Sendo verdadeira a segunda hipótese, haveria necessidade de um dispêndio e complexo sistema de controle para evitar fraudes contra o Fisco. É de se considerar ainda uma outra ampliação aprovada pela Comissão Mista, autorizando a dedução desde que o projeto seja de interesse da propriedade, e que estenderia o benefício da redução do tributo sem consideração aos interesses da coletividade de.

Por outro lado, os objetivos do dispositivo — de estimular investimento agrícola — estão já aprovados de forma mais ampla e criteriosa pelo art. 65 da Lei do Imposto de Renda, recentemente aprovada".

I) os §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 61.

Estes parágrafos vetados passaram a integrar o Substitutivo da Comissão Mista com as seguintes redações:

"Art. 61 —

§ 5º As empresas rurais colonizadoras que se disponham ao cumprimento do prescrito no parágrafo anterior, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária financiará até cinquenta por cento das obras de implantação do projeto de colonização para pagamento em, pelo menos, oito anos.

§ 6º As firmas colonizadoras, com projetos beneficiados por esta Lei, se obrigam a vender os lotes com o máximo de trinta e cinco por cento de entrada, que será financiada pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, com um ano de carência e, pelo menos, quatro anos para pagamento do saldo devedor.

§ 7º O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária garantirá aos adquirentes de lotes de projeto de colonização particular, além do financiamento da parcela de entrada, recursos para a construção da casa de moradia e, pelo menos, trinta por cento das benfeitorias necessárias e úteis, pelos prazos mínimos de quatro e dez anos respectivamente, a juros máximos de oito por cento ao ano.

§ 8º Não serão desapropriadas as terras cujos legítimos donos se portarem a lotes-las, mediante plano a ser aprovado pelo órgão competente, para venda a longo prazo e a justo preço.

As disposições constantes dos §§ 5º, 6º e 7º são de autoria do Sr. Senador Nelson Maculan que as apresentou através da emenda nº 249 e o disposto no parágrafo 8º foi incluído no Substitutivo da Comissão Mista em virtude da aprovação da emenda aditiva nº 400, do Sr. Senador Wilson Gonçalves.

RAZÕES DO VETO

Vetando os mencionados parágrafos, assim justificou o Sr. Presidente da República:

"O disposto nos §§ 5º, 6º, 7º, além de conflitar com as normas gerais estabelecidas no artigo 109 da lei, fixa percentagens, prazos, taxas de juros e formas de pagamento, de maneira rígida, que devem constituir matéria regulamentar e variáveis com cada tipo de projeto, em função de suas características próprias, da oportunidade de sua realização em face das condições regionais onde serão executados e das disponibilidades de recurso do órgão financiador. Por outro lado, não caberia ao IBRA mas sim ao INDA e à Carteira de Colonização do Banco do Brasil os financiamentos nas áreas de colonização particular.

Com relação ao § 8º, a medida teria um efeito suspensivo em desapropriações, que, na forma do disposto neste parágrafo, poderiam incidir até em áreas prioritárias, dificultando assim a execução dos projetos elaborados para essas áreas.

J) no inciso do art. 74, as alíneas "a", e "h", integralmente e na alínea "f", as expressões "in fine", e de produção agropecuária.

Estão assina redigidas, na íntegra, as alíneas vetadas, e que se referem às atribuições do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, (INDA), criado no art. 74:

- "a) planejar, programar, promover e coordenar as atividades de fomento agropecuário;
- "h) planejar e promover o desenvolvimento do cooperativismo e de associativismo rural;
- "f) proceder à avaliação do desenvolvimento das atividades de extensão rural e de produção agropecuária.

RAZÕES DO VETO

Apresenta o Sr. Presidente da República as seguintes razões contrárias à aprovação dessas alíneas:

"Quanto à alínea "a", foi ela incluída em decorrência de um erro datilográfico na citação do inciso I, do art. 45, do Decreto nº 52.339, de 8 de agosto de 1963, e que se refere à atribuição básica do órgão de fomento agropecuário do Ministério da Agricultura; a parte vetada da alínea "f" é também decorrente deste mesmo engano. Em relação à alínea "h" trata-se de uma repetição do que dispõe a alínea "b".

K) O parágrafo único do Art. 88 E a seguinte a redação deste parágrafo vetado:

"Art. 88 — Parágrafo único. Nas regiões onde a agricultura não dispuser de fábricas de fertilizantes suficientes, o Governo lhes programará imediatamente a instalação no prazo de três anos podendo os fertilizantes ser do tipo nitrogenado, fosfatado, ou potássico, conforme ocorrência de matéria prima nas respectivas regiões".

Este parágrafo foi introduzido no texto do substitutivo em virtude da aprovação da emenda nº 373 do Senhor Senador José Ermirio de Moraes, que a justificou, declarando que "qualquer iniciativa, visando ao melhoramento da produção agrícola, não pode ter êxito se não voltar as vistas para o problema dos fertilizantes".

RAZÕES DO VETO

Vetando este dispositivo assim afirma o Chefe do Poder Executivo:

"A necessidade e a conveniência de localização de fábricas de fertilizantes em determinada região, não depende apenas da existência de produção local mas sim da ocorrência de condições básicas para a sua implantação, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista econômico; das solicitações do mercado; e sobretudo, da existência de matéria prima economicamente explorável. Por outro lado, tal como está redigido, não fica definido o conceito de região, o que em um país de caráter continental como o Brasil representará uma obrigação para o Poder Público muito acima das possibilidades financeiras do país".

L) no § 2º do artigo 92 a expressão: "excluídos os casos de que trata mas Leis nº 3.551, de 12 de fevereiro de 1959 e 3.770, de 7 de junho de 1960".

O parágrafo 2º vetado tem a seguinte redação:

Art. 92. § 2º Os preços de arrendamento e de parceria fixados em contrato, excluídos os casos de que tratam as Leis nº 3.551, de 12 de fevereiro de 1959, e 3.770, de 7 de junho de 1960, serão reajustados periodicamente, de acordo com os índices aprovados pelo Conselho Nacional de Economia. Nos casos em que ocorra explora-

ção de produtos com preços oficialmente fixados, a relação entre os preços reajustados e os iniciais, não pode ultrapassar a relação entre o preço novo fixado para os produtores e o respectivo preço na época do contrato, obedecendo às normas do Regulamento desta Lei.

A inclusão desta disposição vetada no corpo do Substituto da Comissão Mista resultou da aprovação da emenda aditiva nº 293 do Sr. Deputado Osmar Grafulha.

RAZÕES DO VETO

O Sr. Presidente da República aduz as seguintes razões ao vetar o mencionado § 2º:

"Os casos tratados nas leis referidas não justificam garantia legal, em caráter permanente, do congelamento de preços de arrendamento, sobretudo porque naqueles atos normativos já foram concedidos favores especiais aos produtores atingidos pela perda da safra de trigo. O Poder Executivo, no exame dos casos em tela e em função das condições vigentes ao término dos acordos em vigor, poderá estabelecer novas bases para atender aquelas causas específicas".

M) no inciso XIII do art. 95, as expressões "in fine", "na forma prevista no art. 4º, inciso II desta Lei".

O inciso, cujas expressões foram vetadas, tem a seguinte redação:

"Art. 95. XIII — a todo aquele que ocupar, sob qualquer forma de arrendamento, por mais de cinco anos, um imóvel rural desapropriado, em área prioritária de Reforma Agrária, é assegurado o direito preferencial de acesso à terra, na forma prevista no artigo 4º, inciso II, desta Lei".

O inciso, que teve vetadas as referidas expressões, foi incluído no Substituto da Comissão Mista, em virtude da aprovação da emenda aditiva nº 303 do Sr. Deputado André Lima Filho.

RAZÕES DO VETO

São estas as razões invocadas pelo Sr. Presidente da República para vetar as expressões mencionadas:

"Não tem sendo a remissão incluída no dispositivo".

N) no § 3º do artigo 109 a expressão: "das amortizações nos termos deste artigo".

O § 3º do art. 109, vetado, tem a seguinte redação:

"Art. 109. § 3º A correção monetária das amortizações nos termos deste artigo, não constituirá rendimento tributável dos seus beneficiários".

RAZÕES DO VETO

O Sr. Presidente da República aduz as seguintes razões ao vetar as expressões citadas:

"A especificação fixada no trecho, ao qual se apõe o veto, é inconveniente, da vez que a correção monetária constitui rendimento não tributável, não somente no caso de amortizações, mas sim em todos os casos em que ela é autorizada e reconhecida como expressão do valor real monetário, já que não é um lucro do beneficiário. Em outras leis já sancionadas, como é o caso da Lei Habitacional, esta correção não foi também considerada rendimento tributável".

O) no inciso II do art. 117 a expressão: "a ser instituído em forma análoga à estabelecida para os da indústria e do comércio".

Está com a seguinte redação o inciso II, vetado:

"Art. 117 ...

II — Ao órgão do Serviço Social da Previdência que atenderá aos trabalhadores rurais, a ser instituído em forma análoga à estabelecida para os da indústria e do comércio, caberão as demais atribuições e cinquenta por cento da arrecadação. Enquanto não for criado este órgão, suas atribuições e arrecadações, serão da competência da autarquia referida no inciso I;

A inclusão do inciso com as expressões vetadas decorreu da aprovação da Emenda nº 242 do Sr. Deputado Manoel Taveira.

RAZÕES DO VETO

As razões aduzidas ao veto incidente sobre as expressões referidas são as seguintes:

"A supressão tem por objetivo permitir que na criação do Ministério da Previdência, que está sendo objeto de estudos, haja maior liberdade para a organização do Serviço Social da Previdência".

P) o inciso III do art. 117. Foi aprovado este inciso com a seguinte redação:

"Art. 117 ...

III — do Fundo referido no inciso I deste artigo, cinquenta por cento serão obrigatoriamente aplicados em extensão rural, diretamente ou em convênio com entidade especializada".

Este dispositivo é de autoria do Sr. Deputado Guilhermino de Oliveira e foi introduzido no texto da Emenda Substitutiva da Comissão Mista, ao ser aprovada a emenda nº 344 de autoria do referido Deputado.

RAZÕES DO VETO

Vetando, integralmente, esta disposição, assim justifica o Sr. Presidente da República:

"A receita do INDA não está prevista na lei como constitutiva de um Fundo, não havendo no inciso nº I nenhuma referência ao Fundo. Por outro lado, a vinculação obrigatória de 50% da receita do INDA, às atividades de extensão rural, cria uma impossibilidade de planificação adequada para suas demais atividades e em especial, para a colonização, que são aquelas que exigem maior vulto de aplicações".

Q) o § 2º do art. 119.

É a seguinte a redação dada a este parágrafo vetado:

"Art. 119 ...

§ 2º O projeto de expansão e melhoramentos da propriedade rural, mesmo que situada fora das áreas prioritárias, que observarem a orientação e os critérios desta Lei, e aprovados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, terão assegurado financiamento de cinquenta por cento de seu custo".

Foi esta disposição incluída no corpo do Substituto da Comissão Mista ao ser aprovada a Emenda nº 359, proposta pelo Sr. Deputado Guilhermino de Oliveira.

RAZÕES DO VETO

As razões do veto a este dispositivo foram as seguintes:

"Os projetos de expansão e melhoramentos das propriedades rurais fora das áreas prioritárias não deverão ser apreciadas pelo IBRA. De qualquer forma, os recursos disponíveis do IBRA e do INDA serão programados de acordo com planos específicos, e, de nenhuma maneira haverá possibilidade para garantir-se o financiamento de

80% daqueles projetos. Por outro lado, a percentagem de 50%, mesmo na hipótese de financiamento ser dado pela Carteira de Colonização do Banco do Brasil, será em raros casos atingida e nunca obrigatoriamente como fixa o dispositivo.

R) No art. 126, o trecho: "a particulares, tanto dos imóveis do domínio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, como de pessoas físicas ou jurídicas, podendo não só financiar o pequeno proprietário que não dispunha de outro imóvel rural, como executar diretamente os planos de sua própria iniciativa, mediante aquisição por compra ou outra forma, de áreas adequadas à colonização para o fim de loteamento e venda".

O art. 126, com o trecho vetado acima transcrito, constitui matéria da Emenda nº 392 do Sr. Senador Wilson Gonçalves, que assim a justifica:

"A omissão de qualquer referência à Carteira de Colonização do Banco do Brasil no texto do atual projeto que dispõe sobre o Estatuto da Terra, pode eventualmente levar à interpretação, embora rigorista, e presumivelmente estranha às intenções com que foi elaborado, de que o referido órgão perderá várias outras atribuições legais que amplamente lhe foram marcadas pela Lei nº 2.337, de 19 de junho de 1954, em seu artigo 3º, as quais estão assim discriminadas:

I — Aquisição de pequenas propriedades rurais, lotadas ou não, situadas em regiões propícias à colonização e que apresentem condições geo-econômicas favoráveis à exploração rural, em qualquer de suas modalidades.

II — Aquisição de áreas adequadas à colonização, para o fim de loteamento e venda.

III — Custeio de medição, demarcação, tapumes, construções de benfeitorias, obras de irrigação, aquecimento, força e luz, saneamento e outras que forem indispensáveis ao loteamento, formação e exploração de pequenas propriedades rurais, colônias ou núcleos agrícolas, sob planos que se enquadrarem nas bases de orientação política oficial de povoamento e colonização".

RAZÕES DO VETO

Ao vetar o referido trecho, assim argumenta o Sr. Presidente da República:

SENADO FEDERAL

ATA DA 2ª SESSÃO, EM 6 DE ABRIL DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

RESIDENCIA DOS SENHORES NOGUEIRA DA GAMA E ADALBERTO SENA.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Edmundo Levi
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Siegfredo Pacheco
Menezes Pimentel
Vicente Augusto
Walfredo Gurgel
Argemiro de Figueiredo
Barros Carvalho
Ermírio de Moraes
Silvestre Péricles

"A Carteira de Colonização não deverá atuar nas mesmas atividades, fixadas nesta Lei para o IBRA e o INDA. A função principal da Carteira é a de financiar as operações de venda de lotes rurais isolados ou dentro de projetos, porém não deve executar planos de colonização que exijam uma infraestrutura técnica especializada".

S) o art. 137.

Está assim redigido este dispositivo vetado:

"Art. 127 — A execução das medidas de que trata a Lei nº 4.176, de 7 de dezembro de 1963, constituirá parte integrante do programa do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária".

Este artigo foi introduzido no texto do Substituto da Comissão Mista, em virtude da aceitação da emenda nº 412, do Sr. Deputado Manoel Almeida.

RAZÕES DO VETO

As razões apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ao vetar, na íntegra, esse dispositivo, são as seguintes:

"A obrigatoriedade de integração do Projeto de que trata a Lei nº 4.126, no programa do IBRA, não poderá ser fixada previamente, de vez que este programa obedecerá a normas traçadas nesta Lei, com critérios de zoneamento e de prioridades nele estabelecidos, os quais deverão ser aprovados por órgãos colegiados a ser constituídos após a aprovação pelo Senado dos nomes indicados. Por outro lado, casos como referido neste artigo, devem constituir matéria de convênios, já regulados por esta Lei.

CONCLUSÃO

O presente veto foi aposto dentro do prazo estabelecido pela Constituição Federal, com fundamento em disposição desta mesma Carta Magna, estando o Congresso Nacional, com o presente Relatório, habilitado assim o cremos, a apreciá-lo convenientemente.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1965 — Aurélio Viana, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Lopes da Costa. — Ruy Santos — Marcial Terra. — Cid Carvalho.

José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Tôrres
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
José Feliciano
Pedro Ludovico
Mello Braga
Atilio Fontana
Guido Mondim
Mem de Sá (30)

O SR. PRESIDENTE.

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Mensagem nº 49 (número de origem 128-65), de 5 do mês em curso, do Sr. Presidente da República. Submete à aprovação do Senado Federal, em substituição aos consensos da Mensagem nº 79-65 (nº 27-65 no Senado), os nomes dos Srs. Denio Chagas Nogueira, Aldo Baptista Franco da Silva Santos, Luiz Biolchini, Casimiro Antonio Ribeiro, Gastão Eduardo Bueno Vidigal e Ruy Castro Magalhães escolhidos para integrar o Conselho Monetário Nacional, criado pelo art. 2º da Lei nº 4.595, de 31-12 de 1964, nos seguintes termos:

Mensagem nº 49, de 1965

(Nº 122, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal:

Tendo em vista o que dispõe o inciso IV do artigo 6º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, submeto à aprovação de Vossas Excelências, com a exposição de motivos do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, os nomes dos Srs. Denio Chagas Nogueira, Aldo Baptista Franco da Silva Santos, Luiz Biolchini, Casimiro Antonio Ribeiro, Gastão Eduardo Bueno Vidigal e Ruy Castro Magalhães, para membros do Conselho Monetário Nacional, criado pelo art. 2º da mencionada lei, em substituição à Mensagem nº 79, de 26 de março de 1965. Brasília, em 5 de abril de 1965. — II. Castello Branco.

RUY DE CASTRO MAGALHÃES

"Curriculum Vitae"

1. Brasileiro, natural de Ouro Preto (Mina, Gerais), nascido em 19-6 de 1914.
2. Formado em Direito pela Universidade de Minas Gerais (Belo Horizonte).
3. Ex-Secretário da Companhia Minas-Brasil.
4. Diretor do Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais em São Paulo.
5. Presidente do Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais desde 1964.
6. Diretor do Banco do Brasil Sociedade Anônima — durante dois anos (Carteira de Crédito Geral).
7. Membro de vários Conselhos de Bancos e de Minas Gerais.
8. Ex-Presidente do Sindicato de Bancos de Minas Gerais.

RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Aviso nº 41/AP/LA, de 1 do mês em curso, do Sr. Ministro da Agricultura, com referência ao Projeto de Lei do Senado nº 111-63.

Parecer nº 257, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 268, de 1964 (nº 553-B-53, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 201.591.171,50 para o fim que especifica.

Relatório: Sr. Ildio de Souza.

Pelo presente projeto é autorizada a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 201.591.171,50 (duzentos e um milhões, oitenta e um mil, cento e setenta e um cruzeiros e cinquenta centavos), para atender aos pagamentos devidos pela Companhia Nacional de Navegação Costeira ao Export-Import Bank de Washington, e ao pagamento relativo à aquisição de

doze navios de carga, da série CI-M-AVI, adquiridos ao Governo dos Estados Unidos da América do Norte, conforme contrato celebrado em 1956.

Trata-se de pagamento de importância correspondente às amortizações do financiamento concedido pelo citado Banco àquela autarquia federal, com a garantia do Tesouro Nacional, no montante de US\$ 2.750.000, pela compra daqueles dez navios.

Como os juros antes de mais nada que este contrato de empréstimo, operado com o aval do Tesouro Nacional, e por intermédio do Delegado do Tesouro Brasileiro no Exterior, foi devidamente amortizado e processado nos termos da Lei nº 1.518, de 24 de maio de 1951.

A compra dos doze navios de carga, de navios a reequipar a frota mercante do Brasil, fez-se de acordo com estudos e estimativas financeiras que indicavam ser a receita dos navios e outras de natureza industrial da citada Companhia Nacional de Navegação, capazes ou suficientes para cobrir as despesas assumidas.

Ocorre, no entanto, que os posteriores ajustamentos salariais, somados à elevação do custo de câmbio, e tendo em vista o fato de certos pagamentos deverem ocorrer por via de câmbio livre, resultaram em uma deficiência dos recursos da Companhia de Navegação Costeira para este fim.

Os compromissos da Companhia em exercícios financeiros futuros precisam, pois, ser atendidos. Só ao Eximbank são deves da ordem de US\$ 1.861.039,10 e à Administração Marítima Americana, juntamente em US\$ 778.858,84.

Não há, como não poderia haver, que a elevação dos preços de aquisição impediu que esse compromisso no exterior fosse satisfeito, já que continuam pagos os juros normais.

Tendo-se em consequência, absoluta e inelutavelmente, que o Governo tem que a Companhia Nacional de Navegação Costeira recorre suplementarmente, como se viu, (em uma dupla finalidade) primeira, atender aos pagamentos devidos a entidades estrangeiras, e segunda, atender às despesas relativas à operação de compra.

II. Portanto, há, urgência na obtenção de tais pagamentos junto ao exterior, em termos de crédito, visto que tais pagamentos têm prazo fixo estabelecido nos contratos.

Esta Comissão, ao apreciar este projeto, que providencia a abertura de crédito, e a autorização de empréstimo, e a abertura do crédito, é de parecer que o presente projeto deve ser aprovado.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 1964. — Pessoa, de Queiroz, Presidente. — Lobão da Silveira, Relator. — Lino de Mattos. — Silvestre Pacheco. — Wilson Gonçalves. — Eurico Rezende. — Antônio Jacó. — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Fala lida a leitura do expediente. (Fausa.) Sobre a mesa, requerimentos de informações que vão ser lidos.

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 112, de 1965

Requeremos à Mesa, nos termos do Regulamento Interno, e depois de ouvido o Plenário sejam solicitadas do Ministério das Relações Exteriores, as seguintes informações:

- 1) Quem autorizou o novo Embaixador nos Estados Unidos da América a assinar o "Acordo sobre garantia de investimentos" datado de 6 de fevereiro de 1965?
- 2) Sobre o mesmo opinaram antecipadamente, todos os órgãos técnicos do Ministério das Relações Exteriores? Houve opiniões divergentes? Quais?

3) Com base nas cláusulas desse "Acordo" já foi assumido algum compromisso já foi dada alguma garantia? Em caso afirmativo, enumera-las uma a uma.

4) Quando o Governo cumpriu o disposto constitucional (art. 66, número I, da Constituição Federal) que dá competência exclusiva ao Congresso Nacional para resolver definitivamente sobre os tratados e convenções celebrados com os Estados estrangeiros pelo Presidente da República? Em outras palavras quando será encaminhado o aludido "Acordo" para o devido exame por parte do Congresso Nacional?

Justificação

Apesar de, pelo citado dispositivo de nossa Carta Magna, ser da competência exclusiva do Congresso Nacional, toda a imprensa noticiou a assinatura, em 6 de fevereiro do corrente ano, pelo nosso Embaixador nos Estados Unidos, de um "Acordo de garantia de investimentos". Tudo indica que, pelo texto de suas cláusulas, bem como do que tem sido afirmado pelos responsáveis pela nossa política exterior esse acordo já esteja em pleno funcionamento.

Da mesma forma foi noticiado que, mais do que um órgão do Ministério das Relações Exteriores, teria o próprio Contratamento ao exterior. Fato que é chegado o momento de serem esclarecidos todos os porquês desse acordo, que urge ser encaminhado ao Congresso Nacional, ainda mais quando existem sérias divergências sobre o seu alcance, como se pode verificar na entrevista dada ao "O Cruzeiro", desta data pelo Ministro da Fazenda.

Sala das Sessões, 6 de março de 1965. — José Américo de Mota.

Requerimento nº 113, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — a respeito dos estudos e projetos de construção de estradas de rodagem no Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente:

Na forma regimental, requiro ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — a seguinte informação:

Se foi firmado algum convênio entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro, para a pavimentação asfáltica do trecho da estrada de Itaguaí a Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, 6 de abril de 1965. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 114, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, sobre a conclusão da Ponte de Atracção, em Corde Grande, Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente:

No forma regimental, requiro ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, a seguinte informação:

Quais as providências adotadas no sentido de serem concluídas as obras da Ponte de atracção, relativamente ao acesso da mesma, em Corde Grande, Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, 6 de abril de 1965. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 115, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, sobre a conclusão do bloco de estradas, em Brasília.

Sr. Presidente:

De conformidade com a letra do itemal, solicito informe o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, sobre a conclusão do bloco de estradas, em Brasília, Dupla 433-100, bem como a firma responsável pela sua construção, esclarecendo, ainda, sobre as medidas penais tomadas a respeito.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1965. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 116, de 1965

Requeremos à Mesa, nos termos do Regulamento Interno, depois de ouvido o Plenário, sejam solicitadas do Ministério da Viação e Obras Públicas as seguintes informações:

1) Por que os servidores do Departamento dos Correios e Telégrafos, sediados em Brasília, somente recebem seus vencimentos nos dias 10 (dez) de cada mês, quando é certo que, na Guanabara, esse pagamento é feito nos dias 26 (vinte e seis) do mês anterior?

2) Quais os motivos para essa diversidade de tratamento, quando tudo deveria ser feito para facilitar a existência dos que, com sua presença e seu trabalho, estão contribuindo para a consolidação da capital da República?

3) Alguma providência está sendo tomada para que essa situação seja corrigida? Quais?

Justificação

Os servidores do Departamento dos Correios e Telégrafos, que foram deslocados para esta capital há muito tempo, que vivem das dificuldades financeiras do atraso no recebimento de seus vencimentos. Inquirido na Comissão seus colegas recebem no dia 10 (dez) de cada mês, 10 dias depois de que aqui se dá início ao seu pagamento colocando-os em situação financeira precária. Não se justifica essa diversidade de tratamento, sendo certo que não há motivo para tanta diferença na simples transferência de numerário. O requerimento visa a obter as informações dos referidos servidores, que nos permitem das mais humanas e justas.

Sala das Sessões, 6 de abril de 1965. — José Américo de Mota.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento que acabou de ser lido veio à publicação e, em seguida, serão despachados pela Presidência.

Há quadros inscíveis.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, a Casa, na semana recém-transada, teve a caracterização e a dinamizar seus trabalhos o discurso aqui proferido pelo eminente Senador José Américo.

3. Ex., longe de qualquer dúvida, vem-se caracterizando, na sua atividade parlamentar, como um estudioso que sempre instrumentaliza a sua pesquisa através da estatística e mercê de um assessoramento que soube reconhecer.

Desejo, Sr. Presidente, não deixar sem resposta o discurso de S. Excelência, no dorso da solidariedade que devo ao Governo Federal, e, no cumprimento do dever de quem também estuda a situação nacional, colaborar para que se façam as cri-

ticas e os reparos àquela pronúncia.

Comço por dizer que o Ilustre representante pernambucano, pela primeira vez, nesta Casa, usou de linguagem quase que violenta e, por que não dizer, quase que refugida da regra do comedimento imposta pela Casa e pelos princípios da contensão que ficam bem à personalidade e à idade de S. Exa.

A linguagem usada naquele discurso pelo Sr. Senador José Ermirio, revestiu-se não apenas de injustiças mas, o que é pior, de tirania parlamentar, porque no joelamento que S. Exa. procurou estabelecer e na ordenação das peticariedades e das deficiências, dos bons positivos e dos aspectos negativos que compõem os homens públicos, objeto de sua análise, S. Exa. só enxergou sombras e não viu luzes; S. Exa. só descorreu impetuosamente e não notou nem sentiu nenhum impulso generoso de amor ao país e de propósitos de realizar a cura cíclica da sua recuperação econômica; S. Exa. criticou, de modo acido, a orientação do Governo atual, negando, no campo das medidas reais, em prática, qualquer valia, qualquer eficácia...

O Sr. José Ermirio — V. Exa. permite um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer, excelência.

O Sr. José Ermirio — V. Exa., se ler meu discurso, encontrará nele esta palavra: (lenço) "Seríamos injustos, Sr. Presidente, se não reconhecessemos mérito algum ao atual Governo. E assim procedemos, não estamos à altura da tradição desta Casa. Reconhecemos, na verdade, que aquele clima de agitação, prenúncio de tempestades sociais de que ninguém é dono nem senhor, amainou bastante". Portanto, não preferi os ataques que V. Exa. citou. Sentindo os problemas sociais e econômicos do nosso País, cresce dentro de mim uma revolta enquanto espero a solução desejada para que este País não regreda, que, pelo menos, se equilibre e siga para a frente. Muito obrigado.

O SR. EURICO REZENDE — Não há de que.

V. Exa. na parte inicial do seu discurso, reconheceu, realmente, o mérito do governo atual, por haver eradicado os fatores, os instrumentos — melhor seria dizer, o voluntarismo das agitações cletéricas neste País. Mas, nesse ponto, V. Exa. repeliu o óbvio e, mais do que isso, expressou a sua profunda conveniência. Porque, homem de empresa, titular do poder econômico, no bom sentido, que é V. Exa., aquelas agitações, aquelas badernas que caracterizaram a ação política do Governo anterior perturbavam o ritmo de trabalho de V. Exa. e de todos os empresários da iniciativa particular neste País. Retirada, porém, esta parte, que corresponde a um instante de egoísmo, o discurso de V. Exa. é um ataque sistemático, uma crítica inusitada, uma acusação constante e impecável aos métodos e às iniciativas do Governo Revolucionário.

Neste primeiro pronunciamento, Senhor Presidente, em torno do discurso do Sr. Senador José Ermirio, supro uma omissão relativa ao Governo a que S. Exa. serviu e do qual saiu enojado, alegando que ali ninguém queria trabalhar, que ali faltava disposição para o cumprimento do dever e que, isso mesmo, retornou às oficinas das suas atividades parlamentares.

Aquela Governo, Senhor Presidente, dentro de cujos quadros o Senhor Senador José Ermirio — homem de vocação marcante para o trabalho e de impulsos de civismo e de patriotis-

mo — não pôde permanecer, foi de omissão completa. Havia criado, às vésperas do movimento de 31 de março, condições indispensáveis: fatais e letais para o abismo, para o caos e para a destruição.

S. Exa. examinou, principalmente, os aspectos da política econômica do atual Governo. Irei inicialmente, traçar, de modo rápido, mas acostado em estatísticas oficiais tão do gosto, tão do paladar do eminente Senador José Ermirio, o quadro de desolação e de mágoa, para o País, que ficou nos últimos paroxismos do governo proscrito.

No setor agropecuário, pediria ao eminente Senador José Ermirio, cuja memória é um Alcorão, na sua paciência e na sua enormidade, que fosse conferindo com as estatísticas que entumescem os seus arquivos e a sua vigilância, o que eu vou dizer, o que vou desdobrar e S. Exa. dirá então se o meu pronunciamento exprime ou não o testemunho da verdade.

Em 1962, no setor agropecuário, o adicional de crescimento foi de 6%.

O Sr. José Ermirio — Exato.

O SR. EURICO REZENDE — E em 1963, na plena floração da podridão das ruas, aquela taxa, aquela adicional caiu para um 0,1%, colocando o nosso País, até então titular do quinto rebanho do mundo, na posição decrescente e favelada de décimo rebanho do mundo.

O Sr. Atílio Fontana — V. Excelência permite um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. Atílio Fontana — Nobre Senador Eurico Rezende, V. Exa. aborda o problema econômico da produção com aquela inteligência, aquela clareza de palavra que todos lhe reconhecemos. Nós produtores, podemos interpretar bem o pensamento da classe, que deseja, sinceramente o maior êxito do Governo insinuado com a revolução de 31 de março. Entretanto, nem sempre podemos tecer louvores ao Governo. Muitas vezes, para colaborar torna-se indispensável trazer a debate problemas que surgem e que pedem mais encaminhamento diferente. Os números estatísticos que V. Exa. cita, com referência à produção agropecuária, seriam mais de acordo com os dados climatéricos e meteorológicos, do que propriamente do apolamento do Governo através dos seus órgãos ministeriais. Esta é razão por que, em 1963, se não me falha a memória, ano de muita seca no centro-sul do País, houve baixa de produção. Reconhecemos que o Governo atual procura, com o máximo esforço, amparar a produção agropecuária, mas nem tudo está correndo bem. Verifique V. Exa. por exemplo que a exportação do café tem caído sensivelmente, enquanto que o consumo mundial tem aumentado. Lógico, o Brasil tem perdido terreno neste setor. Creia V. Exa. nobre Senador Eurico Rezende, que compartilhamos dessa disposição, dessa vontade de contribuir, com a maior sinceridade, para que o governo do Marechal Castello Branco consiga, realmente, resolver problemas e colocar este País na situação que todos desejamos, de desenvolvimento, progresso e bem-estar, pois só assim poderemos ter paz e tranquilidade.

O SR. EURICO REZENDE — Vossa Exa. menciona uma circunstância que, realmente, ocorreu em 1963, qual seja a da agressividade das condições climatéricas.

Mas a queda, V. Exa. verifica, em tão curto período, foi por demais violenta para ser debitada, exclusivamente, à inclemência dos elementos.

V. Exa. verá, no desdobramento do meu discurso, que o decréscimo se operou em todas as atividades econômicas do País.

O Sr. José Ermirio — Permite Vossa Exa. um aparte, Senador Eurico Rezende?

O SR. EURICO REZENDE — Pois não.

O Sr. José Ermirio — No meu discurso, de 17 de março, citei dados de produção com relação a... Vossa Exa. pode encontrá-los no Diário do Congresso Nacional. Exceção o Rio Grande do Sul, por ser um Estado padrão. Lá em 1963, foram plantações, em muito maiores áreas: todos os produtos agrícolas, mas do que... Neste último ano, somente o que o Rio Grande do Sul produziu... feijão preto. No resto houve declínio de áreas de plantio. No entanto, com o bom tempo deste ano, em contraste com a seca nacional de 1963, a colheita foi satisfatória, apertando justamente o que cabia de crescer o eminente Senador Atílio Fontana. O que aconteceu, meu caro e estimado Senador Eurico Rezende, foram vários déficits. Cite, por exemplo, ninguém pode deixar de dizer que exportamos menos; açúcar, o mesmo coisa. O açúcar baixou seu preço à força, de trezentos para cento e quarenta dólares. O café está a treze centavos. Cite os dados que me vêm às mãos. Recebo semanais...

O SR. EURICO REZENDE — A questão do açúcar — quanto ao açúcar produzido na zona de exportação, se não me falha a memória...

O Sr. José Ermirio — Foi o contrário de um dos índices. Depois do algodão é o açúcar.

O SR. EURICO REZENDE — Na pauta nacional de exportação e o quanto eu sinto produto.

Essa matéria foi objeto de discurso muito bem documentado — e documentado também na sua serenidade — do eminente Senador Agamenor de Figueiredo que, já naquela época, convocava a atenção do Governo para o drama que estava vivendo aquele produto essencial à economia do Nordeste e que poderia ser — se incentivada sua cultura e produção — uma rubrica de balança econômica do Brasil, no comércio exterior.

Proseguindo, Sr. Presidente, Senhores Senadores, de jo sentar que estou trazendo apenas o quadro de desorientação, de déficits, de desorganização criminoso que vigorou no Governo passado, Governo, Sr. Presidente, que, através da agitação dos sindicatos e dos micrófonos parlamentares, dos comícios provocativos, populistas, mas deixou a alimentação do povo brasileiro em situação precaríssima.

O Sr. José Ermirio — Permite Vossa Exa. outro aparte? (Assentimento do orador) — No meu discurso de 19 de abril digo isto, exatamente porque reconhecemos os muitos erros do Governo passado, o que aliás criticamos, na hora certa, e porque não perdemos as esperanças de dias melhores para a Pátria. Portanto, meu caro Senador sou um homem que pertence ao Partido Trabalhista Brasileiro, mas não deixarei de criticá-lo quando errar e toda as minhas críticas nesta Casa têm a função especialíssima de dizer o que sinto com a experiência de quarenta e dois anos de luta. Quero dar um exemplo a V. Exa.: se os Estados Unidos não dessem oito centavos por libra ao algodão, o que equivale a dois mil cruzeiros por arroba, o produto americano já teria desaparecido do mercado.

O SR. EURICO REZENDE — Na rubrica alimentação, criticamos que houve uma queda acentuada de produção, exceto a de arroz, que experimentou um acréscimo considerável. No setor laticínios, em 1962, houve um incremento de 20% com relação ao ano anterior. Já em 1963, esse incre-

mento foi de apenas 1,5%, queda, portanto, vertiginosa, catastrófica. A carne suína, que em 1962 teve uma produção adicional de 17%, em 1963 caiu para 3%.

Mas, Sr. Presidente, o setor industrial também sofreu o impacto das enfermidades e das deficiências governamentais: em 1962, a taxa de crescimento das matérias-primas para a indústria foi de 11% e já em 1963 esse crescimento caiu para 4%.

Entre os fatores determinantes de se decréscimo devemos acentuar e enfatizar as tarifas exorbitantes do transporte ferroviário e do transporte marítimo e, ainda, as tarifas políticas que determinaram, muitas vezes, a paralisação da indústria e, antes, do fornecimento para ela das indispensáveis matérias-primas.

Em virtude do decréscimo da produção de matérias-primas para a indústria, a produção industrial, por via de consequência, sofreu uma queda que pode ser considerada violenta se tivéssemos em vista a prosperidade, constante nesse setor, verificada de 1958 até 1961. No período 1962-1961, o aumento da produção foi de 8% e, já no período de 1963-1962, em virtude daqueles fatores, foi de apenas 2,8%.

O Sr. José Ermirio — Foi negativa em 1964; nem por isso vemos agora coltar um grão de alama, porque sabemos que a situação é difícil.

O SR. EURICO REZENDE — Temos dados relativos às atividades governamentais em todos esses setores, desde criadidos e comércios à indústria e à agricultura e passível a Vossa Exa. e ao Senado que me estou ocupando exclusivamente do quadro econômico em 1963, para que possamos criticar os elementos de confronto 1963-1962.

O Sr. José Ermirio — Muito bem.

O SR. EURICO REZENDE — Produção e exportação — O nobre Senador José Ermirio deve ter a sua estatística, e perdoe que contere com a minha: — houve uma queda de quase 11%, o que determinou um déficit, no nosso balanço de pagamentos, superior a oitenta milhões de dólares. Quanto à indústria manufatureira, que sempre constitui uma das principais atividades privadas do eminente Senador José Ermirio, em 1962, houve um acréscimo de 9%, em virtude das medidas de defesa, dessa indústria, por parte do Ministério do Governo José Góes. Em 1963 houve um decréscimo de 9%. E, em 1963, esse decréscimo, que fora de 9%, caiu para 19%.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Exa. mais um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. Atílio Fontana — V. Exa. está ventilando agora o problema do nosso balanço de pagamentos. Realmente, é o ponto alto das responsabilidades governamentais dos países civilizados. Consequentemente, o nosso país também terá que lutar tenazmente para poder equilibrar o balanço de pagamentos. Exportar é, realmente, a solução. Se não conseguirmos esse equilíbrio de pagamento, difícil, impossível mesmo será o Governo conter a inflação. Teremos de lutar tenazmente para poder equilibrar nosso balanço de pagamento. Ineficientemente, nobre Senador Eurico Rezende, estamos bastante preocupados com a situação. Ainda agora verificamos, não apenas no setor do café, como também na pecuária, que o Governo estabeleceu condições quase insustentáveis para nossos pecuaristas, taxando-os com 30% de cota de retenção, o que equivale a 30% de confisco cambial. Nessa situação, verificamos o fomento à cafeicultura — que possuímos em excesso, com abandono da pecuária, que teria de ser

produzida em muito maior, escala, para então podermos exportar e, assim, contribuímos para o equilíbrio de nossa balança de pagamentos.

O SR. EURICO REZENDE — Mas V. Ex.^a há de convir que o Governo está no seu período inicial. V. Ex.^a não desconhece — porque tem proclamado, nesta Casa; e repetiu ontem, como sempre, de modo brilhante e substancial — que o Governo Revolucionário encontrou o País superlativamente desorganizado, criminalmente desmantelado.

O Sr. Atilio Fontana — Estamos de pleno acordo.

O SR. EURICO REZENDE — Esta realidade nos indica que o Governo Federal se encontra numa fase de pesquisas, de coleta de dados, de correção de distorções, para depois, então, com o conhecimento pleno e profundo da realidade nacional, ministrar o remédio adequado para cada caso e para cada setor da atividade nacional.

Não podemos, por exemplo, transplatar para o Governo Federal aquele otimismo de que nos falam os Evangelhos — com licença do eminente Senador Benedito Valadares — através dos quais Simão, O Mago, pediu poderes miraculosos a S. Pedro.

A Companhia de V. Ex.^a, Sr. Senador Atilio Fontana, não nasceu com avies a jato. V. Ex.^a, foi, de esforço em esforço, percorrendo toda a escala do dinamismo, e, sob a égide da honradez, organizando o seu trabalho e formando o seu patrimônio.

A situação de cada um dos empreendimentos particulares que prosperaram, a situação de hoje é muito diferente da inicial, quando recebiam os primeiros toques, os primeiros incentivos, os primeiros estímulos.

V. Ex.^a, não vai querer — e realmente não quer, porque V. Ex.^a, tem feito justiça ao Governo do honrado Marechal Castello Branco — que já se encontre o Brasil desordenado na sua prosperidade, no seu progresso, no seu equilíbrio econômico, no seu conceito plena e vitoriosamente firmado na pauta internacional.

O que devemos examinar é se, no conjunto, o Governo tem sido benéfico ao País, se o Governo realmente tem estudado os seus problemas e encarado as suas necessidades com seriedade, com patriotismo e com técnica; se os homens que compõem a equipe governamental são homens austeros, são homens sérios, dedicados a um infatigável trabalho em favor da recuperação econômica do país.

O Sr. Atilio Fontana — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer, Ex.^a.

O Sr. Atilio Fontana — Nobre Senador, compartilhamos com V. Ex.^a nos conceitos emitidos, com referência à orientação do Governo. Estamos de pleno acordo. Reconhecemos o esforço e a dedicação do Governo para tirar o País dessas dificuldades, principalmente no campo inflacionário. Reconhecemos mesmo o esforço dos seus auxiliares imediatos. Mas muitas vezes, nobre Senador, pela falta de vivência dos problemas, ele não é tão bem equacionado, não é tão bem orientado.

E nós, que desejamos, de todo o coração, que o Governo do Marechal Castello Branco tenha o melhor êxito na sua administração, com esse intuito aqui, discutimos os problemas, ...

O SR. EURICO REZENDE — Exato, Senador.

O Sr. Atilio Fontana — ... muitas vezes, apontando aquelas facetas que nos parecem ainda não bem equacionadas ...

O SR. EURICO REZENDE — Exato, Exa.

O Sr. Atilio Fontana — ... para que seja maior o sucesso da sua administração.

O SR. EURICO REZENDE — Temos, nobre Senador Atilio Fontana, duas correntes de opinião neste País, no julgamento do Governo do honrado Marechal Castello Branco; uma corrente é a daqueles que criticam o Governo com patriotismo, e a outra corrente é a dos que criticam o Governo com saudades. No primeiro caso, na primeira hipótese, está V. Ex.^a ...

O Sr. Atilio Fontana — Muito obrigado.

O SR. EURICO REZENDE — ... como está também o eminente Sr. Senador José Ermírio, que, por todos os motivos, e avultando neste elogio o seu patriotismo, não deseja, de modo algum, o retorno da maldição prosrita.

O Sr. José Ermírio — Desejo também, Sr. Senador Eurico Rezende, fazer uma referência ao que os jornais de hoje dizem. Num jantar oferecido ao Ministro da Fazenda, Sr. Otávio Bulhões, S. Ex.^a, examinando o problema a fundo, já concluiu pela necessidade de modificar a questão do financiamento para as classes empresariais. Não é possível fique qualquer empresário, com 3, 5, 10, 20, 40, 1.000 operários, sujeito até para pagar a sua conta de energia, as matérias-primas e a sua mão-de-obra, aos agiotas que, a juros de 5%, limpam todo o trabalho, aniquilam o esforço do maior patriota do Brasil, seja ele quem for.

Para isso, o Governo precisa mudar imediatamente a sua política financeira-econômica, pois o desemprego e as dificuldades financeiras estão chegando ao máximo que se pode suportar. Se o Governo se encaminha por esse lado, não deixando o agiota dilapidar e aniquilar as creches produtoras, é que já está reconhecendo — como manifestou o Sr. Ministro da Fazenda — não ser esta uma orientação sadia. De forma alguma se justifica que todos trabalhem para dar lucro àqueles que vivem em gabinetes de ar condicionado, sem nada produzir.

O SR. EURICO REZENDE — Recolho, Sr. Senador José Ermírio, no dorso de um reconhecimento sincero, a exaltação que V. Ex.^a, acaba de fazer ao Governo do eminente Marechal Castello Branco, através da atuação do seu Ministro da Fazenda, V. Ex.^a, dá provas, com isso, mais uma vez, como se outras tantas não bastassem, da sua isenção no julgamento dos homens públicos que hoje conduzem o País à completa recuperação.

No setor da indústria de alienação, em 1962, tivemos um acréscimo de 6,2%; já em 1963 esse adicional, esse incremento caiu para 1,9%.

A indústria automobilística também sofreu as consequências predatórias da ação nefasta do Governo passado. Em 1963, havia uma produção prevista da ordem de 230.000 unidades e a produção alcançada foi de 174.126 unidades, menor, portanto, do que a de 1962, que foi de 191.194 unidades.

Caminhões e ônibus: em 1962, a produção foi de 39.670 unidades; em 1963, caiu para 24.024 unidades, justamente no setor da produção de caminhões que interessam, vivamente, à economia do País.

Fala-se muito, Sr. Presidente, e critica-se demais e injustamente o Governo quanto às medidas e ao comportamento adotado na política do petróleo. Mas, em 1962, o processamento do petróleo bruto nas refinarias teve um incremento de 8%; em 1963, foi de apenas 8% quando, em 1961, parecia-me que quando era *batonier* do Conselho Nacional do

Petróleo o eminente Senador Josaphat Marinho, aquele incremento fora de 30%. Portanto, o processamento que, no período de 1961-1962, fora da ordem de 30%, caiu, em 1963, no Governo do "petróleo é nosso", para 8%.

A própria indústria de cimento, da qual o eminente Senador José Ermírio é um dos autênticos líderes, e parece-me que até líder majoritário, sofreu os efeitos calamitosos da orientação governamental, passada.

Em 1962 — e eu convocaria a atenção do eminente Senador José Ermírio; estamos falando aqui, com segurança, do cimento assentado em estatísticas oficiais, e o assunto é do paladar — paladar aí de sentido apenas econômico, bem entendido, do eminente Senador José Ermírio — em 1962 houve um incremento na produção cimenteira da ordem de 7,7%. Essa estatística deve ser da estima de V. Ex.^a. Já em 1963 a produção cimenteira sofreu um incremento de apenas 2,3%.

Com esse decréscimo na produção de cimento, a construção civil, vale dizer, o desenvolvimento imobiliário, e o alargamento do mercado empregatício sofreram um déficit só comparável, na sua dimensão, à incapacidade do Governo passado.

Sr. Presidente, a Fundação Getúlio Vargas é um órgão consultado, nas suas estatísticas e nas suas informações, por todos os parlamentares, por todos os homens responsáveis deste País, por todos os administradores, quando desejam munir-se de dados idôneos para a visão dos nossos problemas e das nossas necessidades. E, por via de consequência, para a perspectiva de medidas necessárias a atendê-los ou a saná-los.

Pois bem. A Fundação Getúlio Vargas — repito — é um órgão isento, e que tem merecido a consulta e, mais do que isso, o aplauso de todas as correntes políticas neste País afirma que o resultado das atividades econômicas demonstram a recuperação do País.

O Sr. José Ermírio — No entanto, Senador Eurico Rezende, ela mesma acentua que as atividades do setor manufatureiro caíram de 0,1% contra um aumento de 1,9% em 1963.

O SR. EURICO REZENDE — Sim, Excelência. V. Ex.^a, examina um detalhe. A Fundação Getúlio Vargas partiu do detalhe do setor e, de detalhe em detalhe, de setor em setor, teve visão global e, sob o ponto de vista global, se iniciou de fato e eficazmente, a marcha da recuperação econômica do País.

V. Ex.^a — repito aqui — contemple a cabeleira basta, fascinante, exuberante, mas nela não procure, nunca, um mísero piohlo.

Aqui está, Sr. Presidente, o que diz a Fundação Getúlio Vargas, ao oferecer à opinião pública do País, não passionalizada, não tangida pela saudade mas tocada e dinamizada apenas pela esperança e pela "confiança nos homens públicos que nos governam". Diz a Fundação Getúlio Vargas:

(Lendo):

"(1) o volume físico da produção industrial cresceu no segundo semestre de 1964, ao ritmo de 6%, enquanto no primeiro semestre, sofria uma queda de ... 6,4%".

Tivemos, então, o volume físico da nossa produção industrial em duas etapas: a etapa inicial — assinalada pelo primeiro semestre — deficitária; e a etapa subsequente, que apontou o crescimento daquele adicional.

(Lendo):

"De todos os setores industriais somente os da indústria siderúrgica e da extrativa mineral acusaram resultados mais desfavoráveis no segundo semestre que no

primeiro de 1964. A indústria manufatureira, que acusava em seu conjunto uma queda de 7,2% ao fim do primeiro semestre, em relação ao ano de 1963, concluiu o segundo semestre, reduzindo essa queda para 1,2%; a indústria têxtil demonstrou recuperação, reduzindo sua queda de 11,8 para 4,4%; a química e farmacêutica, que caíra 0,9%, encerrou o ano com um crescimento de 7,7%; a automobilística caiu de 2,8% e registrou crescimento de 5,6%".

2. As safras agrícolas de 1964-1965, na região Centro-Sul do País serão, em média, 22% maiores que as de 1963-1964. Aguardam-se colheitas regionais da ordem de 1.025 mil toneladas de feijão, 5.037 toneladas de arroz, 9.566 mil toneladas de milho, 425 mil toneladas de soja, 355 mil toneladas de amendoim e 334 mil toneladas de algodão. Em abril, a produção agrícola de 1964 já estava realizada e o novo Governo não pôde neutralizar o desestímulo do regime vigente até março e, em consequência, o setor agrícola em seu conjunto, registrou, no ano passado, uma queda de 6,1% em relação a 1963.

3. No âmbito das finanças públicas, os esforços das autoridades fazendárias tiveram extraordinário êxito, reduzindo o déficit da Caixa do Tesouro, calculado em cerca de 2 trilhões de cruzeiros, para menos de 700 bilhões. Isto significa que o descoberto de caixa do Tesouro Nacional, que se antevia superior à receita, foi reduzido a menos de 40%, não obstante o aumento dos vencimentos dos funcionários civis e militares.

4. As exportações de produtos industriais tiveram ampla recuperação, com sua receita aumentada em 65% relativamente a 1963, como efeito da política de realismo cambial, que, ao reajustar a taxa de câmbio para ... Cr\$ 1.850 o dólar, permitiu a justa remuneração no mercado internacional.

O Sr. José Ermírio — Permita que junte ainda a instituição do *drawn-back*; quando se exporta a mercadoria, paga-se a exportação. Depois recebe-se de volta essa taxa. É outro ato digno de ser mencionado.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço a contribuição de V. Ex.^a. Vejo que o diálogo se torna mais ameno.

(Lendo):

"As exportações de algodão, cacau e açúcar apresentaram queda de rendimento, mas como reflexo de problemas referentes a cada um deles."

Abroindo um parêntese; vê V. Ex.^a como atualmente é diferente a linguagem dos nossos documentos públicos: o Governo afirma os acertos e reconhece também suas deficiências, não para mantê-las, mas para corrigi-las. Não deseja, de modo algum, trazer a opinião pública no regime de simulação e do empulhamento. Deseja usar da linguagem franca, da linguagem agressiva de quem não quer capitalizar investimentos eleitorais, de quem não se importa com o ônus da impopularidade injusta e transitória.

O Sr. José Ermírio — Mas, com relação ao açúcar, foi um ano tático, o de 1964. E continua ser, até agora, porque os produtores, apesar do preço fixo do produto, venderam-no com prejuízo de cerca de 2 mil cruzeiros em saca, porque não houve quem garantisse o preço estabelecido. Tal fato representou prejuízo de muitos bilhões de cruzeiros, especialmente para o meu Estado, Pernambuco. O próprio Governo dos Estados U.

primeiro de 1964. A indústria manufatureira, que acusava em seu conjunto uma queda de 7,2% ao fim do primeiro semestre, em relação ao ano de 1963, concluiu o segundo semestre, reduzindo essa queda para 1,2%; a indústria têxtil demonstrou recuperação, reduzindo sua queda de 11,8 para 4,4%; a química e farmacêutica, que caíra 0,9%, encerrou o ano com um crescimento de 7,7%; a automobilística caiu de 2,8% e registrou crescimento de 5,6%".

2. As safras agrícolas de 1964-1965, na região Centro-Sul do País serão, em média, 22% maiores que as de 1963-1964. Aguardam-se colheitas regionais da ordem de 1.025 mil toneladas de feijão, 5.037 toneladas de arroz, 9.566 mil toneladas de milho, 425 mil toneladas de soja, 355 mil toneladas de amendoim e 334 mil toneladas de algodão. Em abril, a produção agrícola de 1964 já estava realizada e o novo Governo não pôde neutralizar o desestímulo do regime vigente até março e, em consequência, o setor agrícola em seu conjunto, registrou, no ano passado, uma queda de 6,1% em relação a 1963.

3. No âmbito das finanças públicas, os esforços das autoridades fazendárias tiveram extraordinário êxito, reduzindo o déficit da Caixa do Tesouro, calculado em cerca de 2 trilhões de cruzeiros, para menos de 700 bilhões. Isto significa que o descoberto de caixa do Tesouro Nacional, que se antevia superior à receita, foi reduzido a menos de 40%, não obstante o aumento dos vencimentos dos funcionários civis e militares.

4. As exportações de produtos industriais tiveram ampla recuperação, com sua receita aumentada em 65% relativamente a 1963, como efeito da política de realismo cambial, que, ao reajustar a taxa de câmbio para ... Cr\$ 1.850 o dólar, permitiu a justa remuneração no mercado internacional.

O Sr. José Ermírio — Permita que junte ainda a instituição do *drawn-back*; quando se exporta a mercadoria, paga-se a exportação. Depois recebe-se de volta essa taxa. É outro ato digno de ser mencionado.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço a contribuição de V. Ex.^a. Vejo que o diálogo se torna mais ameno.

(Lendo):

"As exportações de algodão, cacau e açúcar apresentaram queda de rendimento, mas como reflexo de problemas referentes a cada um deles."

Abroindo um parêntese; vê V. Ex.^a como atualmente é diferente a linguagem dos nossos documentos públicos: o Governo afirma os acertos e reconhece também suas deficiências, não para mantê-las, mas para corrigi-las. Não deseja, de modo algum, trazer a opinião pública no regime de simulação e do empulhamento. Deseja usar da linguagem franca, da linguagem agressiva de quem não quer capitalizar investimentos eleitorais, de quem não se importa com o ônus da impopularidade injusta e transitória.

O Sr. José Ermírio — Mas, com relação ao açúcar, foi um ano tático, o de 1964. E continua ser, até agora, porque os produtores, apesar do preço fixo do produto, venderam-no com prejuízo de cerca de 2 mil cruzeiros em saca, porque não houve quem garantisse o preço estabelecido. Tal fato representou prejuízo de muitos bilhões de cruzeiros, especialmente para o meu Estado, Pernambuco. O próprio Governo dos Estados U.

primeiro de 1964. A indústria manufatureira, que acusava em seu conjunto uma queda de 7,2% ao fim do primeiro semestre, em relação ao ano de 1963, concluiu o segundo semestre, reduzindo essa queda para 1,2%; a indústria têxtil demonstrou recuperação, reduzindo sua queda de 11,8 para 4,4%; a química e farmacêutica, que caíra 0,9%, encerrou o ano com um crescimento de 7,7%; a automobilística caiu de 2,8% e registrou crescimento de 5,6%".

2. As safras agrícolas de 1964-1965, na região Centro-Sul do País serão, em média, 22% maiores que as de 1963-1964. Aguardam-se colheitas regionais da ordem de 1.025 mil toneladas de feijão, 5.037 toneladas de arroz, 9.566 mil toneladas de milho, 425 mil toneladas de soja, 355 mil toneladas de amendoim e 334 mil toneladas de algodão. Em abril, a produção agrícola de 1964 já estava realizada e o novo Governo não pôde neutralizar o desestímulo do regime vigente até março e, em consequência, o setor agrícola em seu conjunto, registrou, no ano passado, uma queda de 6,1% em relação a 1963.

3. No âmbito das finanças públicas, os esforços das autoridades fazendárias tiveram extraordinário êxito, reduzindo o déficit da Caixa do Tesouro, calculado em cerca de 2 trilhões de cruzeiros, para menos de 700 bilhões. Isto significa que o descoberto de caixa do Tesouro Nacional, que se antevia superior à receita, foi reduzido a menos de 40%, não obstante o aumento dos vencimentos dos funcionários civis e militares.

4. As exportações de produtos industriais tiveram ampla recuperação, com sua receita aumentada em 65% relativamente a 1963, como efeito da política de realismo cambial, que, ao reajustar a taxa de câmbio para ... Cr\$ 1.850 o dólar, permitiu a justa remuneração no mercado internacional.

O Sr. José Ermírio — Permita que junte ainda a instituição do *drawn-back*; quando se exporta a mercadoria, paga-se a exportação. Depois recebe-se de volta essa taxa. É outro ato digno de ser mencionado.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço a contribuição de V. Ex.^a. Vejo que o diálogo se torna mais ameno.

(Lendo):

"As exportações de algodão, cacau e açúcar apresentaram queda de rendimento, mas como reflexo de problemas referentes a cada um deles."

Abroindo um parêntese; vê V. Ex.^a como atualmente é diferente a linguagem dos nossos documentos públicos: o Governo afirma os acertos e reconhece também suas deficiências, não para mantê-las, mas para corrigi-las. Não deseja, de modo algum, trazer a opinião pública no regime de simulação e do empulhamento. Deseja usar da linguagem franca, da linguagem agressiva de quem não quer capitalizar investimentos eleitorais, de quem não se importa com o ônus da impopularidade injusta e transitória.

O Sr. José Ermírio — Mas, com relação ao açúcar, foi um ano tático, o de 1964. E continua ser, até agora, porque os produtores, apesar do preço fixo do produto, venderam-no com prejuízo de cerca de 2 mil cruzeiros em saca, porque não houve quem garantisse o preço estabelecido. Tal fato representou prejuízo de muitos bilhões de cruzeiros, especialmente para o meu Estado, Pernambuco. O próprio Governo dos Estados U.

primeiro de 1964. A indústria manufatureira, que acusava em seu conjunto uma queda de 7,2% ao fim do primeiro semestre, em relação ao ano de 1963, concluiu o segundo semestre, reduzindo essa queda para 1,2%; a indústria têxtil demonstrou recuperação, reduzindo sua queda de 11,8 para 4,4%; a química e farmacêutica, que caíra 0,9%, encerrou o ano com um crescimento de 7,7%; a automobilística caiu de 2,8% e registrou crescimento de 5,6%".

2. As safras agrícolas de 1964-1965, na região Centro-Sul do País serão, em média, 22% maiores que as de 1963-1964. Aguardam-se colheitas regionais da ordem de 1.025 mil toneladas de feijão, 5.037 toneladas de arroz, 9.566 mil toneladas de milho, 425 mil toneladas de soja, 355 mil toneladas de amendoim e 334 mil toneladas de algodão. Em abril, a produção agrícola de 1964 já estava realizada e o novo Governo não pôde neutralizar o desestímulo do regime vigente até março e, em consequência, o setor agrícola em seu conjunto, registrou, no ano passado, uma queda de 6,1% em relação a 1963.

3. No âmbito das finanças públicas, os esforços das autoridades fazendárias tiveram extraordinário êxito, reduzindo o déficit da Caixa do Tesouro, calculado em cerca de 2 trilhões de cruzeiros, para menos de 700 bilhões. Isto significa que o descoberto de caixa do Tesouro Nacional, que se antevia superior à receita, foi reduzido a menos de 40%, não obstante o aumento dos vencimentos dos funcionários civis e militares.

4. As exportações de produtos industriais tiveram ampla recuperação, com sua receita aumentada em 65% relativamente a 1963, como efeito da política de realismo cambial, que, ao reajustar a taxa de câmbio para ... Cr\$ 1.850 o dólar, permitiu a justa remuneração no mercado internacional.

O Sr. Arthur Virgílio — Tenho um requerimento de informações para o Ministério das Minas e Energia sobre aplicação de verbas através de execução de obras. Fui da publico a Petrópolis, ali com um terceiro discutindo sobre a PETROBRAS, pronto, e nele falei da anulação de uma concorrência pública internacional, naquele órgão do poder público, para beneficiar uma firma de que faz parte o filho do Embaixador brasileiro do Brasil nos Estados Unidos. Fui mal-humorado com denúncias, a Nação tomou conhecimento delas. Agora, o que não devo fazer, e não farei, é

tentar responsabilizar, pela atuação deste ou daquele chefe ou diretor de repartição, o Presidente da República.

O SR. EURICO REZENDE — O próprio Presidente João Goulart praticou atos ilícitos de ocupação pessoal.

O Sr. Arthur Virgílio — Por que V. Ex.^a não traz esses atos ao conhecimento do Senado em vez de ficar apenas nas palavras?

O SR. EURICO REZENDE — Bens e serviços da Nação foram imobilizados em propriedades particulares do Sr. João Goulart. Não desejava, pelo apreço, respeito e solidariedade sentimental que me merece a Bandeira do Partido Trabalhista Brasileiro, nesta Casa, fazer essa referência, mas, no instante em que V. Ex.^a dardeja um insolente pregão, alegando que há corrupção no Governo passado, culpando chefes de repartição e discriminando na denúncia o ex-Presidente da República, afirmo a Vossa Excelência, que é homem de bem: o Sr. João Goulart colocou nas suas propriedades bens e serviços da União.

O Sr. Arthur Virgílio — V. Ex.^a então traga as provas!

O SR. EURICO REZENDE — Não posso trazê-las, porque é u'a máquina muito pesada, Ex.^a.

O Sr. Arthur Virgílio — Traga provas, e não apenas acusações da UDN, que é suspeita e facinorosa! Quera fatos e provas, não palavras!

O SR. EURICO REZENDE — Dejo pedir desculpas à bancada do Partido Trabalhista nesta Casa. As circunstâncias me impuseram o dever de colocar no pelourinho e nos tribunais da opinião pública, neste debate, o Sr. João Goulart, titular de um ato ilícito e atrevidamente praticado em benefício próprio.

O Sr. José Ernirio — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Nogueira da Gama) — (Fazendo soar os timpanos) — Lamento informar aos nobres Senadores que o orador não tem mais tempo para conceder apurias. A primeira hora do Expediente não pode ser prorrogada, porque há número para as votações. Assim, nos termos do Regimento, é improrrogável.

O SR. EURICO REZENDE — Senhor Presidente, no momento em que se fala em roubo, não quero roubar o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — Não é questão de roubar o Regimento: é questão de cumprir o Regimento.

O Sr. Arthur Virgílio — Há também alguns roubos que posso apresentar à Nação.

O SR. EURICO REZENDE — Vossa Excelência, Senador Arthur Virgílio, vai trazer para a Casa, em toda sua plenitude e merecendo nossa maior atenção, o conjunto de denúncias que tem para formular contra o Governo atual.

O Sr. Arthur Virgílio — Não tenha dúvidas de que o farei.

O SR. EURICO REZENDE — E esteja certo de que, mais uma vez, haverá uma diferença fundamental: antes era a delinquência com impunidade e hoje, se houver delinquência, será com punição.

O Sr. Arthur Virgílio — Se for adversário, sim. Mas, se for aliado ou correligionário, não. A punição é adotada apenas para aqueles que estão contra. Para os que estão a favor, não há punição nenhuma.

O SR. EURICO REZENDE — Agora sim, V. Ex.^a pagará para ver.

Senhor Presidente, lamento não poder conceder aparte ao eminente Senador José Ernirio, cujas palavras, partidas de um Senador pernambucano, estavam como que trazendo para a composição do debate aquela dose aguçada, inopinadamente substituída pelo alcate, pelo amargor e pela cicuta ou mau-humor das intervenções do meu prezado amigo e ilustre Senador Arthur Virgílio.

Mas, Senhor Presidente, em outra oportunidade prosseguirei no exame, tanto quanto em mim couber válido, das críticas formuladas pelo ilustre Senador José Ernirio, para que possamos escrever, não somente a história da Revolução, mas a história e a ação do governo federal que tem procurado, com esforço, denodo e dinamismo, recuperar este País, moral e economicamente. (Muito bem! Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Arthur Virgílio.
Zacharias de Assumpção.
Sebastião Archer.
Joaquim Parente.
José Cândido.
Antônio Jucá.
Dinarte Mariz.
Ruy Carneiro.
João Agripino.
Pessoa de Queiroz.
Rui Palmeira.
Heribaldo Vieira.
Dylton Costa.
Jefferson de Aguiar.
Afonso Arinos.
Aurélio Vianna.
Gilberto Marinho.
Filinto Müller.
Daniel Krieger — (18).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa Projeto de Lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1965

Suspende o uso do fardão, pelos diplomatas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' abolido o uso da indumentária especial (fardão) pelos diplomatas, nas cerimônias e recepções de que participarem, no País e no Exterior.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Justificação

Meio século de atraso marca a apresentação deste projeto.

Desde o fim da Primeira Guerra a diplomacia mudou de estilo, pois, a belle époque ficara definitivamente para trás.

O mundo entrou, então, numa fase de progresso tecnológico acelerado, de competição desenfreada entre as nações, e a diplomacia, mais do que o jogo de salão que fora antes, passou a ser o agenciamento dinâmico dos interesses econômicos e financeiros de cada nação, junto às demais nações.

Assim, o fardão dos diplomatas, que tanto se coadunava com aquela diplomacia amena e brilhante das recepções faustosas e do comércio de condecorações, anterior a 1914 — tornou-se uma exerecência, uma sugestão de opereta, na fase histórica de realidades duras, que sucedeu a 1918.

Atentos e sensíveis ao que se passava, Governos de diversos Estados não tardaram a mandar que seus diplomatas despiem os fardamentos

exdrizculos que vinham usando e passassem a trajar como os outros mortais.

Alguns governos monárquicos, porém, por pura fidelidade à tradição, permitiram que seus diplomatas continuassem entretidos com os fardões. E, estranhamente, o Brasil, que já não era monarquia desde 1889, também seguiu esse caminho.

Acontece que o uso do fardão pelos diplomatas brasileiros é, hoje, duplamente oneroso. Primeiro, aos próprios usuários, que são obrigados, com sacrifício, a custeá-los. Segundo, aos interesses do País, pois, constituem indicio de riqueza, de pompa, contrastando com a posição invariável de cliente de auxílios e de investimentos, que o Brasil vem mantendo, frente às nações prósperas do mundo.

Afinal, a emperrada máquina diplomática brasileira vem deixando, há muito tempo, de prestar ao País os serviços por ele reclamados.

Que ela continue não prestando esses serviços, toleramos, já que não se consegue dinamizar o Ministério da Rua Larga. Mas, que o mesmo, pelo menos, não atrapalhe, como está atrapalhando, com esse desfile permanente e impertinente de fantasias que vem promovendo, em lugares bem diversos das adequadas passarelas dos bailes de máscaras.

Sala das Sessões, 6 de abril de 1965.
— Vasconcellos Torres.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Para a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 24, de 1965, de indicativa do Sr. Senador Vasconcellos Torres, para realizar o levantamento do custo de fabricação de veículos pela indústria automobilística nacional, a Presidência designa, de acordo com as indicações recebidas das Lideranças, os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel.
Eugênio Barros.
José Leite e
Atílio Fontana, do PSD.
Oscar Passos.
Antônio Jucá e
Vasconcellos Torres, do PTB;
Zacharias Assunção.
Antônio Carlos e
Adolpho Franco, da UDN e
Aurélio Vianna, do Bloco Parlamentar Independente.

(Pausa.)

A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados na sessão de ontem pelo nobre Senador Vasconcellos Torres: nº 110, ao Ministério da Viação e Obras Públicas; nº 111, ao Ministério das Minas e Energia — PETROBRAS.

(Pausa.)

Está terminada a sessão destinada ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara, número 169, de 1964 (nº 2.991-B-61 na Casa de origem), que cria, na Junta do Trabalho da 3ª Região, duas Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Brasília, Distrito Federal, e de outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 326, alínea "c", do Regimento Interno, tendo pareceres favoráveis e dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e a emenda de Plenário e das Comissões de Legislação So-

cia, do Distrito Federal, do Serviço Público Civil e de Finanças sobre a emenda.

Solicito o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e a emenda. Tem a palavra o Relator deste órgão, o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Para emitir parecer) — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, embora esta matéria esteja em regime de urgência, ainda, hoje, exceção ao critério que tenho adotado. Tendo sido previamente avisado pelo Presidente, em exercício, da Comissão, o nobre Senador Aloysio de Carvalho, ao me chamar V. Ex.^a para relatar a emenda já tinha conhecimento da matéria e, por isso, exerce esta tarefa.

Trata-se de projeto ainda do Governo Jânio Quadros, criando duas Juntas de Conciliação e Julgamento com sede no Distrito Federal e jurisdição sobre todo o seu território.

Aprovado o projeto na Câmara dos Deputados e, depois de receber pareceres nas Comissões do Senado, a ele foi apresentada emenda, de autoria do Sr. Senador Vasconcellos Torres, determinando a criação de mais uma Junta de Conciliação e Julgamento no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, sem entrar no mérito da sugestão lamento ter que opinar contrariamente, embora seja, na Comissão de Constituição e Justiça, dos que dão interpretação restritiva ao Ato Institucional, no que concerne à limitação de poderes do Congresso Nacional. No caso, não há como discutir. A emenda cria mais uma Junta de Conciliação e Julgamento, adicionando assim a despesa prevista na proposta do Executivo.

A emenda, evidentemente, incide na proibição do Ato Institucional que, em seu Art. 5º, prescreve que não são os projetos de lei que criem ou aumentem despesa são da competência privativa do Presidente da República, como também que a tais projetos não podem ser oferecidas emendas que tenham aquele alcance.

Assim, sem indagar do mérito da proposição, vale dizer, sem discutir a necessidade ou não de mais uma Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Campos, a Comissão de Constituição e Justiça opina contrariamente à emenda, por sua manifesta inconstitucionalidade. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — Consulto o nobre Relator da Comissão de Constituição e Justiça se S. Ex.^a se manifesta favorável ao projeto. A Comissão ainda não deu parecer sobre ele.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sim, Sr. Presidente. Quanto ao projeto não há nenhum impedimento de ordem constitucional ou de ordem jurídica, nem mesmo quanto a sua conveniência. O rindo do Poder Executivo, está demonstrada a necessidade da criação de duas Juntas de Conciliação e Julgamento nesta Capital. Pena que já não tenham sido elas criadas, para corroborar na consolidação da Capital. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é favorável ao projeto e contrário à emenda.

Solicito o parecer da Comissão da Legislação Social. Para esse fim, dou a palavra ao Relator, nobre Senador Walfredo Gurgel.

O SR. WALFREDO GURGEL:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a Comissão de Legislação Social manifesta-se também contrariamente à emenda, porque foi considerada inconstitucional pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça.

E o parecer

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O parecer da Comissão de Legislação Social é contrário à emenda apresentada. Solicito o parecer da Comissão do Distrito Federal e dou a palavra ao seu Relator que é, ainda, o nobre Senador Walfredo Gurgel.

O SR. WALFREDO GURGEL:

(Para emitir parecer) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a emenda apresentada pelo ilustre Senador Vasconcelos Torres manda criar uma Junta de Conciliação e Julgamento no Município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

A Comissão do Distrito Federal compete opinar sobre as proposições legislativas pertinentes ao Distrito Federal. Ora, a emenda contém uma proposição completamente diferente, porque manda criar uma Junta de Conciliação e Julgamento na Cidade de Campos. A Comissão do Distrito Federal julga-se, assim, incompetente para se manifestar sobre a emenda por achar-se ela fora das suas atribuições.

Diante da argumentação do Relator da Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão do Distrito Federal também é contrária à emenda. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O parecer do Relator da Comissão do Distrito Federal é pela incompetência desse órgão para se manifestar sobre a emenda apresentada.

Solicito o parecer da Comissão de Serviço Público. Para esse fim, dou a palavra ao seu Relator, o nobre Senador Antônio Jucá.

O SR. ANTONIO JUCA:

(Para emitir parecer) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a Comissão que representa segue exatamente o parecer das Comissões que já se manifestaram, isto é, das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

Portanto, sou inteiramente favorável ao projeto e contrário à emenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Também a Comissão de Serviço Público, por seu Relator, manifesta-se contrária à emenda apresentada.

Falta o parecer da Comissão de Finanças. Para tanto, dou a palavra ao seu Relator, Senador Lobão da Silveira.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA:

(Para emitir parecer) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo Federal apresentou mensagem ao Congresso criando Junta de Conciliação e Julgamento na Cidade de Brasília, ainda sem esse benefício do Poder Público.

O nobre Senador Vasconcelos Torres apresentou emenda objetivando a criação, igualmente, de uma Junta na Cidade de Campos.

Com certeza essa cidade, que é antiga, de tradições, já tem suas Juntas de Conciliação e Julgamento funcionando. Portanto, seria um acréscimo de despesas. Ora, não só por estar o Governo em situação difícil como também pelo fato de ser projeto que acarreta aumento de despesas, estamos impossibilitados de dar parecer favorável. O parecer da Comissão é contrário à emenda e favorável ao projeto. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O parecer da Comissão de Finanças é igualmente contrário à emenda que, dessa forma, foi recusada por todas as Comissões.

Passa-se à votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Para encaminhar a votação) — (Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, são apenas rápidas palavras, porque o destino da emenda já está antecipado com o massacre dos pareceres contrários e unânimes de todas as comissões.

Resta-me o consolo, Sr. Presidente, como autor da emenda, de ter chamado a atenção do Plenário do Senado e, quem sabe, do próprio Poder Executivo, para o problema da Justiça trabalhista no Brasil. Todos que o conhecem sabem que, não apenas Campos, mas várias cidades, por este Brasil afora, estão necessitando de novas Juntas de Conciliação e Julgamento.

Não queria que a emenda morresse sem ao menos uma flor em cima do seu caixão, embora votando favoravelmente e coerentemente com ela e, por outro lado, tenho ainda esperança de que o Governo da República, numa próxima oportunidade, se lembre, não apenas do Município de Campos, mas de outros do Estado do Rio, como de todo o Brasil, que precisam, com urgência, de novas Juntas de Conciliação e Julgamento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — As emendas ao projeto são em número de quatro: três de Comissões e uma de Plenário de iniciativa do nobre Senador Vasconcelos Torres.

As emendas de Comissões têm parecer favorável, e a de iniciativa do nobre Senador Vasconcelos Torres pareceres contrários das Comissões.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

A votação será secreta, e pelo processo eletrônico.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Vai-se proceder à apuração. — (Pausa.)

Votaram "sim", 28 Srs. Senadores; "não" 4 Srs. Senadores e houve 3 abstenções.

O projeto foi aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA

Nº 169, DE 1964

(Nº 2.991-B, de 1961, na Casa de Origem)

Cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, duas Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São criadas, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 2 (duas) Juntas de Conciliação e Julgamento (2ª e 3ª), com sede no Distrito Federal e jurisdição sobre todo o seu território.

Art. 2º Para atender ao disposto no artigo anterior, são criados 2 (dois) cargos de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, 2 (dois) de Suplente de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, 4 (quatro) funções de vogal, sendo 2 (duas) para a representação de empregados e 2 (duas) para a de empregadores.

§ 1º Haverá um suplente para cada vogal.

§ 2º Os vencimentos dos cargos e a gratificação das funções referidas neste artigo serão os fixados pela Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, com as alterações constantes das Leis nú-

mero 3.531, de 19 de janeiro de 1959, 3.780, de 12 de julho de 1960 e 3.826, de 3 de novembro de 1960.

Art. 3º No primeiro provimento dos cargos criados no artigo anterior, poderão ser aproveitados Juizes Presidentes de quaisquer Juntas de Conciliação e Julgamento do País, desde que o requeriram dentro do prazo de 15 dias após a publicação desta Lei, em petição dirigida ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que a encaminhará ao Presidente da República.

Art. 4º Os mandatos dos vogais das Juntas de que trata esta lei terminarão simultaneamente com os dos titulares da Junta criada pela Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960, que passa a ser designada por Primeira Junta de Conciliação e Julgamento.

Art. 5º Ficam criados, no Quadro

do Pessoal da Justiça do Trabalho da Terceira Região, para a lotação nas Juntas de Conciliação e Julgamento criadas por esta lei, os cargos constantes da tabela anexa, que deverão ser providos por concurso de títulos e provas.

Art. 6º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região promoverá a instalação das Juntas ora criadas.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região — o crédito especial até a importância de Cr\$ 8.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), para atender às despesas oriundas da presente lei.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIÇA DO TRABALHO

3ª REGIÃO

Juntas de Conciliação e Julgamento (2ª e 3ª), com sede no Distrito Federal

Tabela do Pessoal Administrativo

Número de cargos	CARGOS OU FUNÇÕES	Padrão ou Símbolo
2	Chefe de Secretaria	M
4	Oficial Judiciário	H
8	Auxiliar Judiciário	E
2	Oficial de Justiça	H
4	Servente	C

Obs. — Os padrões de vencimentos acima foram fixados com base na Lei nº 1.979, de 9 de setembro de 1953.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se, agora, à votação das Emendas nºs 1 e 2 e 3.

Informo aos Srs. Senadores que essas emendas foram apresentadas na Comissão e obtiveram pareceres favoráveis e, por isso, serão votadas em conjunto.

Em votação as emendas anunciadas em escrutínio secreto e pelo processo eletrônico.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Vai-se proceder à apuração. — (Pausa.)

Votaram "sim", 28 Senhores Senadores; votaram "não", 6 Senhores Senadores; houve uma abstenção. As emendas foram aprovadas.

São as seguintes as emendas aprovadas:

EMENDA Nº 1 — C.D.F.

Ao art. 3º: Suprima-se:

EMENDA Nº 2 — CSFC

Substitui-se a tabela anexa, a que se refere o art. 5º do Projeto, pela seguinte:

JUSTIÇA DO TRABALHO

3ª REGIÃO

Juntas de Conciliação e Julgamento (2ª e 3ª), com sede no Distrito Federal

Número de cargos	CARGOS OU FUNÇÕES	Padrão ou Símbolo
2	Chefe de Secretaria	PJ-1
4	Oficial Judiciário	PJ-7
8	Auxiliar Judiciário	PJ-9
2	Oficial de Justiça	PJ-8
4	Auxiliar de Portaria	PJ-13

EMENDA Nº 3-CF

Ao art. 2º, § 2º.

Substitua-se a expressão:

"e 3.826, de 3 de novembro de 1960".

por: 3.826, de 3 de novembro de 1960 e 4.439, de 27 de outubro de 1964.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se à votação da Emenda nº 4, de autoria do nobre Senador Vasconcelos Torres, que manda criar uma Junta de Conciliação e Julgamento na Cidade de

Campos, Estado do Rio de Janeiro. A emenda recebeu pareceres contrários de todas as Comissões.

Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa.)

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram não, 23 Srs. Senadores; sim, 12 Srs. Senadores e houve uma abstenção.

A emenda está rejeitada. É a seguinte a emenda rejeitada:

Nº 4

Onde convier: Fica criada mais uma Junta de Conciliação e Julgamento no Muni-

diplô de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O projeto vai à Comissão de Redação.

Item 2º da pauta:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 101, de 1965, pelo qual o Sr. Senador Dilton Costa solicita a criação de Comissão Especial, de nove membros, para, no prazo de noventa dias, examinar a crise na agro-indústria açucareira do Nordeste, tendo parecer favorável, com emenda (proferido oralmente na sessão de 2 do corrente).

A discussão foi encerrada na sessão de 2 do corrente, na qual a Comissão de Economia, pelo seu Relator, Senador Atílio Fontana, ofereceu parecer favorável ao requerimento, com emenda reduzindo para 5 o número de membros da Comissão e, de 90, para 30 dias o seu prazo.

Em votação o requerimento, sem prejuízo da emenda.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Em votação a emenda

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovada.

A Presidência fará oportunamente a designação dos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE:

Item 3º:

Votação, em turno único, do Parecer nº 479, de 1964, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1964 (nº 2.378-C, de 1960, na Casa de origem), que dispõe sobre a atualização das multas previstas nos Códigos de Processo Civil e de Processo Penal (Parecer no sentido de ser sobrestada a tramitação da matéria na oportunidade de ser examinada pelo Senado a reforma dos mesmos Códigos).

A discussão foi encerrada na sessão anterior.

Em votação o parecer.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O projeto terá seu curso sobrestado, até a chegada, ao Senado, dos projetos de alteração dos Códigos de Processo Civil e de Processo Penal.

Item 4º:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 131, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (nº 53-A de 1963, na casa de origem), que aprova o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a contrato firmado entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Salústia Teixeira Gouveia, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 170 e 171, de 1965, das Comissões de: Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o projeto.

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. Irá à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1964

(Nº 53-A, de 1963, na Casa de origem)

Aprova o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório a registro de contrato firmado entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Salústia Teixeira Gouveia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato do Tribunal de Contas da União que denegou registro a termo de contrato celebrado entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Salústia Teixeira Gouveia a 26 de janeiro de 1951.

Art. 2º Este Decreto-Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 5º da pauta:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 1964 (nº 97-A-63 na Câmara), que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas ao registro de contrato celebrado entre o DCT e o Sr. Pedro Ferreira Filho, para construção de um prédio para a Agência Postal-Telegráfica de Guiratinga — MT. Pareceres favoráveis, sob números 164 e 165, de 1965, das Comissões de: Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado. Irá à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 152, DE 1964

(Nº 97-A, de 1963, na Casa de Origem)

Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas ao registro de contrato celebrado entre o DCT e o Sr. Pedro Ferreira Filho, para construção de um prédio para a Agência Postal-Telegráfica de Guiratinga — MT.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantida a decisão denegatória do Tribunal de Contas ao registro de contrato celebrado entre o DCT e o Sr. Pedro Ferreira Filho, para construção de um prédio para a Agência Postal-Telegráfica de Guiratinga — MT.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 6º:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 1964 (nº 163-A-64 na Câmara), que reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas a registro de contrato entre a Fazenda Nacional e Antônio Guilherme de Paula Leite e ou-

tros. Pareceres favoráveis, sob nº 172 e 173, de 1965, das Comissões de: Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o Projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra, dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

O projeto foi aprovado e irá à Comissão de Redação.

E o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 154, DE 1964

(Nº 163-A, de 1964, na Casa de Origem)

Reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas a registro de contrato entre a Fazenda Nacional e Antônio Guilherme de Paula Leite e outros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reformada a decisão denegatória do Tribunal de Contas, a 18 de agosto de 1963, referente à locação do imóvel onde funciona a Colônia Federal de Campinas, Estado de São Paulo para o efeito de se efetuar o registro do novo contrato entre a Fazenda Nacional e Antônio Guilherme de Paula Leite e outros formalizadas em 6 de maio de 1963.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia. Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Antônio Jucá.

O SENHOR SENADOR ANTONIO JUCA PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, antes de formular o apelo que vou endereçar ao Professor Hélio Gomes, Diretor da Faculdade Nacional de Direito, quero dar conhecimento ao Senado da cópia de uma carta que acabo de receber, assinada por um ex-Capitão do Exército que não conheço, a qual apresenta um apelo dramático de um injustificado pedindo Justiça.

Dou acolhida, Sr. Presidente, ao cidadão que a mim se dirigiu, enviando um documento de mais alta importância moral no qual ele revela a sua vida, no qual pede ao Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo que o feito, no qual foi envolvido inocente, seja julgado para que possa dar uma satisfação à sua família e aos seus amigos por meio de um ressarcimento moral.

Leio, Sr. Presidente, alguns tópicos do dramático apelo.

Exmo. Senhor:

D. D. Presidente do Tribunal de Justiça.

Senhor Desembargador:

Quem lhe escreve é o ex-Capitão do Exército, Joaquim Leite de Almeida, demitido pelo Ato Institucional, após 24 anos de serviços à Pátria. Eu, meus pais,

meus irmãos, minha querida esposa, meus adorados filhos e meus amigos não sabemos qual a razão do ato brutal do Marechal Presidente, nem mesmo se foi demitido por Subversão ou Corrupção. Mas, pelas circunstâncias em que se deu o ato, e pela época da sua publicação, temos quase certeza de que foi a única vítima do inquérito da C.M.T.C. embora eu não tenha sido sequer pronunciado pelo Promotor da 6ª Vara Criminal; embora eu não tenha sido preso durante o desenrolar do inquérito realizado pelo Exmo. Sr. General Menna Barreto, e S. Exa. em seu relatório; embora do processo conste dezenas de ilustres indicados, que ocupam posições de revelo na vida pública de São Paulo, e não tenha ainda a Justiça, a qual a Revolução entregou o caso, deliberado sobre o mesmo, nem sequer mesmo havendo decidido sobre questões de competência e de fórum.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permissão V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Não.

O Sr. Aarão Steinbruch — Infelizmente, nobre Senador não constitui esse caso o único no Brasil; contam-se as dezenas e as centenas o número de pessoas injustiçadas pelo Ato Institucional, que não têm sequer o direito elementar concedido a qualquer cidadão de se defender. Conheço inúmeros casos, ocorridos em outros Estados, de funcionários que foram demitidos sem que fosse alegado o motivo para tal, se corrupção ou subversão. Há aqueles que, não conhecendo os deméritos pelo Ato Institucional, alegam que eram um ladrão, um subversivo e que queriam derrubar as instituições. O Congresso Nacional, quando da votação do projeto que estabelece maioria absoluta para as eleições, poderia aprovar emenda do Deputado Nelson Carneiro aquele projeto, para que os injustiçados, ou os que se creem assim, possam bater às portas de Justiça, para reparação dos erros porventura cometidos contra eles com a aplicação do Ato Institucional.

Não conheço na História precedente igual no mundo, dentro do regime democrático de atos atentórios às liberdades individuais como os cometidos por esse Ato Institucional. Tais atos poderiam ser praticados dentro de um regime ditatorial, de um regime fascista ou nazista, mas dentro de um regime que se diz democrático e como tal apresenta ao mundo, desconheço fato idêntico na história dos povos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — V. Exa tem razão e devo acrescentar: nas ditaduras fascistas, nazistas e comunistas há ainda um simulacro de julgamento, encena-se uma farsa. Condenou-se Cuba porque fuzilou adversários da Revolução liderada por Fidel Castro mas o regime comunista cubano armou um julgamento que pode ser indigitado com um simulacro mas houve julgamento.

No Ato Institucional não houve fuzilamento físico, mas moral, no qual não deram às vítimas o direito de alegar o que havia a seu favor e expor suas razões de defesa, direito que o Brasil se comprometeu a defender, quando assinou a Carta dos Direitos Humanos na ONU.

(Continua a leitura):

Sr. Desembargador, sou homem marcado pela sociedade, inutilizado em minha vida pública e privada. Ainda agora, após meu expurgo do Exército, nem sequer emprego consigo para o sustento do meu lar, ainda que seja advoga-

tricle na série seguinte, em outro estabelecimento, sob qualquer alegação. Até mesmo a alegação de que não consta do currículo deste estabelecimento, na série que teria de repetir, a disciplina ou as disciplinas em que não obteve aprovação.

Mas, de acordo com a mesma resolução, sempre que a escola resolver introduzir alterações no seu currículo, poderá matricular na série imediata, o aluno reprovado em uma ou mais disciplinas que, em virtude da modificação curricular, tenham sido suprimidas da série que o discente deveria repetir.

Chegou, também, a meu conhecimento, Senhor Presidente, através de informações procedentes de Petrópolis e de outras cidades fluminenses, que numerosos foram, ao término do ano letivo de 1964, os casos insolucionados de reprovação de ginásianos, em virtude dos mesmos não alcançarem, por alguns décimos, a nota mínima para passar.

Muitos ginásianos assim reprovados, Sr. Presidente, são jovens ou mesmo homens feitos, que trabalham para estudar, que não podem comprar os livros todos necessários ao curso e que merecem, por isso mesmo, atitude mais compreensiva e mais humana de parte do Conselho Estadual de Educação.

Não estou defendendo facilidades maiores no ensino, Sr. Presidente. Não estou pretendendo que aos maus alunos sejam tranquilamente abertas as portas da aprovação...

O que direi é que o próprio interesse público reclama um máximo de tolerância e de ajuda ao estudante, na solução de suas dificuldades e, nunca, a atitude rígida, negativa, assumida pelo Conselho de Educação do Estado do Rio...

O interesse de todos nós, o interesse do Brasil, Sr. Presidente, é que o maior número possível de jovens patricios consiga chegar ao fim de seus cursos. Educação é investimento e o aluno que interrompe o curso passa a ser prejuízo para a comunidade.

Se o índice de reprovação é grande, não vamos logo atribuir esse fato, exclusivamente, à falta de hábitos de estudo. Há outras causas que contribuem para esse mau resultado, como por exemplo, em numerosos estabelecimentos de ensino secundário, a descontinuidade das aulas, o desinteresse dos professores e a própria irracionalidade de muitos programas...

O que se deve procurar fazer, sem dúvida, é melhorar em todo o Brasil a eficiência do ensino, com o aumento do número de bolsas para os estudantes pobres.

Mas, enquanto esse objetivo não é totalmente alcançado, não estará servindo ao Brasil a pessoa ou o órgão que se mostrar intransigente diante dos problemas escolares dos estudantes humildes.

Lanço, portanto, um apelo desta tribuna, Sr. Presidente aos Membros do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio, para que reformulem enquanto é tempo, as medidas tomadas por esse órgão e permitam, neste princípio de ano letivo, que o maior número possível de ginásianos do Estado possa matricular-se na série seguinte àquela que cursaram em 1964, sem prejuízo, embora, da prestação de exames em que foram reprovados, tudo dentro da flexibilidade ora permitida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem; muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Sem revisão do orador). Senhor Presidente, Senhores Senadores, há

dias ocupamos esta tribuna, para nos pronunciar, contrariamente, ao propalado parcelamento do 13.º salário, de vez que — e o provamos — o Governo não pretende, única e exclusivamente, parcelar aquele benefício e sim, através da proposição, retirar direitos conquistados, definitivamente, pela classe operária.

Não poderia turtar-me de ler, para que conste dos Anais, parecer elaborado pela Consultoria Jurídica da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, em que o assunto é exclusivamente estudado, concluindo a Confederação, órgão de cúpula, no que é acompanhada por todas as confederações operárias, para que seja rejeitada a proposição, se remetida ao Congresso Nacional.

Diz o estudo: (Lê)

O racionamento da Gratificação de Natal atenta, por certo, contra a *mens legis*, eis que, a Lei n.º 4.090 de 13.7.62, que a tornou compulsória, enfaticamente proclama que:

“Institui a Gratificação de Natal para os trabalhadores”.

Pela generalização do seu pagamento, aqueles trabalhadores que contratualmente não gozavam dessa vantagem passaram a usufruí-la. E os que tinham assegurada a sua concessão ainda que de forma tácita não estão sendo beneficiados pela lei por via da sua inadquada interpretação sob o pretexto de que o recolhimento da gratificação contratual simultaneamente com a Lei n.º 4.090, implicaria em *us in idem*.

Assim, como fruto desse entendimento dos Tribunais, malgrado a tenaz oposição dos trabalhadores interessados, o fato é que a maioria dos assalariados do país não foi atingida pela Lei n.º 4.090 continuando o seu direito a regular-se pelas condições contratuais que, se iguais ou superiores aos benefícios votados naquela, constituem direito adquirido.

Em decorrência dessa exegese (que se tem, data venia, como atentatória ao novo direito criado pela Lei n.º 4.090), na prática ocorre a indevida absoção da gratificação legal pela contratual, ou vice-versa. Dois direitos distintos, em um nasse de magia, fundiram-se num só com ofensa ao patrimônio do trabalhador.

E que a Lei n.º 4.090 obriga o pagamento da Gratificação Salarial ao trabalhador “Independente da Remuneração a que fizer jus” (art. 1.º da Lei n.º 4.050). E desta a gratificação contratual era e é sua componente. Portanto a confusão entre obrigação contratual e obrigação legal é indesculpável.

Continua o Parecer chamando a atenção para a redação do art. 6.º do Anteprojeto que determina a compensação de gratificação recebida no mês de dezembro.

Quer dizer empresas que pagam certos benefícios vantagens outras aos operários deixariam de pagar o 13.º salário.

Eu posso mencionar entre outros, o caso dos bancários, que ficariam, daqui por diante se aprovada a redação do Anteprojeto Governamental, sem os benefícios do 13.º salário.

Nessa sequência, chega-se à, fatalmente à compensação das denominadas “Férias Dobradas”, conquista sublime de numerosas categorias profissionais (telegrafistas, telefônicos, petroquímicos, rádio-telegrafistas, aeronautas, carris urbanos, etc. etc.), que também deixariam, pela redação de alguns artigos do Anteprojeto, de receber os benefícios do 13.º salário.

Com efeito, a pretensão de parcela da gratificação de natal vir a ser paga com a remuneração das férias (Art. 1.º do Anteprojeto), surgirão as interpretações sibilinas, tendentes a demonstrar que a vantagem contratualmente obtida por determinadas categorias de trabalhadores (Férias Dobradas), subentende-se compensável com a parcela da aludida gratificação.

(Lendo)

cada brasileiro independentemente de sua classe, ou posição social, a propiciar, a seus familiares no recesso do lar, as alegrias tão próprias da data, que, significativamente, se exprimem na ceia comemorativa, na troca de brindes e na distribuição de presentes que tanto atendem a seus anseios de confraternização e de solidariedade humana.

Finalidade Traída

Não há negar-se, ainda, alguns aspectos fundamentais e prescritos na atual Lei n.º 4.090. Entre aqueles avulta a finalidade da norma, que seu idealizador (Senador Aarão Steinbruch, deixou expressa na exposição de motivos que encaminha o Anteprojeto, logo endossado por todas as categorias partidárias. Ficou ali consignado então, que a gratificação em tela visava sobre a pretendida aumento da capacidade de consumo da capacidade de consumo do trabalhador à época dos festejos natalinos, precisamente para fazer frente à demanda em torno dos bens tradicionalmente consumidos em dezembro.

Assinale-se, por outro lado que o uso e os costumes em relação às gratificações ou abonos natalinos consagraram um pagamento global em dezembro. E o caso dos servidores públicos e autárquicos, por exemplo, sempre que a lei lhes estatua esse benefício. Ao ensejo, cabe indagar-se: que dizer daqueles trabalhadores já beneficiados, mas acima que, contratualmente e antes da Lei 4.090, recebiam sempre em dezembro a sua gratificação?

Falso Fundamento

De inferir-se, finalmente, que os estímulos de ordem econômica sustentados na justificativa do Anteprojeto em exame, padecem, data venia, de notáveis suprimimentos.

Não pode convalescer a tese — em que pese à sua ilustre lavra — de que o pagamento da gratificação natalina auferia a especulação ou aumento de preços. Este entendimento frontalmente contrário ao exposto no projeto que se transformou em Lei n.º 4.090 atenta contra outros princípios, mais duradouros, de economia política, relativos à ampliação do mercado e ao desenvolvimento comercial e industrial, sempre pendente do crescimento da capacidade de consumo. A inflação, como se sabe, é mal transitório — e que diversos economistas, até, preconizam debelar-se por via do desenvolvimento que leva à produtividade em maior escala.

Mas não é só. O óbvio, que a dita justificativa procura olvidar, é a sempre incontida elevação de preços de quase todos os bens de consumo, em dezembro desde épocas remotas quando ainda não se cogitava de qualquer gratificação natalina. O adulto de hoje não esquece que desde seus tempos de infância, o preço dos brinquedos sempre subia em dezembro.

Há mais. Como admitir-se que o trabalhador, normalmente com salário-mínimo, consiga com metade de seu salário, partícipe das comemorações tradicionais do Natal, se a aquisição de certos bens é indissociável desse propósito?

Poder-se-á, licitamente, impedir alguém, inclusive o trabalhador, de participar desses festejos?

Impõe-se também seja ressaltado que a alegada influência do aumento da demanda, por ocasião das festas natalinas na elevação dos preços de determinadas utilidades, resultam, antes, e primariamente, do impulso de ordem sentimental calado nas tradições cristãs do nosso povo que conduz, inexoravelmente.

Porque em última análise, se o Governo entende que é inflacionária a medida de ser paga no mês de dezembro, mais inflacionária será se for paga em duas parcelas, porque determina, pela lógica do Governo, o aumento de preços na época de concessão do férias de cada empregado, porque existem férias coletivas que são normas de muitos estabelecimentos comerciais e industriais, principalmente dos que abrigam milhares de trabalhadores.

E o projeto quebra este princípio, Sr. Presidente.

(Lê):

A observância desse arraigado costume de nossa gente há de ser estimulado, por certo, pelo poder público, pois inquestionável é o valor de sua influência, como fator máximo de integração nacional. Daí por que ainda neste aspecto, que diz de perto aos superiores interesses da nacionalidade, merece censura, *data venia*, o Anteprojeto, pois atenta do trabalhador brasileiro a oportunidade de, também, participar, pelas salutares expansões de seu espírito religioso na obra de aprimoramento das virtudes populares.

Em consonância, ainda com o avultamento do poder aquisitivo do assalariado, deve ser admitido que a metade da gratificação a ser paga no gozo das férias, não atende ao escopo do Anteprojeto, uma vez que seu valor é insuficiente para que o trabalhador possa... realizar um efetivo programa de descanso, com as despesas dele decorrentes, sem ser comprometido seu salário normal, destinado ao atendimento de suas despesas comuns”. (Da justificativa do Anteprojeto).

Afronta a princípio consagrado

Acresce notar que o projeto, nos termos em que está vassado, enseja — por via da avaliação do legislador — uma grave lesão ao princípio de isonomia legal, com afronta direta aos artigos 5º e 461 da C.L.T. Isto porque a segunda parcela da gratificação, se paga a dois trabalhadores da mesma empresa, comp funções e salários iguais poderá diversificar-se se distintas forem as épocas de gozo das férias.

Efetivamente, vamos admitir que a primeira parcela do 13.º salário seja paga no mês de março, quando o salário é um. Aquêle trabalhador que entrar em férias em março, receberá a metade do salário na base de salário recebido naquele mês. E aquêle trabalhador que entrar em férias em maio, se nesse intervalo houver aumento de salário, estará melhor beneficiado do que aquêle que entrou primeiro em férias. Ademais, cur pre ressaltar que o empregado, admitido nos primeiros meses do ano, se depois do dia 1º de janeiro não gozará de integralidade do 13.º salário. Por-

receberão uma metade, da vez que as férias somente serão gozadas depois do decurso de 12 meses de trabalho contínuo, ininterrupto, prestado na mesma empresa, no mesmo estabelecimento, ao mesmo empregador.

Termina o estudo, Senhor Presidente, com dados fornecidos por entidades sindicais americanas, que passo a ler:

(Lendo):

Do mesmo modo convém seja memorado o ponto-de-vista da A.L.C.I.O. (Federação Americana dos Trabalhadores), colhido em "Why Unions", abaixo citado, em tradução livre:

"O aumento dos salários dos trabalhadores trará algum benefício ao resto da economia nacional?

É a inflação que faz e a entidade operária que controla todos os trabalhadores da indústria americana.

(Lendo):

"Os fatos respondem que sim. Nossa economia democrática é baseada na necessidade essencial dos mercados em massa, da força da massa compradora, da compra dos produtos que as indústrias e as fazendas produzem. Notem que é uma entidade sindical americana que assim se expressa:

(Lendo):

"Se a nossa população trabalhadora não tem dinheiro para comprar esses produtos, as mercadorias se empilham, os negócios diminuem, as fábricas vão desaperceendo e os fazendeiros encontram menos mercados para sua produção.

Quando os trabalhadores obtêm aumento de salários numa comunidade, todo o mundo se beneficia imediatamente. O comerciante vende mais mercadorias as famílias com maior poder aquisitivo, médicos e dentistas tem mais clientes com dinheiro para gastar em cuidados mais adequados da saúde; igrejas, grupos civis e fundos da comunidade encontram os trabalhadores em condições de contribuírem, mais generosamente para essas instituições.

Em 1936, por exemplo, a média dos salários dos trabalhadores na indústria do aço era de 66 centavos por hora. Em 1958, esses salários chegaram a \$ 3.10 por hora. Muita gente costuma dizer que o aumento de salário não resolve porque o aumento do custo de vida engole esses aumentos. Os fatos não suportam aquelas argumentações. Os trabalhadores do aço, por exemplo, tiveram aumento de salários em vinte anos de 336 %,

e o custo de vida nesse mesmo período foi de 96 %.

Portanto, havia nos Estados Unidos da América do Norte, interesse a favor dos trabalhadores, que assim tinham nutrido maior para compensar maior quantidade de geração.

"Outro estudo - mostra que o aumento do poder de compra dos trabalhadores na indústria foi de 55 por cento entre 1953 e 1958, o que quer dizer que o trabalhador na indústria melhorou em 55 por cento a despesa do aumento do custo de vida.

Em um estudo da Comissão dos Estados Unidos para que continuem dos anos, a taxa de que pesa a Comissão Nacional, e que chamado a votar no relatório, mostra, a respeito por comissão dos mercados locais, a tendência dos trabalhadores, trocando os pontos para atual situação em que é atingido o país (muito bem).

Hoje, às 11 horas e 30 minutos, as duas Casas do Congresso Nacional realizaram sessão conjunta para discutir o estudo do Projeto de Lei números 1 e 2, de 1965 (C.N.), de iniciativa do Sr. Presidente da República.

O primeiro estudo, projetos, dependente apenas do voto, incorporou os cursos da Campanha de Formação de Grupos e Universidades Federais.

O segundo, ainda em fase de discussão, cria o Fundo do Exército e da Marinha, providências.

Para a mesma sessão estava também marcada a apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei que dispõe sobre o imposto que recai sobre a renda e proventos de qualquer natureza. A pedido, porém, das Lideranças do Governo em ambas as Casas, a Presidência deliberou transferir esse voto para data a ser posteriormente marcada.

(Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, anunciando para a próxima, a seguinte:

ORDEM DO DIA:

1

Votação, em segundo turno, da segunda tramitação do Projeto de emenda à Constituição nº 8, de 1955, (nº 2-A-63 na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 23 da Constituição Federal (que estabelece os casos em que os Prefeitos das Capitais sejam nomeados pelos Governadores dos Estados), tendo Parecer favorável, sob nº 701, de 1963, da Comissão Especial.

2

Discussão em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 235 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 1961, de autoria do Senhor Senador Eurico de Aguiar, que amplia os casos de dispensa por motivo de saúde dos servidores públicos de Evidências de Economia Social, e dá outras providências, tendo Parecer favorável, com o Substituto que oferece, com voto vencido do Sr. Senador Argemiro de Figueiredo, do Partido Social, pela aprovação do Substituto da Comissão de Constituição e Justiça, com a emenda que oferece, do nº 1-CIS; da Serviço Público Civil 1º pronunciamento: solicitando audiência do DASP; 2º pronunciamento: a diligência deixou de

ser cumprida em virtude de se ter esgotado o prazo regimental; pela aprovação do Projeto e rejeição do Substituto da Comissão de Constituição e Justiça, e da emenda número 1-CIS.

Está encaminhada a sessão.

(Encerrando a sessão às 13 horas e 15 minutos.)

Repetição e por ser lida com o texto original.

3

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 1961, de autoria do Sr. Senador Eurico de Aguiar, que dispõe sobre a concessão de tempo de servidores públicos de Evidências de Economia Social, e dá outras providências, tendo Parecer favorável, com o Substituto que oferece, com voto vencido do Sr. Senador Argemiro de Figueiredo, do Partido Social, pela aprovação do Substituto da Comissão de Constituição e Justiça, com a emenda que oferece, do nº 1-CIS; da Serviço Público Civil 1º pronunciamento: solicitando audiência do DASP; 2º pronunciamento: a diligência deixou de

ser cumprida em virtude de se ter esgotado o prazo regimental; pela aprovação do Projeto e rejeição do Substituto da Comissão de Constituição e Justiça, e da emenda número 1-CIS.

Está encaminhada a sessão.

(Encerrando a sessão às 13 horas e 15 minutos.)

Repetição e por ser lida com o texto original.

Ata do Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 25 DE 1965

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições, resolve designar Alberto Moreira de Vasconcelos, Oficial Administrativo e Auxiliar, Orlando Barbosa Leite, Oficial Auxiliar da Assessoria, e a chefia do primeiro, organizarem a Cooperativa Habitacional para os servidores do Senado Federal visando para tanto estabelecer os estatutos, contatos com o Banco Nacional de Habitação e demais Repartições Federais e Municipais.

Encerrando a Sessão Federal em 1 de abril de 1965. — Diretor Márcio, 1º Secretário.

VISTO. Maria da Carmo Rondon R. Saraiva, Diretora do Pessoal.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão da Saúde

2ª REUNIAO, REALIZADA EM 1 DE ABRIL DE 1965

As dezesseis horas, do dia um de abril de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Efigênio Pacheco, Presidente, presentes os Srs. Senadores Dix-Huit Rosado e Pedro Ludovico, reuniram-se a Comissão da Saúde.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Srs. Senadores José Cândido e Miguel Couto.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida aprovada.

Iniciando o Sr. Presidente concedendo a palavra ao Sr. Senador Dix-Huit Rosado que emite parecer pela aprovação do "Projeto de Lei do Senado nº 39 de 1964", que dispõe sobre a profissão de protético dentário.

Submetido o parecer à discussão e votação, sem restrição é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Secretário, o presente ata, que, uma vez aprovado, será assinado pelo Senhor Presidente.

Comissão de Segurança Nacional

3ª REUNIAO, REALIZADA EM 1 DE ABRIL DE 1965

As 17,00 horas do dia 1 de abril de 1965, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Zacarias de Assumpção, Presidente, presentes os Srs. Senadores Oscar Passos, José Guilomard e Atílio Fontana, reuniram-se a Comissão de Segurança Nacional.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Srs. Senadores Victorino Freire, Silveira Fêrcles, Irineu Borrieger e Anílio Steinbruch.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida aprovada.

Iniciando os trabalhos da Comissão, o Sr. Senador Zacarias de Assumpção, Presidente, leu o parecer pelo arquivamento ao Projeto de Lei da Câmara nº 25 de 1963 que reestrutura o aparelhamento policial da União, e dá outras providências.

Sem restrição, é o parecer aprovado.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Gerardo Lima de Aguiar Secretário o presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÕES PERMANENTES

IESA

Presidente — Moura Andrade (PSD)
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (UDN)
 2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)
 3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)
 1º Suplente — Joaquim Parente (UDN)
 2º Suplente — Guido Mondin (PSD)
 3º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)
 4º Suplente — Raul Giuberti (PSP-ES)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

1. José Guionard — Acre	12. Antônio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Maranhão	15. Moura Andrade — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. Atílio Fontana — Santa Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Monodin — R. G. Sul
7. Menezes Pimentel — Ceará	18. Benedito Valladares — M. Gerais
8. Wilson Gurgel — R. G. Norte	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte	20. José Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. José Leite — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	11. José Ermirio — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	12. Silvestre Péricles — Alagoas
4. Edmundo Levi — Amazonas	13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro
5. Arthur Virgílio — Amazonas	14. Nelson Maculan — Paraná
6. Antônio Jucá — Ceará	15. Mello Braga — Paraná
7. Dix Huit Rosado — R. G. Norte	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba	17. Bezerra Neto — Mato Grosso
9. Barros Carvalho — Pernambuco	

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará	9. Afonso Arinos — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. José Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Ruy Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R. G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
 2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
 2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
 2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
 2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Total	65

Sem legenda 1

66

BLOCOS PARTIDÁRIOS

Bloco Parlamentar Independente

PSP	2 Senadores
PTN	2 Senadores
PSB	1 Senador
PR	1 Senador
MTR	1 Senador
PDC	1 Senador
Sem legenda	2 Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo:
 Daniel Krieger (UDN)

Vice-Líder:
 Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder:
 Lino de Mattos (PTN)
 Vice-Líderes:
 Aurélio Vianna (PSB)
 Júlio Leite (PR)

Josaphat Marinho (sem legenda)
 Aarão Steinbruch (MTR)
 Miguel Couto (PSP)
 Arnon de Mello (PDC)
 Dikson Costa (PR)

II PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves
 Sigefredo Pacheco
 Walfredo Gurgel
 Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Barros Carvalho

Vice-Líderes:

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Antônio Jucá

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende
 Adolpho Franco
 Padre Calazans
 Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá
 Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto
 Vice-Líder: Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Mattos
 Vice-Líder: Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello
 PARTIDO REPUBLICANO (PR)
 Representante: Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Vianna

AGRICULTURA

PSD

SUPLENTE

1. José Feliciano
 2. Atílio Fontana

PTB

1. Dix-Huit Rosado
 2. Antônio Jucá

UDN

1. Daniel Krieger
 2. João Agripino

BPI

1. Aurélio Vianna

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PSD

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
 2. José Feliciano
 3. Filinto Müller
 4. Benedito Valladares

PTB

1. Argemiro Figueiredo
 2. Mello Braga
 3. Oscar Passos

UDN

1. Daniel Krieger
 2. Eurico Rezende
 3. João Agripino

BPI

1. Aarão Steinbruch

TITULARES

1. Jefferson de Aguiar
 2. Antônio Balbino
 3. Wilson Gonçalves
 4. Ruy Carneiro

1. Edmundo Levi
 2. Bezerra Neto
 3. Arthur Virgílio

1. Afonso Arinos
 2. Heribaldo Vieira
 3. Aloysio de Carvalho

1. Josaphat Marinho

DISTRITO FEDERAL

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Pedro Ludovico	1. José Feliciano	1. José Feliciano
2. Walfredo Gurgel	2. Benedito Valladares	2. Benedito Valladares
1. Arthur Virgílio	PTB	1. Bezerra Neto
2. Mello Braga		2. Antônio Jucá
1. Eurico Rezende	UDN	1. Zacarias de Assunção
2. Heribaldo Vieira		2. Lopes da Costa
1. Aurélio Vianna	BPI	1. Lino de Mattos

ECONOMIA

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Atílio Fontana	1. Jefferson de Aguiar	1. Jefferson de Aguiar
2. José Feliciano	2. Sigefredo Pacheco	2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite	3. Sebastião Archer	3. Sebastião Archer
1. José Ermírio	PTB	1. Bezerra Neto
2. Nelson Maculan		2. Mello Braga
1. Adolpho Franco	UDN	1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa		2. José Cândido
3. Irineu Bornhausen		3. Mem de Sá
1. Miguel Couto	BPI	1. Aurélio Vianna

EDUCAÇÃO E CULTURA

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Menezes Pimentel	1. Benedito Valladares	1. Benedito Valladares
2. Walfredo Gurgel	2. Sigefredo Pacheco	2. Sigefredo Pacheco
1. Antônio Jucá	PTB	1. Edmundo Levi
2. Arthur Virgílio		2. Mello Braga
1. Padre Calazan	UDN	1. Afonso Arinos
2. Mem de Sá		2. Faria Tavares
1. Arnon de Mello	BPI	1. Josaphat Marinho

FINANÇAS

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Victorino Freire	1. Atílio Fontana	1. Atílio Fontana
2. Lobão da Silveira	2. José Guimard	2. José Guimard
3. Sigefredo Pacheco	3. Eugênio Barros	3. Eugênio Barros
4. Wilson Gonçalves	4. Menezes Pimentel	4. Menezes Pimentel
5. Walfredo Gurgel	5. Pedro Ludovico	5. Pedro Ludovico
1. Argemiro Figueiredo	PTB	1. José Ermírio
2. Bezerra Neto		2. Edmundo Levi
3. Pessoa de Queiroz		3. Mello Braga
4. Antônio Jucá		4. Oscar Passos
1. Faria Tavares	UDN	1. João Agripino
2. Irineu Bornhausen		2. Adolpho Franco
3. Eurico Rezende		3. Daniel Krieger
1. Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho
2. Lino de Mattos	BPI	1. Josaphat Marinho
1. Aurélio Vianna		2. Miguel Couto

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. José Feliciano	1. Lobão da Silveira	1. Lobão da Silveira
2. Atílio Fontana	2. Sebastião Archer	2. Sebastião Archer
1. Nelson Maculan	PTB	1. Vivaldo Lima
2. Barros Carvalho		2. Oscar Passos
1. Adolpho Franco	UDN	1. Lopes da Costa
2. Irineu Bornhausen		2. Eurico Rezende
1. Dilton Costa	BPI	1. Aarão Steinbruch

LEGISLAÇÃO SOCIAL

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Ruy Carneiro	1. José Guimard	1. José Guimard
2. Walfredo Gurgel	2. Sigefredo Pacheco	2. Sigefredo Pacheco
3. Atílio Fontana	3. José Leite	3. José Leite
4. Eugênio Barros	4. Lobão da Silveira	4. Lobão da Silveira
1. Vivaldo Lima	PTB	1. Antônio Jucá
2. Edmundo Levi		2. Pessoa de Queiroz
1. Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
2. Heribaldo Vieira		2. Zacarias de Assunção
1. Aarão Steinbruch	BPI	1. Dilton Costa

MINAS E ENERGIA

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Benedito Valladares	1. Pedro Ludovico	1. Pedro Ludovico
2. Jefferson de Aguiar	2. Filinto Müller	2. Filinto Müller
1. José Ermírio	PTB	1. Nelson Maculan
2. Argemiro Figueiredo		2. Antônio Jucá
1. João Agripino	UDN	1. José Cândido
2. Faria Tavares		2. Afonso Arinos
1. Josaphat Marinho	BPI	1. Arnon de Mello

POLÍGONO DAS SECAS

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Ruy Carneiro	1. Sigefredo Pacheco	1. Sigefredo Pacheco
2. Sebastião Archer	2. José Leite	2. José Leite
1. Argemiro Figueiredo	PTB	1. José Ermírio
2. Dix-Huit Rosado		2. Antônio Jucá
1. João Agripino	UDN	1. Lopes da Costa
2. Heribaldo Vieira		2. Antônio Carlos
1. Aurélio Vianna	BPI	1. Dilton Costa

PROJETOS DO EXECUTIVO

TITULARES	PSD	SUPLENTE
1. Wilson Gonçalves	1. Walfredo Gurgel	1. Walfredo Gurgel
2. José Guimard	2. José Feliciano	2. José Feliciano
3. Jefferson de Aguiar	3. Ruy Carneiro	3. Ruy Carneiro
1. José Ermírio	PTB	1. Mello Braga
2. Bezerra Neto		2. Edmundo Levi
1. João Agripino	UDN	1. Daniel Krieger
2. Antônio Carlos		2. Adolfo Franco
1. Lino de Mattos	BPI	1. Aurélio Vianna
1. Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho

REDAÇÃO

PSD

TITULARES
1. Walfredo Gurgel
2. Sebastião Archer

SUPLENTE
1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Edmundo Levi

UDN

1. Antônio Carlos

1. Eurico Rezende

BPI

1. Josaphat Marinho

1. Dilton Costa

RELAÇÕES EXTERIORES

PSD

TITULARES
1. Benedicto Valladares
2. Filinto Müller
3. Menezes Pimentel
4. José Guimard

SUPLENTE
1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

PTB

1. Pessoa de Queiroz
2. Vivaldo Lima
3. Oscar Passos

1. Nelson Maculana
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

UDN

1. Antônio Carlos
2. José Cândido
3. Rui Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Arnou de Mello

SAÚDE

PSD

TITULARES
1. Sigefredo Pacheco
2. Pedro Ludovico

SUPLENTE
1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

UDN

1. José Cândido

1. Lopes da Costa

BPI

1. Miguel Couto

1. Lino de Mattos

SEGURANÇA NACIONAL

PSD

TITULARES
1. José Guimard
2. Victorino Freire

SUPLENTE
1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

PTB

1. Oscar Passos
2. Silvestre Pércies

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermírio

UDN

1. Zacarias de Assunção
2. Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

PSD

TITULARES
1. Sigefredo Pacheco
2. Victorino Freire

SUPLENTE
1. José Feliciano
2. Filinto Müller

PTB

1. Mello Braga
2. Silvestre Pércies

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

UDN

1. Padre Calazans
2. Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

BPI

1. Aurélio Vianna

1. Miguel Couto

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

PSD

TITULARES
1. Eugênio Barros
2. José Leite

SUPLENTE
1. Jefferson de Aguiar
2. José Guimard

PTB

1. Mello Braga

1. Bezerra Neto

UDN

1. Lopes da Costa

1. Josaphat Marinho

BPI

1. Arnou de Mello

1. Irineu Bornhausen

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Constituída em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 661-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.

Arthur Virgílio — PTB.

Edmundo Levi — PTB.

Adolpho Franco — UDN.

Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.

Josaphat Marinho — S/legenda.

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 8 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963 do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.

José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.

José Ermírio — Relator — PTB.

Adolpho Franco — UDN.

Aurélio Vianna — PSD.

PL-3, Julietta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.

José Ermírio (Presidente) — PTB.

Lopes da Costa — UDN.

Aurélio Vianna (Relator) — PSD.

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 16 horas

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.

Atílio Fontana — PSD.

Eugênio Barros — PSD.

José Ermírio (Relator) — PTB.

Bezerra Neto — PTB.

Mello Braga — PTB.

Lopes da Costa — UDN.

Milton Campos (Presidente) — UDN.

Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 3ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 18 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — PSD.

Sigefredo Pacheco — PSD.

José Ermírio — PTB.

Irineu Bornhausen — UDN.

Júlio Leite — PR.

Secretário: Oficial Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

C) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 108-63 do Sr. Senador Padre Calazans, aprov. da na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº 112-63 do Sr. Senador Adm. Nogueira da Gama em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Vendeno — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antônio José — PTB.
Padre Calazans — UDN.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves — PSD.
Leite Neto — PSD.
Eugênio Pacheco — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Eduardo Lavi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurelio Vianna — PSB.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Deputados:
Gustavo Capancema (Presidente) — PSD.

Ademir Jurema — PSD.
Luiz Vieira — UDN (Substituído pelo deputado Arnaldo Nogueira).
Hector Dias — UDN.
Doutor de Andrade — PTB.
Arnaldo Carneira — PSP.
Juares Fávora — PSD.
Eraldo Pinto — MTR.

Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Senadores:
Bezerra Neto — Presidente.
Afonso Arinos — Vice-Presidente.
Jefferson de Aguiar — Relator.
Leite Neto.
Nelson Maculhan.
Eurico Rezende.
Aurelio Vianna.
Secretária: Aracy O'Reilly de Souza.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

a) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 719-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.133-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completa em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (25) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Benedicto Valadão — PSD.

Wilson Gonçalves (27 de abril de 1963) — PSD.

Daniel Krieger — UDN.

Lopes da Costa (23 de outubro de 1963) — UDN.

Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.

Rui Palmeira — UDN.

Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Afonso Celso — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.

Mem. de S. — PL.

Josaphat Marinho — S. legenda.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPRIEDADE, ADMINISTRAÇÃO DOS CENES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAÇÃO O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.

Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61 apr. em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.133-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completa em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Daniel Krieger — UDN.

Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Lopes da Costa — UDN.

Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.

Vivaldo Lima — PTB.

Amáury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE REORGANIZAÇÃO POR POSTO DO SENADO DE COMISSÃO DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.

Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 603-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

— até 15 de fevereiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 17 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completa em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Daniel Krieger — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.

Lopes da Costa — UDN.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Amáury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.

Vivaldo Lima — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

Lino de Matos — PTN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS EMENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.

Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 603-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.

Flávia Muler — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.

Daniel Krieger (Relator) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amáury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB.

Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COLEÇÕES DE LEGISLAÇÃO, DESIGNADAS AOS LEGISLADORES)

Eleita em 23 de dezembro de 1961.

Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.

Completa em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Lopes da Costa — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.

Aloysio de Carvalho — PL.

Lino de Matos — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.

Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 784-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completa em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 23 de julho de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.

Lopes da Costa — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

Miguel Couto — PSP.

Gattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.